

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO L - Nº 035

QUINTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 1995

BRASÍLIA-DF

MESA Presidente José Samey – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL 2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT 1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO 2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL 3º Secretário Levy Dias – PPB – MS 4º Secretário Emandes Amorim – – RO Suplentes de Secretário Antonio Carlos Valadares – PSB – SE José Eduardo Dutra – PT – SE Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR Ney Suassuna – PMDB – PB CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – – SP Corregedores Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS	LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Vilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira LIDERANÇA DO PSDB Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira	Lúdio Coelho LIDERANÇA DO PPB Líder Epitácio Cafeteira Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin LIDERANÇA DO PDT Líder Júnia Marise LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy Vice-Líder Benedita da Silva LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo Vice-Líder Arlindo Porto LIDERANÇA DO PPS Líder Roberto Freire LIDERANÇA DO PSB Líder Ademir Andrade
--	--	---

EXPEDIENTE		
AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal	RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)
CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf	MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata	
JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf	DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 195ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1995

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Requerimentos

Nº 1.488, de 1995, de autoria do Senador Freitas Neto, solicitando à Ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo, Dra. Dorothea Werneck, informações que menciona..... 03472

Nº 1.489, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente de sessão a ser marcada, seja destinado a homenagear Adolpho Bloch. 03473

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 380, de 1995 (nº 1.290/95, na origem), de 20 do corrente, do Presidente da República, encaminhando, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável – RAV, referente ao 2º semestre de 1994..... 03473

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Violência policial na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ontem, quando da apreciação do projeto de privatização do Governo daquele Estado..... 03473

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA, como Líder – Filiação de parlamentares do Estado de Tocantins ao PPB – Partido Progressista Brasileiro..... 03475

1.2.4 – Apreciação de matéria

Proposta da Presidência de indicação do Senador Josaphat Marinho para representar o Senado Federal na Missa de 7º Dia em memória do Professor e Jurista Geraldo Ataliba. Aprovada. 03475

1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Comemoração dos 40 anos da Aliança Francesa no Estado de Sergipe..... 03475

SENADOR JONAS PINHEIRO – Apelando aos Srs. Senadores para que compareçam à sessão do Congresso Nacional, hoje, visando à aprovação do Projeto de Lei de Conversão que trata da securitização das dívidas dos produtores rurais. Favorável à manutenção do Proálcool..... 03476

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Perspectivas do amazonense sobre o Projeto Sivam..... 03479

SENADOR NEY SUASSUNA – Acusando o recebimento de carta do Sr. Luiz Gil Siuffo Pereira, Presidente da Fecombustíveis, que expõe teor de ofício dirigido ao Sr. Milton Dallari, ex-Secretário de Acompanhamento de Preços, quanto às margens de remuneração dos postos e companhias distribuidoras de combustíveis. 03479

1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 314, de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que acresce dispositivos aos arts. 21, 23 e 28 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984..... 03480

1.2.7 – Requerimentos

Nº 1.490, de 1995, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça informações que menciona..... 03482

Nº 1.491, de 1995, de autoria do Senador José Bianco, solicitando ao Banco da Amazônia S. A. – BASA, através do Ministro de Estado da Fazenda, informações que menciona. 03482

Nº 1.492, de 1995, de autoria do Senador Humberto Lucena e outros Srs. Senadores, solicitando a prorrogação, até o dia 15-5-96, do prazo concedido à Comissão Temporária Interna, criada através do Requerimento nº 518/95. Aprovado..... 03483

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Relatório nº 2, de 1995, da Comissão Temporária do Senado Federal, criada através do Requerimento nº 651, de 1995, destinada a inventariar as obras não concluídas, custeadas pela União, e examinar sua situação..... 03483

Recebimento da Mensagem nº 381, de 1995 (nº 1.289/95, na origem), de 20 do corrente,

pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de trinta e seis milhões de dólares norte-americanos, entre o Governo do Estado de Sergipe e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Alívio à Pobreza Rural no Estado de Sergipe.

03483

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.182, de 17 de novembro de 1995, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-Lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

03483

Recebimento do Ofício nº S/63, de 1995 (nº 3.179/95, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado do Piauí para o reescalonamento de dívidas perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES/FINAME.

03483

1.2.9 – Ofício

Nº 852, de 1995, do Deputado Michel Temer, Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

04383

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1995 (nº 39/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a assunção, pela União, de operações de crédito contratadas pela Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, junto a bancos franceses, bem como de obrigações previstas nos respectivos contratos comerciais, firmados para o financiamento da construção da Usina Termelétrica de Candiota III – Unidade 1. **Discussão adiada** por 7 dias, nos termos do Requerimento nº 1.493/95, após usarem da palavra os Srs. Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Ney Suassuna.

03483

Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1991, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que dispõe sobre a divulgação dos principais devedores junto à Secretaria da Receita

Federal, ao Ministério do Trabalho da Previdência Social e Caixa Econômica Federal e dá outras providências. **Discussão adiada** para reexame da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do Requerimento nº 1.494/95, após usarem da palavra os Srs. José Eduardo Dutra, Elcio Alvares, Hugo Napoleão e Ney Suassuna.

03486

Projeto de Lei do Senado nº 186, de 1995, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão e dá outras providências. **Aprovado**, com subemenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2-PLN, após usarem da palavra os Srs. Pedro Simon, Antônio Carlos Magalhães, Jefferson Péres, Eduardo Suplicy, Hugo Napoleão, Iris Rezende, Bernardo Cabral, Ney Suassuna, a Sra. Emília Fernandes, Osmar Dias, Casildo Maldaner, Geraldo Melo, a Sra. Marina Silva, Roberto Requião, Lúcio Coelho e Lúcio Alcântara. **A Comissão Diretora para redação final.**

03489

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1991 (nº 1.714/89, na Casa de origem), que regulamenta o art. 185, inciso I, da Constituição Federal, e define pequeno e médio produtores rurais. **Declarado prejudicado. Ao arquivo.**

03499

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1992 (nº 2.686/92, na Casa de origem), que estabelece os valores de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas no exercício de 1992, ano-base de 1991 e dá outras providências. **Declarado prejudicado. Ao arquivo.**

03499

Parecer nº 742, de 1995, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 314, de 1995 (nº 992/95, na origem), de 22 de setembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ronaldo José Lopes Leal, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada à magistratura trabalhista de carreira, decorrente da aposentadoria do Ministro Luiz José Guimarães Falcão. **Aprovado.**

03499

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 260, de 1995 (nº 753/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Sérgio Martins Thompson Flores, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita,

exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Omã. **Apreciado em sessão secreta.**..... 03500

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 351, de 1995 (nº 1.120/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Fernando Guimarães Reis, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Japão. **Apreciado em sessão secreta.**..... 03500

1.3.1 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.489, de 1995, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**..... 03500

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JONAS PINHEIRO – Apelo aos Srs. Senadores para que compareçam à sessão conjunta do Congresso Nacional de hoje, para possibilitar a votação da medida provisória da securatização das dívidas dos produtores rurais. 03500

SENADORA JÚNIA MARISE, como Líder – Homenagens de pesar pelo falecimento do poeta, professor e advogado Roberto Medeiros. 03500

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Relacionamento entre os setores público e privado. Necessidade de balizamento das áreas de atuação do Executivo e dos membros do Legislativo e do Judiciário. Importância da imediata instalação do Conselho de Ética do Senado. 03500

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN – Apelo ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil para envidar esforços, em âmbito internacional, para o fim do embargo ao Iraque. 03503

SENADOR EDISON LOBÃO – Expectativa de implantação de um projeto siderúrgico no Distrito Industrial de São Luís, tendo em vista o

Protocolo de Intenções assinado pela Governadora Roseana Sarney em 8-11-95. 03504

SENADOR FREITAS NETO – Próxima visita do Presidente da República ao Estado do Piauí. 03504

1.3.3 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATAS DE COMISSÕES

26ª, 27ª e 28ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 185/95-SF, destinada a apurar graves denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a atividade de mineração no Brasil, realizadas em 25 e 26 de outubro e 7 de novembro de 1995. 03504

10ª Reunião da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 470/95-SF, destinada a analisar a programação de Rádio e TV no País, realizada em 8 de novembro de 1995. 03540

3 – RETIFICAÇÃO

Trecho da Ata da 194ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 21 de novembro de 1995. 03557

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 879 a 895, de 1995 03557

5 – MESA DIRETORA

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 195ª Sessão Deliberativa Ordinária em 22 de novembro de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Júlio Campos, Levy Dias e Antônio Carlos Valadares

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Benedita da Silva – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Emília Fernandes – Espíndão Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francellino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Blanco – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.488, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos artigos 50, parágrafos 2º e 5º, Inciso XXXIII da Constituição Federal e do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam fornecidas pela Ministra da Indústria, do

Comércio e do Turismo, Dra. Dorothéia Wernicke, as seguintes informações:

1. Quantas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) foram criadas pelo Governo Federal e em quais localidades.

2. Quantas ZPE estão implantadas.

3. Quantas Áreas de Livre Comércio (ALC) foram criadas e em quais localidades.

4. Quantas ALC estão implantadas e funcionando.

5. Quais os resultados obtidos com a implantação de ZPE e ALC para o crescimento econômico das regiões de sua abrangência.

6. Quais os resultados alcançados com a implantação de ZPE e ALC do ponto de vista global da economia brasileira.

Justificação

Nos últimos anos têm sido examinadas e aprovadas, tanto no âmbito do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo, diversas propostas que visam o estabelecimento de Zonas de Processamento de Exportações e de Áreas de Livre Comércio. Várias delas mereceram aprovação e tiveram sua criação sancionada. Verificaram-se ainda sucessivas modificações na legislação a respeito desses institutos.

A criação de ZPE e de ALC conduziu a novas expectativas por parte das populações das regiões a serem por elas abrangidas. Espera-se obter, por esse processo, um novo impulso de desenvolvimento, a criação de empregos, a modernização de segmentos econômicos, a melhoria de padrão de vida, enfim. Essas expectativas são tanto maiores quando as ZPE e ALC se situam em áreas carentes, que precisam de estímulos maiores para alcançarem esse desenvolvimento e que, por sua situação geográfica, justificam essa implantação.

Diversos outros países, reconhecidamente, vêm obtendo excelentes resultados com iniciativas análogas. Os exemplos são muitos e constituem uma razão a mais para a criação de expectativas em função das ZPE e ALC brasileiras. Desejamos, assim, um quadro amplo a respeito da sua atual situação para que possamos avaliar os passos já dados nesse sentido.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1995. –
Senador **Freitas Neto**

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.489, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia a ser marcada, seja destinado a homenagear Adolpho Bloch.

Sala das Sessões 22 de novembro de 1995. –
Júlio Campos – Teotônio Vilela Filho – Lúcio Alcântara – Roberto Requião – Humberto Lucena – Antônio Carlos Magalhães – Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – De acordo com o disposto no art. 255, I, "b" do Regimento Interno, esse requerimento será objeto de deliberação após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 380, de 1995, (nº 1.290/95, na origem), de 20 do corrente, do Presidente da República, encaminhando, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável – RAV, referente ao 2º semestre de 1994.

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva, que dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje desejaria manifestar-me acerca da prostituição infanto-juvenil, a fim de que esse assunto fosse debatido e discutido, e déssemos o nosso apoio à campanha que já existe sobre esse tema.

Mas, lamentavelmente, o acontecido ontem no Rio de Janeiro fez-me mudar o assunto de minha intervenção na tarde de hoje. O Rio de Janeiro presenciou um ato de dupla violência: contra a integridade física de parte de seus cidadãos e contra o patrimônio público do povo fluminense.

A votação do Projeto de Desestatização deu-se em clima tenso no plenário da Assembléia Legislativa do Estado e suas dependências, bem como em frente ao prédio, que foi totalmente cercado por policiais. Por decisão do Presidente da Assembléia Legislativa, nenhum cidadão pôde estar nas galerias, nem mesmo parlamentares da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Manobras regimentais que foram denunciadas na sessão por parlamentares do Partido dos Trabalhadores, pela nossa Bancada na Assembléia Legislativa, permitiram que os destaques ao projeto fossem votados em três blocos, quando o Regimento Interno permite votação de destaques somente em separado.

Por determinação do Presidente, como já disse, os manifestantes, impedidos de assistir à votação das galerias, permaneceram em frente ao prédio da Alerj, protestando contra essa arbitrariedade e interrompendo o trânsito. O Batalhão de Choque da Polícia Militar agiu com violência, jogando bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Como todas as vezes em que ocorre uma violência há uma reação, os manifestantes, lamentavelmente, revidaram atirando o que tinham em suas mãos, como pedras e latas, estabelecendo-se um confronto onde 25 pessoas ficaram feridas.

Até mesmo seguranças da Alerj participaram das agressões aos manifestantes e alguns parlamentares denunciaram o fato ao Presidente da Casa. O Sindicato dos Bancários entrou com mandado de segurança para suspender a votação, já que o povo não pôde acompanhá-la porque não teve acesso às galerias. O mandado de segurança foi indeferido.

Ora, aquela Assembléia tem a responsabilidade de garantir a presença da população – porque é uma Casa do povo – em votações que tratam de assunto do interesse do Estado do Rio de Janeiro, como era o caso da privatização, a partir do projeto estadual de desestatização. Estava também em jogo uma discussão que envolvia a eletricidade do Estado do Rio de Janeiro, a Cerj, a Ceasa e o Banerj.

Sabemos que são grandes as dificuldades financeiras das empresas públicas fluminenses e que são necessárias medidas profundas para sanear-las e melhorar também o seu atendimento. Mas privatizar empresas que têm função social nunca trouxe benefícios à população. Por exemplo, a questão da dívida do metrô, no valor de US\$130 milhões, que o banco foi obrigado a assumir, substituindo o Governo Federal, que era o principal mentor, estimulador e

avalista. Não se pode privatizar esse banco sem levar em consideração essas dificuldades.

Outro fator que debilitou o Banerj foi que ele teve que absorver uma série de instituições financeiras falidas durante o regime militar. O Governo empurrava aos bancos estaduais os bancos privados que faliam. É preciso, portanto, levar isso em consideração.

A CPI do Banerj, no Rio de Janeiro, constatou que o Banco Central, o Tesouro Nacional e o Estado do Rio de Janeiro devem ao Banerj cerca de R\$1 bilhão; no entanto, o banco sofreu intervenção em função de uma dívida de R\$56 milhões, dívida que não é do Banerj, embora o banco tenha a responsabilidade de custodiante.

Então, não podemos aceitar que essa ordem, hoje imperativa, de um modelo político neoliberal que está sendo adotado vá impor que os nossos ajustes sejam feitos de forma a permitir que o nosso patrimônio a serviço da população possa estar sendo totalmente destruído. Não podemos aceitar que tenhamos que ajustar, adaptar o perfil do Estado a essas exigências da nova ordem econômica.

Sei que tudo isso é muito difícil, neste momento em que vivemos uma onda de privatizações que, lamentavelmente, não tem encontrado apoio. Empresas que estão sendo privatizadas no Estado do Rio de Janeiro têm prestado um relevante serviço na área social.

Quando falta água nas favelas, nas comunidades carentes e até mesmo nos bairros de classe média, são cobradas verdadeiras fortunas pela água dos chamados carros-pipas - uma iniciativa privada. Temos que pagar por uma água que deveria estar sendo oferecida à população, e a um preço exorbitante.

É preciso também entender que o Banerj tem uma função social; ele tem sido o principal banco de fomento aos agricultores no Estado do Rio de Janeiro; ele é o banco que tem prestado serviços às chamadas pequenas empresas. Como aceitar que este banco seja privatizado? Qual é a linha que vai nortear a política do Estado do Rio de Janeiro quanto ao financiamento dessas pequenas e médias empresas? Qual é o banco que vai fazê-lo nas condições em que estamos lutando, com juros diferenciados, inclusive?

Esta é uma situação para ser tratada com o diálogo, com a participação do povo, com a discussão serena, tranquila e não com a polícia espancando os trabalhadores, como ocorreu no caso dos bancários, dos eletricitários e tantas outras categorias

que acompanham angustiadas o processo de privatização dessas empresas.

Não posso entender que o Governo do Estado do Rio de Janeiro tenha mais pressa do que o Governo do Estado de São Paulo, cujos Governadores pertencem ao mesmo Partido do Presidente da República, que anunciou ser preciso estimular, incentivar a política do Estado no Rio de Janeiro. E estamos tirando recursos patrimoniais de um Estado tão carente como o nosso.

Não é possível aceitar a pancadaria todas as vezes em que não se abre a porta para o diálogo. A democracia comporta as divergências. E é importante que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que tem tido o apoio da Bancada do Estado, fique sabendo que não conta com o meu apoio para iniciativas dessa natureza, porque além da forma como a privatização está sendo feita, ainda, autoritariamente, utiliza-se no diálogo com os trabalhadores bomba de gás e cassetete. Não podemos aceitar de forma alguma.

Um outro assunto que me causa também grande preocupação e que já foi tratado nesta Casa é a questão do Sivam, a questão mais quente do momento. Embora sendo uma ação legal prevista no art. 5º, XII, da Constituição, é preocupante que a Polícia Federal tenha instalado escuta telefônica sob argumentos falsos para investigar atividades do Embaixador Júlio César Gomes dos Santos.

Há necessidade de se investigar, de se averiguar qualquer que seja a irregularidade. Mas, para investigar as atividades do Embaixador Júlio César, estamos vivendo um dos momentos mais preocupantes da Nação brasileira. Sabemos que o Governo está preocupado - em que pese ter tido divergência com o Governo - em desenvolver ações políticas sérias e que não podem ter iniciativas sem que ele tenha conhecimento delas. Quem está no comando das decisões políticas tão sérias hoje?

Não é possível concordar com esse procedimento. Chego a imaginar que o telefone do Presidente da República também esteja grampeado. Será que os nossos telefones também não estão grampeados? Nós não atentamos para esse fato. Queremos apurar. Para o Legislativo, penso que é uma preocupação o conteúdo dos fatos, até onde são eles verdadeiros, considerando a gravidade das notícias que foram veiculadas pela imprensa, bem como a responsabilidade desta Casa com relação à aprovação do projeto envolvendo valores em torno de US\$1,3 bilhão.

É necessário termos um esclarecimento maior. Tenho dito na Comissão da necessidade do debate, da discussão com relação ao caso SIVAM, porque não podemos deixar a Amazônia a descoberto, senão, seremos responsáveis. Quem é o responsável pela segurança, fiscalização e política na Amazônia se o processo SIVAM está nesta Casa nessas condições? Se a cada dia o problema tem-se agravado e não chegamos a um denominador comum?

É preciso, verdadeiramente, dar um basta nisso. Por isso, estou aqui para fazer o meu registro de apoio à iniciativa já tomada pelo meu Líder, Senador Eduardo Suplicy. Queremos que esses fatos sejam esclarecidos e, como foi colocado no requerimento do Senador Eduardo Suplicy, possamos convocar as autoridades envolvidas nas denúncias veiculadas pela imprensa e também ter acesso às gravações das fitas em poder da Polícia Federal. Acredito ser esse o papel do legislador.

Não podemos dizer que não é uma tarefa nossa a de investigar. A nossa tarefa não é a de condenar e punir. Mas é, sobretudo, de investigar quando se trata de situações dessa natureza.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é importante para esta Casa darmos, de uma vez por todas, um basta nessa situação, a fim de que a integridade do nosso Presidente da República não fique vulnerável a situações como esta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Peço a palavra, Sr. Presidente, em nome da liderança do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra, como Líder do PPB, ao Senador Leomar Quintanilha.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB-TO. Como Líder.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, filiaram-se ontem ao Partido Progressista Brasileiro - PPB - os ilustres Deputados Federais Darci Martins Coelho, João Batista de Jesus Ribeiro e Dolores Nunes, eméritos representantes da ativa gente tocantinense na Câmara e no Congresso Nacional, além de outros valorosos quadros de outras unidades da Federação.

Apesar de parecer fato corriqueiro pela multiplicidade de ocorrências do gênero, devo ressaltar que as filiações que aqui registro, particularmente as do Tocantins, representam para aquele jovem Estado fato político do maior relevo. Mais do que simples opção político-ideológica, nossos representantes de-

cidiram por uma tomada de posição e abrigam-se nessa nova trincheira de luta em solidariedade ao Estado e ao seu Governador Siqueira Campos, que enfrenta dificuldades enormes para o exercício de suas funções constitucionais.

Diferente dos territórios transformados em Estado, que já possuíam certa estrutura, que permaneceram recebendo recursos da União para suas despesas de custeio, ainda obtêm recursos para investimentos. Antes, invariavelmente dirigido por pessoal qualificado, quase sempre oriundo das Forças Armadas e com capacidade de alavancar recursos para promover a organização da sua economia.

No Tocantins, não. Isso não aconteceu. A União nunca despendeu um só centavo com Tocantins para pagar pessoal ou qualquer outro gasto de custeio. E também não nos repassou os recursos para a sua instalação, previstos nas Disposições Transitórias da Constituição, que remete para a lei que regulamentou a divisão do Estado de Mato Grosso.

Queremos, Sr. Presidente, que o Governo Federal nos repasse o que nos deve em termos de investimentos, para que possamos realizar as obras de infra-estrutura do Estado e, assim, fazermos justiça à brava gente tocantinense.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - A Presidência, nos termos do art. 67 do Regimento Interno, propõe o nome do Senador Josaphat Marinho para representar o Senado Federal na missa de 7º dia em memória do professor, jurista, Geraldo Ataliba.

Em votação a indicação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Fica o Senador Josaphat Marinho autorizado a representar oficialmente esta Casa na homenagem póstuma a Geraldo Ataliba.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, para uma comunicação inadiável. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, na última segunda-feira, no Estado de Sergipe, houve a comemoração dos 40 anos de existência da Aliança Francesa. Na realidade, a Associação Cultural Franco-Brasileira foi fundada, oficialmente,

em 25 de fevereiro de 1955, reconhecida de utilidade pública em 12 de novembro de 1965 e, graças à dedicação de seus presidentes, associados, diretores, professores e funcionários, continua a divulgar no nosso Estado a língua e a cultura francesas, beneficiando, assim, a sociedade sergipana com um eficiente intercâmbio cultural entre a França e o Brasil.

Participando dessas comemorações alusivas aos 40 anos da Aliança Francesa, no Estado de Sergipe, estiveram presentes à solenidade, realizada na sede daquela instituição, o Cônsul Honorário da França no Estado de Sergipe, Dr. Lucien Ganjac; o Cônsul-Geral, M. Raymond Petit; o Diretor-Geral das Alianças no Brasil, M. Hervé Brocard; além de outras autoridades ligadas ao funcionamento daquela molecular instituição.

Na verdade, Sr. Presidente, a Aliança Francesa cumpre um papel preponderante ao abrir as suas portas para a juventude se atualizar nos conhecimentos da língua francesa, como também promove um intercâmbio mais do que necessário entre o Brasil e aquela grande nação amiga, a França. Todos sabemos a contribuição que deram os franceses ao aperfeiçoamento da democracia, à conquista da liberdade e também ao fortalecimento da cultura mundial. A França é um esteio do desenvolvimento da sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar esse acontecimento singular, porque uma entidade de um Estado pequeno como o nosso, o Estado de Sergipe, que permanece funcionando de forma ininterrupta durante 40 anos, promovendo a cultura, promovendo a educação da nossa juventude, merece da nossa parte a homenagem e a consideração do Poder Legislativo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

Convido o nobre Senador Antonio Carlos Valadares, suplente da Mesa, para assumir esta Presidência.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de solicitar a presença de todos os Srs. Senadores, hoje, na sessão do Congresso Nacional, que terá início às 19h, que irá apreciar matérias importantes constantes da pauta de hoje, como o projeto de lei de conversão, que trata da securitização das dívidas dos produtores rurais, elaborado pelo Relator, Deputado Abelardo Lu-

pion, que alonga e dá condições para que os produtores rurais deste País - em torno de 250 mil produtores - possam securitizar a sua dívida no valor de até R\$7 bilhões. Portanto, pedimos a participação de todos os Líderes dos Partidos que têm assento no Senado Federal, porque deverá haver pedido de verificação de **quorum**. Por isso, pela importância do assunto, solicitamos a presença dos Srs. Senadores.

Há poucos dias, ocupamos a tribuna desta Casa para abordar um tema polêmico e de mais alta importância para o Brasil: o Proálcool.

Entendíamos que o Congresso Nacional não poderia deixar de participar do grande debate que se desenvolve a nível nacional sobre a viabilidade e a conveniência da manutenção do Proálcool.

Tivemos, na ocasião, de manifestar nossa posição favorável, não somente à manutenção, como também à ampliação desse programa, pela importância estratégica, econômica e social que ele assume em nosso País.

Entendemos que o Proálcool tem uma rica experiência de 20 anos, inédita entre os demais países, que não deve e não pode ser desprezada. São, afinal, duas décadas de lições que o País não pode deixar de considerar.

O **know-how** adquirido com esse programa deve ser aproveitado e aplicado no futuro, evidentemente, dentro de uma nova perspectiva, mais adaptada aos tempos, às condições e às necessidades atuais.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estávamos aguardando com grande expectativa os resultados da Comissão Interministerial do Alcool - Cinal, que tem a responsabilidade de apresentar uma proposta de solução e de rumo para o Proálcool.

Estávamos confiantes de que as medidas a serem sugeridas no âmbito dessa Comissão Interministerial pudessem viabilizar as condições essenciais para a autogestão do setor sucro-alcooleiro e a definição de regras duradouras para a produção de álcool carburante e a própria reabilitação do Proálcool.

Tomamos conhecimento do relatório da reunião realizada no dia de 21 de novembro pela Comissão Interministerial do Alcool. Os nove itens das conclusões apresentadas são os seguintes:

a) Mudou-se o paradigma que dá suporte à produção do álcool no País, já que as razões originais do Proálcool eram: alta nos preços do petróleo no mercado internacional e risco de desabastecimento do produto. As questões relevantes são: patrimônio tecnológico, biomassa (combustível renovável e limpo), nível de emprego e qualidade do meio ambiental;

b) Manter a proporção de álcool anidro como aditivo na gasolina e analisar tecnicamente a possibilidade de variar a proporção;

c) Financiar o uso do álcool com mecanismos transparentes e sem subsídios implícitos;

d) Assegurar o abastecimento da frota existente de álcool anidro, além de buscar a sua especialização (frota verde), especialmente nas grandes concentrações urbanas e de acordo com as diferenças regionais;

e) Aumentar a competitividade intra-setorial, com redução de custos e adoção de novas tecnologias, elevando os níveis de produtividade;

f) Propor a desregulamentação do setor, buscando reduzir os custos de distribuição;

g) Apoiar a recuperação das redes institucionais de pesquisa e desenvolvimento do setor sucro-alcooleiro;

h) Iniciar a negociação com o setor sucro-alcooleiro automotivo e com os Governos estaduais para otimizar e garantir o abastecimento de mercado; e

i) Estimular o uso de subprodutos (bagaço, vinhaça, leveduras secas), visando a redução global do custo no complexo sucro-alcooleiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confessamos a nossa profunda frustração com as conclusões apresentadas pela Comissão Interministerial do Alcool, pois sentimos que são insuficientes para assegurar novos rumos para o Proálcool e, mais que isso, para garantir o seu fortalecimento e a sua manutenção.

Entendemos que não abordam pontos da mais alta relevância e da mais alta importância para o setor, quais sejam, incentivo à produção e manutenção de carros a álcool, relação de preços álcool-gasolina, condições para modernização dos subsectores da produção de matéria-prima e processamento, condições para ampliação e descentralização da produção cana-de-açúcar, entre outros.

Por outro lado, as conclusões são apresentadas de maneira ampla, sem maiores orientações que possam balizar a sua realização, e, o mais grave, em sua maioria, não contemplam inovações substanciais, já que abordam pontos que, na realidade, já vêm sendo desenvolvidos.

Assim, ao manifestar a nossa preocupação e a nossa inconformidade com as conclusões da Comissão Interministerial do Alcool, apelamos ao Governo Federal para que sejam aprofundadas e revistas, no sentido de se dar a necessária e efetiva sustentação a esse importante programa brasileiro que é o Proálcool.

O Sr. Geraldo Melo - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO - Pois não, nobre Senador Geraldo Melo. Ouço o aparte, sobretudo, tratando-se de V. Ex^a, que é um exímio conhecedor dessa atividade.

O Sr. Geraldo Melo - Muito obrigado, nobre Senador. Sou apenas um curioso, consciente da importância e relevância para o País da produção de um combustível eficiente, sob o ponto de vista energético, e limpo, visto pela ótica ambiental. Nosso País domina totalmente a tecnologia desse combustível, desde a elaboração dos equipamentos para sua fabricação até a produção de álcool de altíssima qualidade - um combustível que interessa ao mundo inteiro, e para o qual se voltam, hoje, os países do Primeiro Mundo, num momento em que, infelizmente, o Brasil não sinaliza convincentemente sobre a importância desse combustível para todos nós. Mas, nobre Senador Jonas Pinheiro, tenho a impressão de que o atual Governo deu apenas um primeiro passo na direção da compreensão e tomada de posição em relação ao álcool. Acredito que esse documento que começou a circular - e do qual tomei conhecimento ontem - é a simples enunciação de alguns padrões de pensamento em torno dos quais possa se unir o discurso do Governo, para que se uniformize, pelo menos, a posição daquelas autoridades que estão, em maior ou menor medida, envolvidas nesse assunto. Não posso crer que um Governo com a competência e a qualidade do Governo Fernando Henrique considere que aquele documento esgote o assunto. Quero aproveitar a ocasião, se V. Ex^a me permite, para dizer que, de certa forma, começo a me deixar contaminar pela preocupação de que tudo esteja se organizando na direção de uma mudança nas proporções da mistura do álcool. V. Ex^a encontrará nesse documento que o nível de mistura vai ser discutido internamente. Segundo, há posições de acordo com as quais a Petrobrás teria dito que não havia necessidade de se preocuparem com a importação de álcool anidro porque a referida empresa importaria, mas não importou. Uma série de coincidências aconteceram para provocar certa escassez de álcool anidro no mercado interno e tornar mais ou menos irreversível a modificação nas proporções da mistura. Não estou afirmando que isso esteja acontecendo, mas estou dizendo que começo a me preocupar com esses aspectos. Portanto, entendo que V. Ex^a está fazendo um alerta muito importante, e como conheço de perto a seriedade e a competência do Ministro Raimundo Brito, daqui, por intermédio de V. Ex^a, quero fazer este apelo ao nosso Ministro das Minas e Energia, à Ministra Do-

rothéa Werneck para que não deixem que uma conspiração de segunda linha, que um desserviço por meio do qual, a essa altura, se pode desestabilizar essa atividade, venha, efetivamente, a se consumir. De qualquer forma, agradeço V. Ex^a pela contribuição que dá ao nosso País com seu pronunciamento. Por isso, quis participar dele e congratular-me com V. Ex^a.

O SR. JONAS PINHEIRO - Muito obrigado, Senador Geraldo Melo, essa preocupação também a tenho. Imagine V. Ex^a que essa Comissão é composta de sete Ministros; sete Ministérios que estiveram trabalhando durante um mês. Encontramos no documento veiculado ontem pela imprensa resultado da referida reunião; muito pouco para a importância de um programa que hoje emprega um milhão de postos de serviços, que tem, sem dúvida alguma, a responsabilidade de movimentar uma frota de 3,4 milhões de carros a álcool, que tem também a função de produzir álcool anidro para misturar, na proporção de 22%, à gasolina. Enfim, apelamos a esses Ministérios, como apelamos há poucos dias ao Senhor Presidente da República, para que esse Programa - apesar de não estarmos mais vivendo o momento mundial que lhe deu origem -, não venha a perecer, pela sua importância e, sobretudo, pela sua situação estratégica no nosso País.

Com certeza, Senador Geraldo Melo, a contribuição de V. Ex^a ao meu pronunciamento será de grande valia. Muito obrigado.

O Sr. Osmar Dias - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO - Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias - Senador Jonas Pinheiro, também estou preocupado e tenho participado das reuniões do setor que tentam viabilizar uma solução para o Proálcool. E por estar preocupado é que fui a uma audiência com o Ministro das Minas e Energia buscar a posição do Governo sobre o futuro do Proálcool. Dele recebi a informação, que é a posição oficial do Governo, de que o Governo entende a importância do Proálcool tanto na questão estratégica ambiental quanto na questão estratégica econômica, principalmente porque, quando surgiu, o Proálcool havia sido criado exatamente por uma questão estratégica. No entanto, há algo que me preocupa muito. Como V. Ex^a afirmou, o documento, que foi a conclusão do trabalho efetuado por sete Ministérios, não trouxe ainda uma expectativa de solução para o problema do Proálcool, é muito pouco diante daquilo de que se necessita para salvar o Proálcool e todo o

envolvimento social e econômico que ele acarreta. E eu me preocupo exatamente porque se analisarmos o Proálcool economicamente, ou seja, comparando os preços do álcool com os preços da gasolina, vamos notar que hoje há uma desigualdade e uma desvantagem enorme para o álcool em relação à gasolina. Há cálculos que mostram que chega a US\$50 o barril de álcool, contra US\$25 o barril de gasolina. O Ministério das Minas e Energia inclusive entende que o custo do álcool ultrapassa os US\$50 e chega, na média, a ser superior a US\$60 o barril. Perguntei às lideranças do setor alcooleiro quanto custaria ao Governo, em subsídios, para adotar aquelas duas soluções que foram reivindicadas: a mistura de 22% de álcool na gasolina e a fabricação de pelo menos 20% de carros a álcool no País. A resposta de uma liderança do setor foi de que custaria ao Governo R\$2,2 bilhões todos os anos. Fiz a mesma pergunta ao Ministro das Minas e Energia. A resposta do Sr. Ex^a me assustou ainda mais. O valor chegaria a R\$4 bilhões em subsídios, todos os anos. Portanto, a questão é decidir se vale a pena destinar quase R\$4 bilhões em subsídios para manter um setor funcionando ou não. Ou se encontraremos, num curto período, uma outra solução que possa viabilizar o Proálcool. No meu entendimento, é necessário investir em tecnologia e em pesquisa para reduzir o custo de produção. Caso contrário, teremos esse mesmo problema daqui a alguns anos, mesmo que o Governo adote 22% de álcool na gasolina e 20% de carros a álcool. Portanto, quero lembrar aqui que o Governo se esforça para manter o Proálcool, mas até agora nenhuma solução foi apresentada por ele ou pelo setor para que o Programa continue existindo sem trazer grandes prejuízos ou sem exigir grandes investimentos do Tesouro. Obrigado por permitir este aparte.

O SR. JONAS PINHEIRO - Muito obrigado, Senador Osmar Dias. Incorporo a sua análise ao meu pronunciamento, sobretudo as tratativas que V. Ex^a está fazendo junto aos Ministérios - e que também estamos fazendo - para encontrar uma solução para o Proálcool, que consideramos da máxima importância.

O Sr. Humberto Lucena - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO - Com muito prazer, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena - Desejo também solidarizar-me com V. Ex^a pelo seu pronunciamento em favor da reativação do Proálcool, que é bem-vinda e vai ao encontro dos anseios gerais da Nação,

sobretudo quando se sabe que, particularmente no que tange ao chamado álcool carburante, somos pioneiros no mundo. E não podemos perder essa tecnologia não apenas para uso interno, mas também para uso externo. Sabe V. Exª que, segundo se noticia, os Estados Unidos da América do Norte já estariam tendentes a marchar para a produção de um combustível semelhante. Teríamos, então, levando em conta a necessidade de reativar o Proálcool, não só a necessidade de melhorar as condições do mercado interno, mas também do mercado externo, porque poderíamos inclusive ampliar a nossa pauta de exportações com a venda, para o exterior, do álcool carburante.

O SR. JONAS PINHEIRO - Muito obrigado, Senador Humberto Lucena. Por certo o meu pronunciamento será enriquecido com o aparte de V. Exª. A nossa análise do Proálcool é a mesma que V. Exª faz. O álcool é um combustível que tem todas as vantagens e é por isso que o mundo já pensa nele como alternativa e nós não podemos pensar em acabar com esse combustível, gerado no Brasil, produzido pelo Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Desejo informar aos Srs. Senadores que se encontram nos seus gabinetes que da Ordem do Dia constam matérias que requerem votação nominal, tais como a escolha de autoridades e a escolha de chefes de missão diplomática. Às 15 horas e 30 minutos terá início a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Peres. V. Exª terá 20 minutos.

Antes, na forma regimental, prorrogo a Hora do Expediente pelo prazo de sete minutos, para que V. Exª complemente o seu discurso.

O SR. JEFFERSON PERES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - V. Exª será o último orador deste expediente.

Concedo-lhe a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para uma comunicação inadiável.) - Muito obrigado Exª.

Sr. Presidente, recebi, hoje, uma carta do Sr. Luiz Gil Sluffo Pereira, Presidente da Fecombustíveis que diz:

Li o seu discurso proferido em sessão Plenária de 7/11/95 e agradeço a V. Exª o interesse que demonstrou pela área de combustíveis.

Por oportuno, envio a V. Exª cópia do ofício que enviei ao Sr. Milton Dallari, em 19 de setembro de 1995, e que até agora não mereceu resposta.

V. Exª poderá fazer o uso que melhor lhe aprouver da correspondência.

Divulgo, então, a correspondência:

Ilmª Sr. José Milton Dallari,

Tenho em mãos as notas taquigráficas de seu depoimento na Câmara dos Deputados, em agosto passado, e sobre elas gostaria de fazer alguns comentários. Refiro-me especialmente à parte em que V. Sª, já "demissionário", após comentar dados referentes às Margens de remuneração dos Postos e das Cias. Distribuidoras, conclui:

"Portanto, privilegiamos não a Distribuidora, mas a revenda, que é atomizada em todo o Brasil com um aumento de Margem. Além disso, tomamos decisão conjunta com o setor de distribuição e o setor de postos de gasolina, a fim de que os combustíveis não fossem aumentados, que as distribuidoras deveriam financiar dois dias de volume de produto de capital de giro para os postos de gasolina."

Seu depoimento não esconde o esforço para demonstrar que as Cias. Distribuidoras estariam em dificuldades e que os Postos é que seriam os vilões dessa história. Como os Parlamentares presentes não dispõem do conhecimento específico dessa matéria, pode até ter ficado a impressão de que V. Sª estaria correto. É claro que as Companhias devem ter agradecido.

Minha surpresa resulta de seu comportamento na primeira reunião que fizemos para tratar dessa matéria: ante a evidência dos números comprobatórios dos lucros

grandiosos da Distribuição após o Real, V. S^a, com expressão indignada, admitiu: "pode ter havido erro técnico e se ele ocorreu, vamos consertar isso".

Nas reuniões seguintes, o comportamento de sua equipe deixou-me preocupado, pois parecia-me, na ocasião, que havia manifesta intimidade entre os dois segmentos: Governo e Distribuição. Eles estavam sempre presentes em reuniões para as quais não eram chamados (alguém os avisava, evidentemente), e, como na reunião feita na sala do CMN, os dois (Governo e Distribuição) se reuniram a portas fechadas para juntos trazerem uma proposta à Revenda, que por ter sido ridícula foi de pronto recusada.

Até então, creditava esses acontecimentos à coincidências e até a uma certa dose de ingenuidade profissional, sem, contudo, eliminar a dúvida.

Seu depoimento na Câmara dos Deputados, todavia, comparado com os acontecimentos anteriores, suprime grande parte das minhas dúvidas e coloca-me na direção de crer que Governo e Distribuição teriam agido juntos desde o processo de urverização, até a sua saída. Daí resultou nos ganhos extraordinários que os balanços dessas companhias registraram.

Reconheço competência no procedimento, que permitia esconder, na aparência, a realidade desenvolvida nos bastidores.

Vejo agora que sua indignação inicial, seu reconhecimento de que as Margens dos Postos estavam realmente defasadas e que as das Distribuidoras estavam exageradamente altas, compunham encenação.

V. S^a saiu, sua equipe ficou. Qual seria minha expectativa?

Faço esses registros em nome dos quase 25.000 Postos de Revenda e dos 31 Sindicatos filiados a esta Federação, indignados que ficaram ao tomarem conhecimento de suas afirmações no depoimento na Câmara dos Deputados. Será que a verdade é bifronte, com uma versão à esquerda e outra à direita?

Concluo, Sr. Presidente, dizendo, mais uma vez, que ganhavam os distribuidores 13%; saltaram para 37%. Esse dinheiro poderia ter sido diminuído,

se ia ser dado aos distribuidores, à população brasileira, que consome gasolina e os derivados de petróleo.

Sr. Presidente, até hoje a resposta para o nosso pedido de informação não nos foi dada. Estamos aguardando para saber se não pode a população ter esta economia ao invés das distribuidoras de petróleo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 1995

Acresce dispositivos aos arts. 21, 23 e 28 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 21, 23 e 28 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passam a vigorar acrescidos dos seguintes dispositivos:

"Art. 21.

Parágrafo único. O acesso do preso à cultura e aos esportes deve ser estimulado, mediante a implantação de programas oficiais educacionais orientados.

Art. 23.

VIII – fazer levantamento sistemático da:

a) necessidade de mão-de-obra demandada pelo mercado de trabalho externo;

b) possibilidade de desenvolvimento profissional da aptidão de cada preso com o devido enquadramento técnico;

c) possibilidade de as empresas absorverem a mão-de-obra prisional nas condições levantadas na letra anterior.

Art. 28.

§ 3º As tarefas determinadas aos presos devem auxiliá-los na formação profissional e desenvolvimento de sua personalidade, visando à aceitação no mercado de trabalho externo.

§ 4º O trabalho do preso deve oferecer-lhe condições de motivação em seu próprio aperfeiçoamento profissional.

§ 5º A administração do estabelecimento penitenciário pode assinar convênio com

os órgãos públicos, para a utilização do trabalho do preso ou egresso em construção de escolas ou outras obras em que não se exija a licitação pública."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O sistema brasileiro tem sido um assunto polêmico, gerador de controvérsias e foco de inúmeros problemas que repercutem sempre em prejuízo da comunidade. A superpopulação carcerária e a ociosidade dos presos têm-se destacado como problemas cruciais.

A superpopulação carcerária leva a uma drástica redução do benefício de outras condições que deve oferecer o centro penal: falta de higiene, insuficiência ou, em muitos casos, inexistência de serviço médico; regime alimentar deficiente; elevado consumo de drogas, muitas vezes promovido pela corrupção de alguns funcionários penitenciários; reiterados abusos sexuais; e conseqüente ambiente propício à violência, onde impera a lei do mais forte.

As condições deficientes de trabalho têm significado uma inaceitável exploração dos presos ou o ócio completo, permitindo que se revoltem e ocupem a mente com realidades virtuais de rebelião, fuga, crimes cada vez mais audaciosos, seguindo naturalmente os passos do crime organizado.

Diante desse quadro de influência e ineficiência do nosso sistema carcerário, temos que criar soluções que não vilipendiam a dignidade humana e viabilizem o sistema penal.

Qualquer tentativa de reintegração social do preso tem que considerar o trabalho. Repetindo Rupert Cross, citado pelo vice-presidente da Sociedade Britânica de Criminologia, Hall Williams, é chegado o momento de abandonar a crença de que a prisão pode reformar — 1980 (in Privatização das Prisões, João Marcelo de Araújo Júnior, São Paulo Revista dos Tribunais — 1995, p. 18).

A utilização da pena como medida terapêutica correspondente a uma ideologia já ultrapassada em todo o mundo. Hoje o que prevalece é a teoria da necessidade de reproduzir sistemas sociais na vida carcerária.

O presente projeto tenta imprimir certa efetividade nas normas de trabalho penitenciário, constantes da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), preocupando-se com a realização e minimização dos efeitos nocivos da prisão.

Destarte, contamos com os ilustres Pares para a aprovação do presente projeto, que certamente contribuirá para tornar menos irracional e desumana a relação existente entre condenados, Estados e sociedade livre.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1995. —
Senadora **Benedita da Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 Institui a Lei de Execução Penal

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social:
I — conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames;

II — relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido;

III — acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;

IV — promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;

V — promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;

VI — providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho;

VII — orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

(As Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo esta última poder terminativo.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O projeto será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.490, DE 1995

Senhor Presidente,

Tendo em vista as recentes notícias sobre a censura ao telefone do Embaixador Júlio César Gomes dos Santos, Chefe do Cerimonial da Presidência da República, nos termos constitucionais do art. 50, § 2º, e na forma regimental dos arts. 215, item 1 e 216, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça, Doutor Nelson Jobim, informações sobre as seguintes questões:

1 – Em que circunstâncias foi formalizada a denúncia que motivou a censura telefônica?

2 – O pedido ao Juiz para o procedimento de censura ao telefone (grampo) foi feito com base em relatório preliminar? Em caso afirmativo, em que data?

3 – Era do conhecimento da autoridade requisitante o cargo ocupado pelo assinante do telefone sob suspeita?

4 – Em caso negativo, em que hora se reconheceu ser o assinante um dos auxiliares diretos do Presidente da República?

5 – Ao tomar conhecimento de quem se tratava, não ocorreu ao responsável pelo pedido que a providência poderia representar uma censura indireta ao Presidente da República?

6 – A que tempo chegou ao conhecimento do Ministro da Justiça a "operação grampo"?

7 – Quais as medidas adotadas pelo Ministro da Justiça, ao tomar ciência do fato, junto ao Presidente da República?

8 – Qual a razão da demora entre o início da escuta e a fase final das providências tomadas pelo Presidente da República?

Requeiro, ainda Sr. Presidente, sejam solicitadas ao Exmº Sr. Ministro da Justiça cópias com o inteiro teor das gravações das 13 (treze) fitas citadas pela imprensa, e, se houver, do inquérito ou investigação preliminar.

Justificação

As recentes matérias divulgadas pelos meios de comunicação social acerca ao telefone do Chefe do Cerimonial da Presidência da República, Embaixador Júlio César Gomes dos Santos, trouxeram a público o teor de gravações com conteúdo grave, colocando sob suspeita de prática de tráfico de influência aquele auxiliar direto do Presidente da República, que estaria valendo-se de seu prestígio e cargo no governo federal com o objetivo de conseguir favores e vantagens para empresários.

A gravidade do assunto não se limita ao resultado da escuta telefônica, tendo em vista que a proximidade da autoridade sob suspeita com o Presidente da República determina conhecimento e autorização prévia do Chefe da Nação para que se procedam tais investigações.

As denúncias envolvem assuntos afetos ao Projeto de Vigilância da Amazônia – SIVAM, hoje em tramitação nesta Casa Legislativa. Nessa conformidade, é de interesse do Senado Federal conhecer de perto todos os fatos relacionados à questão, bem como as circunstâncias em que se processaram.

Essas as razões que nos levaram a formular o presente Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1995. –
Senador Romeu Tuma.

(À Mesa, para Decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.491, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Banco da Amazônia S.A. – Basa, através do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações:

1. Qual o número de projetos e o valor global financiado por cada uma das agências do Basa em Rondônia?

2. Quantos agricultores foram contemplados em cada agência?

3. Qual a justificativa para a morosidade na apreciação desses projetos?

4. Qual o valor total dos recursos aplicados pelo FNO no Estado do Amazonas neste exercício?

Justificação

Tendo em vista a reclamação generalizada de pequenos agricultores, diretamente ou através de suas associações, em virtude da demora para liberação de recursos do FNO;

Tendo em vista que a celeridade para aprovação de projetos semelhantes varia de agência para agência do Basa-Rondonia; e

Tendo em vista a importância dos recursos dos Fundos Constitucionais na diminuição do abismo social entre as diversas regiões do País, sinto-me no direito e, mais que isso, no dever de buscar respostas claras e diretas sobre os critérios para análise de projetos e liberação de recursos através dos agentes financeiros responsáveis.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1995. –
Senador **José Blanco**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa Diretora para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.492, DE 1995

Senhor Presidente,

A Comissão Temporária Interna, criada através do Requerimento nº 518/1995-SF, destinada a "Estudar a Reforma Político-Partidária", de conformidade com o artigo 76, § 1º, alínea a do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência a prorrogação, até o dia 15-05-96, do prazo concedido a este Órgão Técnico.

Justificamos o presente requerimento em virtude do Relator necessitar de mais tempo para concluir o Relatório Final, que deverá ainda ser discutido e votado pela Comissão.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 1995.
– Senador **Humberto Lucena**, Presidente – Senador **Sérgio Machado**, Relator – **José Roberto Arruda** – **Luiz Alberto de Oliveira** – **Francelino Perelra** – **Freitas Neto** – **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Aprovado o requerimento, fica prorrogado o prazo conferido à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Parlamentar Temporária criada pelo Requerimento nº 651, de 1995, destinada a inventariar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar sua situação, encerrou seus trabalhos com a apresentação do Relatório nº 2, de 1995, que vai à publicação.

A Presidência ressalta o trabalho relevante e extraordinário feito por essa Comissão, presidida pelo Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que constitui um valioso subsídio para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo sobre o andamento das obras públicas no País.

É o seguinte o relatório apresentado:

(*) RELATÓRIO Nº 2, DE 1995

Da Comissão Temporária do Senado Federal, criada através do Requerimento nº 651, de 1995, destinada a inventariar as obras não concluídas, custeadas pela União.

Relatório Final

Brasília, novembro de 1995

(*) Publicado em suplemento à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 381, de 1995 (nº 1.289/95, na origem), de 20 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 52, Inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de trinta e seis milhões de dólares norte-americanos, entre o Governo do Estado de Sergipe e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Alívio à Pobreza Rural no Estado de Sergipe.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.182, de 17 de novembro de 1995, que "dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que trata a Lei nº 6.024, de 13 março de 1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Humberto Lucena	Casildo Maldaner
Ramez Tebet	Gilvam Borges
	PFL
Vilson Kleinübing	Freitas Neto
Francelino Pereira	Romero Jucá.
	PSDB
José Roberto Arruda	Geraldo Melo
	PSB
Ademir Andrade	
	.PPS
Roberto Freire	

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)
Manoel Castro	Paulo Bomhausen
Rubem Medina	José Carlos Aleluia
	PMDB
Gonzaga Mota	Edinho Bez
	PSDB
Márcio Fortes	Yeda Crusius
	PPB
Odelmo Leão	Gerson Peres
	PPS
Sérgio Arouca	Augusto Carvalho
	PV
Fernando Gabeira	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 22-11-95- designação da Comissão Mista.

Dia 23-11-95 - instalação da Comissão Mista.

Até 23-11-95 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 2-12-95 - prazo final da Comissão Mista.

Até 17-12-95 - prazo no Congresso Nacional.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/63, de 1995 (nº 3.179/95, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Piauí para o reescalonamento de dívidas perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES/Finame.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

OF/GAB/II/Nº 852/95

Brasília, 22 de novembro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Rubens Cosac passa a integrar, na qualidade de **Titular**, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Maurício Requião.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. - Deputado **Michel Temer**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Será feita a substituição solicitada.

Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1995 (nº 39/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a assunção, pela União, de operações de crédito contratadas pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE junto a bancos franceses, bem como de obrigações previstas nos respectivos contratos comerciais, firmados para o financiamento da construção da Usina Termelétrica de Candlota III - Unidade 1, tendo

Pareceres sob nºs 680 e 681, de 1995, das Comissões

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao Projeto; e

- de **Assuntos Econômicos**, favorável ao Projeto, com declaração de voto do Senador Eduardo Suplicy.

Ao projeto não foram oferecidas emendas, nos termos art. 235, II, letra "d", do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.493, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, alínea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento, por sete dias da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1995.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1995. — Senador **Eduardo Suplicy**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Peço a atenção dos Srs. Líderes para o pedido de adiamento do item 1 da pauta por 7 dias.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de transmitir ao Senado que há duas semanas ingressei com requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia, para que pudesse obter uma série de dados, tais como: os gastos declarados, da ordem de US\$48 milhões, com o canteiro de obras da UTE Candiota III - Unidade I, item por item; os estudos técnicos e econômicos que embasaram a decisão do Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 345/94 do Ministério de Minas e Energia, indicando a necessidade de conclusão da obra; a aplicação dos créditos de US\$189 milhões que se pretende sejam assumidos pela União; o detalhamento dos estudos técnicos e econômicos que propõem a realocação da Usina de Candiota III; onde a União utilizará os equipamentos de Candiota III, os quais propomos que ela receba em pagamento do crédito decorrente da assunção das obrigações da Ceee; cópias dos contratos firmados; cópias dos respectivos contratos comerciais.

Sr. Presidente, considero essas informações essenciais para que votemos conscientemente o projeto de Candiota.

A direção da Ceee entregou-me ontem documentos volumosos referentes a tais informações.

Sr. Presidente, não sei se a Mesa deixou de se reunir nas últimas duas semanas, mas, infelizmente, ainda não tive notícia de que o Ministério de Minas e Energia tenha recebido o requerimento de informações. Oficialmente, portanto, não recebi essas informações.

Entretanto, quero dizer que os diretores da Ceee fizeram-me ontem uma visita, trazendo-me todos esses dados.

Estou pedindo - inclusive tendo dialogado com a Bancada de Senadores do Rio Grande do Sul, com o Senador Pedro Simon e a Senadora Emília Fernandes - um prazo, que seja o mínimo possível,

talvez de uma semana, pelo menos, para estudar esse projeto, a fim de que não haja qualquer dúvida, inclusive em relação a alguns pontos que eu havia levantado.

Ontem à noite, ouvi os diretores da Ceee, que procuraram dar uma explicação sobre as razões pelas quais, para se completar a usina de Candiota, faz-se necessária a aplicação de US\$305 milhões, que serão de responsabilidade da iniciativa privada.

Explicaram-me também como a União ficaria responsável pelas dívidas junto aos bancos franceses; ao invés da Ceee ou o Governo do Rio Grande do Sul, a União é avalista. Mas, por outro lado, ela ficaria responsável pelos equipamentos, havendo uma compensação ao longo dos muitos anos daqui para frente. Mostraram cálculos de como, caso a tarifa seja, por exemplo, de US\$45.00/Kw, haveria um determinado tipo de resultado.

Considero bastante importante a boa vontade da Ceee em adiantar todas essas informações que gostaria, obviamente, de ter recebido oficialmente e ponderei aos seus diretores que precisaria, pelo menos, de um tempo para a leitura do relatório.

Assim, Sr. Presidente, justifico o pedido de adiamento por uma semana, mas gostaria, se for possível, que a própria Mesa acelerasse o envio do requerimento, pois dessa forma poderei receber as informações oficialmente.

Porém, considero importante essa iniciativa dos membros da Ceee. Mas, para que o Senado vote esta matéria conscientemente, avalio que seja importante esta semana de estudos, e coloco a documentação que me chegou às mãos à disposição dos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Mesa responde ao nobre Senador Eduardo Suplicy no sentido de que o Projeto de Lei nº 98 já estava agendado quando S. Ex^a apresentou o seu Requerimento de Informações. Amanhã, a Mesa deve se reunir e vai apreciá-lo. Mas quero dizer também que o adiamento por sete dias não adiantaria de maneira alguma, uma vez que a Constituição, no seu art. 50, § 2º, dá o prazo de 30 dias para a resposta dos requerimentos de informação.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Nobre Presidente José Sarney, apenas informo que o prazo de sete dias resultou de um diálogo junto à Bancada do Rio Grande do Sul. Quero ressaltar que não há qualquer ato de má vontade por parte do Senador por São Paulo ou da Liderança do PT. Ao contrário, o que se quer é votar o Projeto conscientemente, com conhecimento de todas as informações. Portanto, estou le-

vando em conta que a Ceee me encaminhou as informações, já adiantando aquilo que poderá chegar oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - É nesse sentido que a Mesa interpreta as palavras de V. Ex^a, mas se julga no dever de informar aos Srs. Senadores sobre os procedimentos normais em assuntos dessa natureza.

A Presidência esclarece que, no encaminhamento dos requerimentos, pode falar um Senador de cada Partido.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, pelo PMDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, realmente o Senador Eduardo Suplicy nos procurou - à ilustre Senadora do Rio Grande do Sul, a mim e ao ilustre Líder do Governo - dizendo que iria fazer uma proposta de adiamento por 30 dias. Dissemos a S. Ex^a que teríamos que votar contra. S. Ex^a concordou, e aceitamos o adiamento de uma semana.

O argumento lógico apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy é de que a Ceee - é bom esclarecer isto - espontaneamente entregou nas suas mãos o dossiê contendo as respostas que S. Ex^a estava pedindo. S. Ex^a não recebeu a documentação por vias oficiais, mas já a tem em mãos. O argumento que S. Ex^a utilizou é de que, como a recebeu ontem e estava envolvido com o Estado do Amazonas - S. Ex^a é genérico e de todo o Brasil -, pediu esse tempo, garantindo que, até a semana que vem, olhará para o nosso Estado. Portanto, na próxima semana, na quarta-feira, votaremos.

O apelo que faço a V. Ex^a - acredito ser viável - é de que, como esse item está em primeiro lugar na pauta de hoje, sendo adiado, seja também o primeiro item da pauta de quarta-feira.

Essa matéria foi votada por unanimidade na Câmara dos Deputados, inclusive com o voto do PT, e foi votada com o voto em separado do Senador Eduardo Suplicy. Estamos dispostos a discutir. O Rio Grande do Sul não está pedindo favor, estamos debatendo. É uma matéria amplamente conhecida que fazemos questão de discutir. Não é tão complexa como a questão dos aeroportos de São Paulo, que deverá ter um longo debate com o Senador Eduardo Suplicy, na época em que vier para cá; é

uma matéria que não temos nenhum problema em discutir e debater.

Portanto, achamos que, na próxima semana, estaremos prontos para votá-la, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, diante da concordância da Bancada do Rio Grande do Sul, o PMDB nada tem a opor. Se todos os Srs. Senadores quiserem votar a favor, a Liderança sugere que o façam.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de prorrogação do exame da matéria por sete dias queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria voltará à pauta na data estabelecida pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Item 2:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1991, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que dispõe sobre a divulgação dos principais devedores junto à Secretaria da Receita Federal, ao Ministério do Trabalho da Previdência Social e Caixa Econômica Federal e dá outras providências, tendo

Pareceres:

- de Plenário, em substituição à **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**, Relator: Senador José Fogaça, favorável ao Projeto, nos termos de Substitutivo que oferece.

- sob nº 698, da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável à emenda oferecida perante o Plenário, consolidando a proposição num único texto substitutivo, nos termos do art. 133, § 6º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 1995

Nos termos do art.279, alínea a, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1991, a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos:

Justificação

Trata-se de iniciativa louvável, coerente com as preocupações da Receita, no sentido de fortalecer os instrumentos de cobrança do crédito tributário. A Lei nº 7.711/88, em seu art. 1º, dava suporte legal para a publicação de lista de devedores perante aquela Secretaria, o que motiva expedição do Decreto nº 97834/89, autorizando a publicação da lista de devedores no **Diário Oficial** da União, tal procedimento foi contestado judicialmente tendo sido objeto de medida cautelar do Supremo Tribunal Federal que sustou a aplicação do art. 1º daquela Lei, até que sobreviesse o julgamento final, por aquela corte da respectiva ação de inconstitucionalidade, o que até hoje permanece pendente. Assim, enquanto não sanada a questão da inconstitucionalidade resta dúvida quanto à eficácia jurídica de nova lei. Por outro lado, a citada Lei fixava um critério mais restritivo que o pretendido pelo atual Projeto, pois só autorizava a divulgação de "contribuintes com débitos que se tomavam delimitados na instância administrativa", enquanto esta fala somente em lista de devedores. Concluindo a divulgação de relação nominal de devedores e respectivos valores, conforme previsto no art. 2º do Projeto, representa uma quebra do sigilo fiscal, dessa forma cabe indagar se uma lei ordinária pode modificar dispositivo de lei complementar, visto estar o sigilo fiscal amparado por lei complementar, o Código Tributário Nacional.

Sala das Sessões, 22 de Novembro de 1995. – Senador **Lúdio Coelho**.

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, alínea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento, por 7 (sete) dias da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1995.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1995. – Senador **Eduardo Suplicy**, Líder do PT.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gos-

taria que fosse lida a justificação por parte do autor do requerimento, conforme tem sido a praxe.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A justificação encontra-se sobre a mesa e será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Casildo Maldaner.

É lida a seguinte:

Justificação

Trata-se de iniciativa louvável, coerente com as preocupações da Receita, no sentido de fortalecer os instrumentos de cobrança de crédito tributário. A Lei nº 7.711/88, em seu art. 1º dava suporte legal para a publicação da lista de devedores perante aquela Secretaria, o que motivou a expedição do Decreto nº 97.834/89, autorizando a publicação da lista de devedores no **Diário Oficial** da União. Tal procedimento foi contestado judicialmente tendo sido objeto de medida cautelar do Supremo Tribunal Federal que sustou a aplicação do art. 1º daquela Lei, até que sobreviesse o julgamento final, por aquela corte, da respectiva ação de inconstitucionalidade, o que até hoje permanece pendente. Assim, enquanto não sanada a questão da inconstitucionalidade, resta dúvida quanto à eficácia jurídica mesma lei. Por outro lado, a citada Lei fixava um critério mais restritivo que o pretendido pelo atual Projeto, pois só autorizava a divulgação de "contribuintes com débitos que se tornavam definitivos na instância administrativa", enquanto esta fala somente em lista de devedores. Concluindo a divulgação de relação nominal de devedores e respectivos valores, conforme previsto no art. 2º do Projeto, representa uma quebra do sigilo fiscal, dessa forma, cabe indagar se uma lei ordinária pode modificar dispositivo de lei complementar, visto estar o sigilo fiscal amparado por lei complementar, o Código Tributário Nacional.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1995. – Senador **Lúdio Coelho**.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, posso justificar oralmente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Só pode falar um por Partido.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Então, o Senador José Eduardo Dutra fará o encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar que, caso esse projeto já fosse

uma lei em vigor, teria evitado a grande celeuma que estamos vivemos hoje - a questão do Projeto Sivam, já que a Esca não poderia ter ganho a concorrência ou sequer participado desse episódio.

Com a devida vênia do nobre Senador que apresentou o requerimento para que a matéria seja examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ressalto que os argumentos apresentados para que o projeto seja examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos foram, única e exclusivamente, de natureza jurídica. Esse projeto foi analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Conversando, inclusive, com o Líder do Governo, Senador Elcio Alvares, disse-lhe que existe uma dúvida em relação à constitucionalidade e juridicidade desse projeto e que, assim sendo, eu gostaria de um tempo para que o projeto fosse analisado. Foi nesse sentido que houve consenso em se apresentar um requerimento de adiamento da votação por uma semana.

Assim, encaminhamos favoravelmente ao requerimento de adiamento por uma semana e encaminhamos contrariamente ao requerimento que pede a análise pela Comissão de Assuntos Econômicos, já que os argumentos levantados em defesa desse requerimento não se sustentam: todos os argumentos foram de ordem jurídico-constitucional, e essa não é função específica da Comissão de Assuntos Econômicos, e sim da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, inclusive, já deu parecer favorável ao projeto.

Portanto, atendendo ao consenso e às preocupações levantadas pelo Líder do Governo, encaminhamos favoravelmente ao adiamento da discussão por uma semana; e contrariamente ao requerimento que pede a análise da matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, ao examinar a Ordem do Dia, tive uma conversa com o Senador Eduardo Suplicy a respeito de dois projetos constantes da pauta. Sobre o primeiro houve um acordo, inclusive sob os auspícios dos representantes do Rio Grande do Sul.

O Senador Eduardo Suplicy falou-me a respeito do segundo projeto, e ponderei que, da parte do Governo, estavam sendo argüidas algumas dúvidas,

salvo engano, algo referente também à constitucionalidade. A nossa conversa girou em torno da possibilidade, a exemplo do que aconteceu com o primeiro projeto, de um adiamento da matéria, para que pudéssemos examiná-la por inteiro, como fazemos sempre com todos os colegas Líderes.

Ocorre que, nesse ínterim, entrou um requerimento do PSDB, com o apoio do PMDB e do PFL, pedindo a remessa do projeto de nº 2 para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, quero declarar ao Senador José Eduardo Dutra e ao próprio Senador Eduardo Suplicy que, no momento da nossa conversa, eu não tinha conhecimento da existência desse requerimento. Obviamente, com a manifestação majoritária das bancadas, qualquer entendimento comigo, que não sou líder partidário, mas Líder do Governo, deixaria de existir.

Estou prestando essa satisfação ao Senador José Eduardo Dutra, porque, na realidade, conversei com o Senador Eduardo Suplicy dentro desse eixo de apreciação. Portanto, deixo claro esse entendimento. Evidentemente, como Líder do Governo, em virtude da posição tomada pelos partidos que apóiam o Governo, eu estaria coerente votando com o segundo requerimento.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão, para orientação da bancada sobre a votação, uma vez que o PFL já encaminhou na pessoa do Senador Elcio Alvares.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI) - Exatamente, Sr. Presidente, o PFL vota "sim" em relação ao primeiro requerimento, de origem do PSDB, que visa a devolução à Comissão de Assuntos Econômicos; e vota "não" em relação ao segundo, louvando-se nas palavras do Líder do Governo.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB apóia a posição do PFL e do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a audiência da Comissão de Assuntos Econômicos queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão de Assuntos Econômicos.

O requerimento que pede o adiamento da discussão por sete dias fica prejudicado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, solicito registrar o voto da bancada do PT - Senadores Lauro Campos, Marina Silva, José Eduardo Dutra e eu próprio.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Ata registrará o voto da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 1995, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 717, de 1995, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável às Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, nos termos de Subemenda que apresenta.

Em discussão o Projeto, as emendas e as subemendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Senador Pedro Simon, concederei a palavra a V. Ex^a para encaminhar a votação, uma vez que eu já tinha encerrado a discussão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso está votando hoje um projeto da maior importância. Penso que esse projeto do Senador Roberto Freire, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e quero crer - sinto - será aprovado por unanimidade neste Plenário, é um projeto que tem profundo significado.

Muitos têm falado e discutido sobre essa questão de parentes consanguíneos de Senadores, Deputados, Presidente, Ministros, Juizes, Ministros do Supremo, ou seja lá o que for. O projeto é muito simples:

"Art. 1º - É vedado a membro de Poder e aos demais ocupantes de cargo, emprego ou função pública dos Poderes nomear, propor a nomeação ou requisitar a outro Órgão

Federal, Estadual ou Municipal o cônjuge ou o companheiro, bem como parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau civil, para o exercício de cargos ou empregos em comissão."

Esse é um momento significativo neste Senado. Entendo ser altamente positivo decidirmos sobre esta matéria e votarmos de uma vez os Três Poderes.

A imprensa tem publicado matéria referente a ocupantes de outros Poderes, às vezes, referente ao Congresso Nacional, às Assembléias Legislativas, ao Poder Executivo, e sempre fica esta interrogação: é ou não é lei, existe ou não existe, pode ou não pode?

Sr. Presidente, sei que essa lei que vamos votar agora vai provavelmente fazer injustiças. Talvez o Pedro Simon que tenha um irmão, mulher ou filho do mais alto gabarito, da mais alta competência, e que poderia ajudar, vai ser impedido de empregá-los por essa lei. Esse é o preço, mas é um preço muito pequeno comparado com a transparência do significado da nossa resolução, que é muito singela: governador não tem que nomear para cargo de confiança mulher, filho, esposa ou quem quer que seja. Deputados, Senadores, Ministros do Supremo, desembargadores ou juizes não devem ter em seu gabinete, em cargos de sua confiança, os seus parentes.

É isso que o projeto está dizendo e tem a assinatura de um sem-número de Senadores. Com na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado esse projeto teve aprovação unânime e encaminhamento também unânime, creio que vamos aprová-lo aqui. Estamos marcando um dia importante na vida do Senado Federal.

Fala-se nas injustiças que acontecem com relação muitas vezes à imprensa, que só publica o lado negro e não publica o lado das realizações no Congresso Nacional. Essa matéria merece destaque, porque estamos tomando uma atitude que visa garantir a questão do Congresso Nacional. Eu sei que não merece críticas um cidadão que nomeia um parente - mulher, filho ou irmão; não vejo gravidade ou escândalo nessa questão.

Vamos ter que tomar algumas decisões no que tange à participação de cada um, e a questão foi colocada perante a grande imprensa sob a forma de escândalo. O último envolveu o Poder Judiciário, inclusive o do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que tem um Poder Judiciário do mais alto gabarito, da maior seriedade e dignidade, reconhecido, unânime-

mente, ao longo da História. Mas, de repente, nós o vemos envolvido em noticiário sobre as tais nomeações de parentes ou coisa que o valha.

Penso que esse projeto vem em boa hora; tem uma profunda repercussão e um grande significado. Daqui para frente os parentes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário não poderão ser nomeados.

Felicito o Senador Roberto Freire, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, V. Ex^a, Sr. Presidente, e o Senado Federal por este dia, pela votação dessa matéria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, para encaminhar a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamento discordar do Senador Pedro Simon, e provavelmente de toda a Casa, embora não vá sequer oferecer o meu voto em contrário. Apenas esse projeto é fruto dos erros que se sucedem, dos excessos que se verificam, dos abusos que jamais deveriam acontecer neste País.

Vimos outro dia que, no Tribunal Regional do Trabalho, da Paraíba, há 45 pessoas de uma só família; vimos casos parecidos em outros Tribunais do País; vemos parentes nomeados na Câmara dos Deputados e no Senado da República. Eu falo, Sr. Presidente, com a autoridade de quem não nomeou qualquer parente no Senado da República e praticamente em nenhum dos seus governos do Estado, nem na Prefeitura. Há uma exceção no meu primeiro Governo, e vou mostrar como foi útil ao País, para ver que as regras nem sempre são dignas das marcas que traduzem, dos aplausos que recebem e do medo que se tem da imprensa nas Casas do Congresso.

Quando se nomeiam parentes para somar salários, isso é condenável, e falo com a autoridade de quem sequer não ocupou todos os cargos que poderia ocupar em comissões no Senado. Falo com a autoridade de quem não nomeou ninguém, quando podia nomear, para cargos ou funções no Senado ou no seu Estado; não nomeei ninguém. Não há ninguém na Bahia pago pelo Senado da República. Falo com a autoridade de quem tem vaga ainda no seu gabinete.

Por tudo isso, posso dizer que muito se fala, mas que é um absurdo quando se incrimina um Presidente da República que não tem o direito de nomear sequer a sua filha para trabalhar como sua secretária, e aí se usa - o que acho condenável - o arti-

fício de nomear para uma outra pessoa do Gabinete. Não acho nada demais que um Presidente da República possa nomear, como sua secretária, sua filha competente para trabalhar consigo.

Na minha vida posso citar um exemplo. Nomeei um filho, uma vez, para oficial de gabinete. Trabalhou comigo e trabalhou muito. Despertei aí, talvez, uma vocação, e hoje é um dos políticos mais importantes e dos mais competentes do Brasil. Não cometi crime nenhum contra o Erário e nem pratiquei nenhum pecado.

Por isso, quando vejo atitudes de colegas, muitas sinceras e corretas, outras demagógicas, sinto-me no dever de chamar a atenção para esse exagero de se atender, muitas vezes, covardemente, a mídia. Tenho a coragem de dizer que não me sinto à vontade para votar esse projeto, eu que não tenho nenhum parente neste Senado nem na Câmara dos Deputados.

Venho, portanto, dizer a V. Ex^a que é muito bom para a mídia, mas nem sempre é justo pagar-se pelo sobrenome. Muitas vezes se paga pelo sobrenome, mas não é justo que se pague a vida inteira. Muitas vezes, os políticos abusam e colocam nos cargos parentes que não trabalham, inclusive no Senado!

Não sei se isso vai ser retroativo. Não sei se a Mesa vai tomar providências para retroagir. Seja como for, se não for retroativo, de que vai valer a lei? Vai ficar desmoralizada. Peço a atenção de V. Ex^a e da Casa para que não se vote uma lei que não tenha validade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES (PSDB-AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Inicialmente eu gostaria de retificar o discurso do Senador Pedro Simon, quando falou na proibição de contratação de parentes até o segundo grau. Esse era o projeto original, Senador. Foi aprovada a extensão da proibição até o terceiro grau por emenda de minha autoria, acolhida pelo Relator, Senador Roberto Freire.

O Senador Pedro Simon tem razão. Em princípio, Sr. Presidente, nada haveria de errado ou de antiético em se nomear um parente competente que trabalhasse. Infelizmente, para cada parente competente que trabalha, existem três, quatro ou cinco incompetentes e sinecuristas. Infelizmente, a regra é o sinecurista; o que trabalha e tem compe-

tência é exceção. E a lei tem que ser votada para colir os abusos.

Falo também com a autoridade de quem, dos quatro cargos em comissão do seu gabinete, só preencheu três, um está vago. Não tenho ninguém em Manaus à custa do Senado: os três estão aqui trabalhando. Infelizmente, o Senador Roberto Freire acolheu parcialmente a minha emenda, rejeitando a parte que proibia a nomeação de qualquer dos membros dos Poderes para evitar as nomeações cruzadas: o parlamentar "A" emprega o parente do parlamentar "B" e vice-versa. E não havia nenhum exagero na minha emenda, Srs. Senadores, porque, justiça seja feita ao Supremo Tribunal Federal, essa proibição já existe no Regimento desse Tribunal há dez anos, desde 1985. Nenhum parente de Ministro pode ser nomeado para cargo em comissão. É uma exceção no Judiciário do País.

A minha emenda foi rejeitada pelo Relator, aceita pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e não vou fazer um cavalo da batalha disto; mas acredito que o projeto, embora incompleto, é um passo adiante para se erradicar, deste País, esta praga, que vem desde a Colônia, passando pelo Império e pela República, que é o nepotismo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para encaminhar a votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, encaminho favoravelmente. Considero que a proposição do Senador Pedro Simon, com as modificações propostas pelo Senador Jefferson Péres, com o parecer do Senador Roberto Freire constitui passo saudável. São compreensíveis as preocupações assinaladas pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, mas considero que será um passo importante, pois queremos que haja, para os que trabalham no setor público, o princípio do concurso e, sobretudo, o princípio do não-favorecimento.

Avalio que esse é um passo na direção de se ter maior rigor no aproveitamento de pessoas no setor público, se para os próprios cargos de confiança

os que estão no Poder Executivo ou os que estão no Poder Legislativo- Abram mão de designar parentes.

O PT votará favoravelmente.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem V. Ex^a a palavra para encaminhar.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Para encaminhar.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, falo com absoluta tranquilidade porque não tenho, trabalhando comigo em meu gabinete, nenhum parente seja em segundo, em terceiro ou em quarto grau. Fui Governador e Ministro nas mesmas circunstâncias.

Esclareço de antemão que a contagem civil começa pelo ascendente descendo depois para o descendente colateral. De tal sorte que o pai é parente em primeiro grau; o irmão, em segundo; o sobrinho, em terceiro; é assim por diante. É claro que o filho é parente em primeiro grau. Isso vale tanto para a consangüinidade quanto para afinidade. Enfim, o grau é o mesmo.

Mas eu pessoalmente não vejo, sinceramente, Sr. Presidente, mal nenhum. O mal existe em se lotar gabinetes com pessoas, parentes, que não trabalham e que não estão diariamente prestando seus serviços, que não estão diuturnamente cumprindo com suas obrigações. Isto, sim, é grave, porque é às custas do Erário. Mas se, num caso ou noutro, eventualmente, e se tem um filho ou um irmão, por exemplo, uma pessoa de competência, alguém que seja luminar, reconhecidamente uma pessoa que trabalha e que presta bons serviços, não se pode cercear nem o trabalho público nem a vida desta pessoa.

Eu não acho que deva ser obrigatório, mas que deva ficar como está. Por esta razão, meu voto pessoal é pela rejeição, embora eu considere a questão em aberto para os correligionários do Partido da Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Iris Rezende.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB-GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto de lei é um tanto diferente dos demais. Ele não vem a este plenário com caráter pessoal de autoria. Ele vem a plenário como resultado de estudos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, estudos propostos pelo Senador Roberto Freire. E após a elaboração

do projeto, foi ele aprovado por unanimidade. Em plenário recebeu emendas e novamente voltou àquela Comissão para que fossem apreciadas - o que foi feito cuidadosamente.

Tenho um respeito muito profundo pelo ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu o respeito pela sua franqueza, pela sua lealdade de propósitos, pelas suas posições e, sobretudo, pelo que tem feito como homem público. Em parte, o ilustre Senador tem razão em não aceitar o direito de um chefe de Executivo ou de outro Poder de nomear parentes. S. Ex^ã tem razão porque constatamos que, por este Brasil afora, os chefes de Poder, Prefeitos, Presidentes de Câmaras, Governadores, Presidentes de Assembléias, Presidentes de Tribunais de Justiça, de Tribunais do Trabalho, de Tribunais de Contas, abusam desse direito de nomear para cargos em comissões.

Como Governador, também tive oportunidade de nomear um irmão para Secretário do Governo. Meu Estado entendeu quando o tirei de um hospital para ser Secretário de Governo. Ele foi um bom Secretário, um grande Secretário, tanto é que ele hoje é meu primeiro suplente nesta Casa. Mas prefiro privar-me amanhã, caso ocupe a presidência de um poder, do direito de nomear alguém da minha família, alguém competente, para desempenhar funções no Governo a presenciar o abuso desse direito de nomear.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania abraçou, com toda a força, por unanimidade, esse projeto, justamente por entender que com essa regalia que têm os chefes de Poder de nomear parentes é que o mundo político vai, a cada ano, perdendo a sua credibilidade junto ao povo deste País. De forma que tem razão o Senador Antonio Carlos Magalhães. E teria razão absoluta se todo chefe de Governo deste País tivesse a sua formação cívica, seu espírito público, seu critério, mas, lamentavelmente, nem todos são assim e para evitar abusos é que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania achou por bem trazer à apreciação do Plenário esse projeto.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem a palavra o Senador Bernardo Cabral para encaminhar a votação.

O SR. BERNARDO CABRAL (-AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar devo dizer a este Senado que o meu voto foi manifestado e a defesa

do projeto foi feita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, é conhecida a minha posição quanto ao aspecto de moralização. Mas quero seguir a mesma esteira do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que acompanhou de perto, do Senador Iris Rezende e do Senador Hugo Napoleão - estamos aqui com as assinaturas, Sr. Presidente, sem exceção de nenhuma.

Infelizmente, Sr. Presidente, há, e esta é a grande verdade, uma espécie de puritanismo que é falso na história de contratação de parentes. O eminente Senador Antonio Carlos Magalhães deu exemplo com o hoje Deputado Luís Eduardo, que preside a Câmara, e o eminente Senador Iris Rezende, com seu irmão.

Quero dar meu depoimento citando como exemplo o meu filho, que é assessor técnico no meu gabinete. Advogado, durante muitos anos meu colega de escritório, elegeu-se Deputado Federal não pelo nosso Estado, mas pelo Estado vizinho, o que prova a sua vocação política, e é um eficiente auxiliar. Porém, se há outros que não produzem e que tismam o nome dos seus parentes, ascendentes ou descendentes, é outra realidade.

Quero dizer, Sr. Presidente, que como votei vou votar novamente. Acho o projeto do Senador Pedro Simon altamente moralizador. Se lá existe, no meu gabinete, um parente é porque não há legislação proibindo. O que não é possível é que se possa dar um estigma a quem, correto, decente, carrega um sobrenome como se fosse uma mancha para o resto da vida.

De modo, Sr. Presidente, que queria deixar registrado nos Anais da Casa que a minha posição é contrária, mas não levo o falso puritanismo de não dizer que tenho, e com muita honra, um filho que me dá alegrias em ser meu assessor técnico.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, não só não nomeei ninguém, como também, no momento em que o PMDB da Paraíba indicou meu primo para um cargo na área federal, fui ao Presidente da República e lhe pedi para que não o nomeasse.

Mas, sem puritanismo, creio que essa é uma forma de coibir isso. Com tristeza, corrijo o Senador Antonio Carlos Magalhães, dizendo que não foram

quarenta e cinco nomeados na Paraíba; o Presidente do Tribunal nomeou cerca de sessenta pessoas.

Para conter procedimentos desse tipo, votarei favoravelmente à matéria. O PMDB também está apoiando a matéria, votando favoravelmente à mesma.

A SRª EMÍLIA FERNANDES - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Exª

A SRª EMÍLIA FERNANDES (PTB-RS. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos últimos tempos, mais precisamente nos últimos dias, muito tem-se falado em relação a funcionários, devido à reforma administrativa que está sendo discutida amplamente e que está sendo motivo de grande preocupação em todo o País. Recentemente, recebemos manifestações nesse sentido.

Agora, estamos diante de uma lei que também atinge, de certa forma, os funcionários nomeados; que são importantes para se levar adiante o trabalho em todos os Poderes deste País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos que analisar isso. Eu, particularmente, faço uma análise da seguinte forma: se, por um lado, precisamos moralizar até para evitar os desmandos - como exemplo, alguns poucos aqui foram citados -, por outro lado, faço uma avaliação muito consciente das manifestações de alguns Srs. Senadores, que revelaram a sua preocupação no sentido de que, em determinados momentos, somos obrigados a fazer um nivelamento por baixo, como se todas as pessoas realmente não tivessem condições, não fossem sérias e não estivessem, inclusive, desempenhando com dedicação e afinco as atribuições que lhes foram confiadas.

Por isso, também gostaria de deixar a minha preocupação em relação a essas questões que estão sendo discutidas e que passam para a sociedade, muitas vezes, como se realmente viessem para moralizar.

Particularmente, também sou contrária à quebra da estabilidade dos funcionários públicos, pelo mesmo motivo, porque de repente passamos a nivelar por baixo alguém que garante a continuidade de um serviço, tanto em se tratando de funcionários nomeados, como de concursados, de quadro. E nós podemos trazer aqui para dentro do próprio Congresso Nacional o exemplo claro e simples, no meu entendimento.

O necessário e o mais difícil de se entender - esse, sim, nós deveríamos estar pensando seria-

mente, e entendo que o Congresso Nacional está aprofundando a sua avaliação nesse sentido - é em relação ao rendimento e à qualidade do serviço prestado. Sobre isso gostaria de fazer um registro. O que nós precisamos, urgentemente, neste País, é montar um sistema de avaliação, de acompanhamento, de controle e de responsabilização, inclusive daqueles que não exigem o cumprimento da frequência, da assiduidade e das reais atribuições para que as pessoas são nomeadas, tanto para os funcionários de quadro, como para os nomeados para cargo em comissão.

Esta é a vergonha deste País, onde funcionários são pagos para trabalhar oito horas e já chegam num gabinete dizendo que só trabalham quatro horas.

Há algum sistema de acompanhamento, de fiscalização, de denúncia? Não, ninguém faz. Seria a primeira vez a ser feito.

As pessoas se retraem, intimidadas e constrangidas, quando se trata de levantar um problema que existe há muitos anos e que continua existindo.

Eu, particularmente, Sr. Presidente, somo-me àqueles que votam esta matéria constrangidos, porque tive sempre junto comigo pessoa da minha confiança - não para receber salários e ficar em casa ou passeando e aumentando a renda familiar. Trata-se de um cidadão que precisa de trabalho; é um jovem que tem família, tem filhos. Refiro-me ao meu filho, que me acompanhou durante dez anos na Câmara de Vereadores, de onde vim, sendo o primeiro a chegar e o último a sair. Hoje continua aqui comigo no Congresso Nacional. É um estudante de Direito que está também buscando o seu espaço e a forma, inclusive, de manter a sua família e seus três filhos.

Não me envergonho desse fato. Nunca escondi que ele é necessário junto a mim, ao meu lado, porque com toda a qualidade, com todo o gabarito dos funcionários que nos são colocados à disposição, não encontro nos funcionários do Senado - com todo o respeito - aqueles que realmente se associem ao meu pensamento político, à minha confiança, aos meus compromissos assumidos com o meu Estado, que tenham conhecimento dos problemas do meu Estado. Ele, que vem de lá, conhece-os e, quando preciso tratar de algum assunto com determinado prefeito, faz as ligações para o local certo.

Portanto, não sou exposta a esse tipo de vexame se tenho alguém que me ajuda a pensar, a refle-

tir politicamente, porque o nosso desempenho aqui não é apenas técnico. Os técnicos são excelentes aqui, e cabe-nos até cumprimentar, mas temos a nossa posição política, por causa do compromisso de dar um retorno aos nossos eleitores e dar continuidade ao nosso trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é necessário adotar urgentemente, não de uma forma individual, mas de uma forma coletiva, comprometida com a moralização, com a qualificação, essa avaliação, esse acompanhamento de desempenho, para que possamos dar seriedade e moralizar o serviço público. Não é penalizando quem trabalha, mas atribuindo responsabilidade e afastando os que querem apenas o salário.

Dessa forma, Sr. Presidente, apesar de sentir que, no espírito da matéria, há um anseio para moralizar o serviço público, voto contra esse projeto.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, compreendi, com perfeição, o que disse o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Em 1986, quando V. Ex^a era o Presidente da República e tinha como Ministro da Agricultura o Senador Iris Rezende, agora Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, eu integrava o Governo do ex-Senador José Richa, no Paraná.

E foi o Senador José Richa quem me solicitou que elaborasse um plano de agricultura para o Estado do Paraná. Debrucei-me sobre livros, dados, diagnósticos, viajei por todos os municípios do Paraná durante praticamente um ano, fui várias vezes ao mesmo município para buscar dados, conversei com todas as lideranças rurais.

Quando o candidato a Governador eleito em 1986, o ex-Senador Álvaro Dias - por coincidência, meu irmão -, tomou posse em 1987, praticamente foi obrigado a me nomear Secretário da Agricultura. Ele resistiu a essa idéia - eu também não havia pedido para ocupar o cargo -, mas as cooperativas, os sindicatos e as associações praticamente exigiram que o fizesse.

Felizmente, Sr. Presidente, aliás, com o apoio de V. Ex^a e do Ministro Iris Rezende, executamos no Paraná, durante o Governo de Álvaro Dias, o maior programa de desenvolvimento rural já executado naquele Estado, tanto que a FAO e o Banco Mundial o

escolheram - e tive a honra de elaborá-lo - como modelo para a América Latina.

Quando o Senador Roberto Requião foi eleito Governador, o 1^o Secretário a ser escolhido para constituir o seu Governo fui eu. Não sou irmão do Senador Roberto Requião e nem me pareço com S. Ex^a, mas o Senador fez questão de, durante a campanha eleitoral, anunciar o meu nome como seu Secretário, talvez até porque este fato significasse algo positivo para a sua eleição.

Se, naquele momento, esta lei existisse, seria impedido de ter sido o Secretário de Agricultura do Paraná e talvez nem aqui estivesse, porque havia sido convidado, naquela época, para integrar a diretoria de uma organização internacional ligada à agricultura e à alimentação. Estaria, nesse momento, talvez analisando os projetos que o Senado Federal aprova no exterior.

Não sei se por carregar o sobrenome "Dias", devo levar um estigma; não sei se por esse mesmo motivo possa não ser competente em algo. Deixando a modéstia de lado, demonstrei que, sendo irmão do Governador, poderia, pude e realizei um trabalho considerado modelo. Não foi o fato de ser o irmão do Governador que me fez realizá-lo, mas, sim, o fato de conhecer o assunto para o qual fui nomeado e para o qual me deram a responsabilidade. Pude refazer e continuar esse trabalho no Governo do atual Senador Roberto Requião, repito, quando S. Ex^a me escolheu - para honra de ambos, minha e dele - para ser também o seu Secretário.

Portanto, quero concordar com o Senador Antonio Carlos Magalhães, com o Senador Bernardo Cabral, dizendo que não tenho nenhum parente nomeado em meu gabinete e nem nomeei na Secretaria durante os 8 anos em que fui Secretário do Paraná.

Esse projeto traz um grave defeito: não separa as nomeações justas, de pessoas competentes, nomeadas por competência, daquelas que são nomeadas para engordar o orçamento da família. Se fosse assim, também votaria sem constrangimento, mas estou muito constrangido, porque, se for retroativo, Senador Antonio Carlos Magalhães, vou ter que renunciar ao cargo de Secretário de Agricultura do Paraná desde 1987.

O Sr^a Marina Silva - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por um desencargo de consciência, quero dizer que entendo o espírito da proposta, o espírito do projeto, até em função do que vem ocorrendo no País em diversos lugares. Compreendo perfeitamente o objetivo, a idéia de se evitar o nepotismo, a correria, deixando, às vezes, pessoas competentes de lado. Há aqueles irresponsáveis que procuram a familiaridade do parentesco para, quando exercer funções de executivo, trazer ao seu redor a família. Entendo perfeitamente.

Por outro lado, Sr. Presidente, para um desencargo de consciência, quero ser muito sincero. No tempo em que fui Governador do meu Estado, não admiti nenhum parente. Sou sincero ao trazer isso de público. Agora, em meu gabinete, não tenho nenhum parente. Mas, pela consciência e pelo exemplo que tenho visto de outros prefeitos, outros governadores, outros Parlamentares por terem parentes assessorando, ajudando-os na missão, não me sinto à vontade - por desencargo de consciência - em proibir, em determinado momento, alguém de trazer um filho, um irmão ou alguém até terceiro grau para lhe ajudar. Não acontece comigo hoje. Mas sentirei minha consciência pesada se votar a favor neste instante.

Meu Líder havia dito que nossa Bancada apoiaria o projeto. Se é orientação da Bancada, peço licença a meu Líder para me abster, porque senão ficarei com peso na consciência. Tenho visto ótimos exemplos no País, de pessoas que não abusam dessa faculdade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (PSDB-RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a posição do PSDB é de liberação de todos os Membros da Bancada para que escolham o caminho que entenderem melhor na votação desse projeto. No entanto, senti-me no dever de dividir com o Senado uma preocupação que foi aumentando à medida em que esse debate fluía. A impressão que tenho, Sr. Presidente, é a de que precisamos caminhar para um país em que as pessoas sejam éticas, comportem-se com seriedade, com retidão, com limpeza, porque são éticas, e não porque existe uma lei dizendo que são obrigadas a sê-lo.

Quanto à escolha dos auxiliares de confiança, por exemplo - como citou o Senador Osmar Dias - de alguém que chega ao Governo do Estado do Paraná pelo voto popular e que decide colocar um irmão na sua Secretaria, é de se presumir que seja al-

guém que tenha desenvolvido a capacidade de ter um critério de responsabilidade e de seriedade para fazer semelhante escolha. Eu mesmo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Governador, tive um irmão que foi meu Secretário de Saúde. A nossa obra terminou. O tempo passou, e a nossa obra terminou. Hoje posso dizer a esta Casa que tenho muito orgulho de ter tido na minha equipe aquele médico, de um pequeno Estado brasileiro, que realizou uma obra respeitada como Secretário de Saúde, ao ponto de poder um Secretário de Saúde de um Estado como o Rio Grande do Norte tornar-se Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde. Não é, portanto, o fato de que alguém seja irmão ou deixe de ser que fará com que ele preste ou deixe de prestar uma contribuição importante ao nosso País.

Por outro lado, a impressão que tenho, com tantas leis que proíbem coisas assim, que estabelecem regras desse tipo, é que estamos considerando que o povo brasileiro, todo ele, seria atíco, uma malta de corruptos, uma multidão de irresponsáveis. O fato é que milhões de trabalhadores, no Rio de Janeiro, por exemplo, acordam de madrugada, tomam trens inseguros e estão deslocando-se não para roubar, assaltar ou praticar algum ato de banditismo, mas para trabalhar. Essas pessoas precisam, por exemplo, urgentemente, de leis que garantam aquela cidadania de que tanto falamos. São pessoas que passam a vida inteira contribuindo, por exemplo, para a Previdência Social, e depois de completarem a sua trajetória, têm que requerer, demonstrar que pagaram, juntar comprovantes, receber a maçada e esperar que algum burocrata se disponha a lhe atender. Essas pessoas honradas, limpas, responsáveis, que são a imensa maioria do povo brasileiro, estão urgentemente precisando de uma legislação que resolva os problemas que enfrentam todos os dias; e estamos gastando o nosso tempo, pensando apenas naqueles que são corruptos, que são ladrões, que nomearam parentes ou que deixaram de nomeá-los.

A minha opinião pessoal, a minha oportunidade hoje, Srs. Senadores, é apenas a de procurar dividir com esta Casa um pequeno sonho: o de viver em um país em que homens e mulheres sejam éticos, sejam morais, sejam comprometidos com a dignidade independente de que tenhamos escrito num papel que são obrigados a se comportar direito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, analiso esse projeto de uma forma bastante simples.

Em primeiro lugar, entendo que deve-se levar em conta o custo-benefício. Se a nomeação de parentes e de aderentes para os cargos de confiança, como é de costume, trazer benefícios para esses serviços, não haverá qualquer problema. Todavia, se o nível de competência de pessoas realmente sérias, nomeadas de boa-fé, for muito inferior ao número daqueles que trabalham somente para fazer um acréscimo à renda familiar, não vejo porque causarmos um prejuízo à sociedade mantendo pessoas não tão capazes em detrimento dessa minoria injustiçada.

Concordo com a Senadora Emilia Fernandes e com os Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães e Casildo Maldaner quando afirmam que nem todos os parentes são incompetentes e descomprometidos com o serviço público. Todavia, ao que me consta, esse número de pessoas é insignificante em relação àqueles que são contratados para se livrar de um trabalho árduo, onde teriam que mostrar competência e assiduidade.

Lembro aqui um outro aspecto: um funcionário normal não pode faltar, entretanto, as regras se tornam mais maleáveis quando se trata de parente de uma autoridade.

Na revista *Veja* há uma reportagem interessante sobre o Estado da Paraíba. Há uma denúncia em relação a um Juiz, Sr. Severiano, acusado de ter contratado 63 parentes. Na reportagem, ele tem a coragem de se defender dizendo que isso é um erro e uma injustiça, pois não contratou 63 parentes, apenas 25, entre eles, a mulher, o genro, a nora, a esposa, etc. Penso, portanto, que o projeto é moralizador, embora concorde que alguns serão prejudicados.

Quanto à questão da competência, também faço uma observação, qual seja, por coincidência a maioria daqueles que têm o poder de fazer as nomeações sempre acham os seus parentes mais competentes do que os parentes dos outros. E os parentes dos outros também são competentes. Sendo assim, por que a competência recai apenas sobre os parentes daqueles que têm o poder de nomear? Nesse sentido, acho que o projeto é moralizador,

mas muito embora esteja de acordo que há algumas poucas injustiças.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de dizer, com todo o respeito, que esse projeto tem dois méritos: um é o da moralização e o outro é o da capacidade de suscitar, como ocorreu aqui, um grande debate e uma sessão de confissão, pois tivemos várias pessoas confessando que têm parentes em seus gabinetes e outros confessando que não os têm.

Para concluir quero também confessar que não tenho parentes em meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parentes são os dentes. O projeto é eminentemente demagógico. Eu quero me somar aqui ao combate ao nepotismo. "Nepote" era afilhado do Papa, que não era seu parente consanguíneo, mas simplesmente tinha a relação religiosa do batismo. Estigmatizar o parentesco próximo é muito interessante para conquistar manchetes na imprensa no dia de hoje. Mas não nos esqueçamos de que o Sr. Paulo César Farias não tinha laços sangüíneos com o Sr. Fernando Collor. E que o Sr. Pedro Collor, que o denunciou, era seu irmão.

Eu rejeito essa demagogia udenista. Gostaria de ver a mesma veemência no combate à reeleição de Prefeito, Governador e Presidente da República. Ai sim, absolutamente imoral porque se alicerça no poder de corromper e comprar o apoio e o silêncio da imprensa.

A simples menção da possibilidade da reeleição assanha e alvoroça prefeitos de todo o Brasil. E o Erário está pagando a conta da propaganda continuada. Neste momento, convir-me-ia o silêncio, como convém o silêncio a todas as pessoas que dependem do voto. Mas é preciso que se trate desses assuntos e de quaisquer outros no Senado da República com sinceridade absoluta.

Vou votar contra a proposta porque ela é incorreta, é demagógica, é inoportuna, é constrangedora. Mas gostaria que aqueles que a propuseram, no momento em que a demagogia maior, que é a imoralidade absoluta e atética da reeleição de cargos executivos, quando a proposta for votada, sejam capazes de alinhar os argumentos contra o nepotismo à reeleição nesta República de imprensa monolítica,

de pequenos grupos conduzindo a opinião pública nos Estados. Esta medida é sim absolutamente imoral e inoportuna.

Nomeei o Osmar, não porque era irmão do Álvaro, que havia sido meu antecessor, mas porque era e é competente. Mais competente que o irmão, que perdeu a eleição enquanto ele se elegeu Senador. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Continua o encaminhamento da votação.

Concedo a palavra ao eminente Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB - MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho a impressão de que a proibição de nomeação de parentes não leva a coisa alguma. É como se votássemos aqui uma lei recomendando que os Srs. Parlamentares votassem com ética, só a favor do interesse público, ou votando uma lei que determinasse que os juízes também julgassem com competência e com isenção.

Infelizmente não tenho filho para colocar no meu gabinete e sequer tenho parente ocupando cargo público. Mas acho sem sentido votarmos aqui uma lei proibindo que autoridades possam nomear pessoas que julguem adequadas para exercer determinada função.

Não estou de acordo com o pronunciamento do Senador Roberto Requião. Um dia desses concedi uma entrevista, durante a qual me perguntaram se eu era contra a reeleição. Eu disse que era a favor, porque evitar a reeleição é privar a Nação, às vezes, de pessoas altamente competentes. Entendo que cabe à população reeleger ou não. Aí o repórter me perguntou: V. Ex^a é contra a reeleição para o Senado e para a Câmara? Neste caso, não tive como responder, porque eu não havia pensado nisso ainda.

Penso que esse é um assunto que deve ser posto em discussão na hora oportuna.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB - CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora o assunto já tenha sido exaustivamente debatido - como membro e Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e tendo

participado dos debates, e, sobretudo na ausência do Senador Roberto Freire, que é, a pedido da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o autor desse projeto, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes na referida Comissão, quero declarar aqui o meu apoio à proposição que se faz necessária em função dos abusos que se tem praticado. É evidente que ele implica numa restrição de escolha dos titulares dos diversos cargos tanto do Poder Executivo como do Legislativo quanto do Judiciário, mas se impõe como uma medida saneadora.

Abusos recentes, amplamente divulgados pela imprensa, mostram a necessidade de se pôr um freio a essas escolhas, que em nada contribuem para o aprimoramento das instituições e do regime democrático.

Por isso, Sr. Presidente, quero me solidarizar com os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que estiveram presentes à votação do projeto. O referido projeto foi debatido, veio ao plenário, recebeu emendas, foi novamente discutido e votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, de certa maneira, representa o pensamento da Comissão, pelo menos dos membros que estiveram presentes e que votaram, por unanimidade, favoravelmente à proposição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o projeto, ressalvadas as emendas e a subemenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Na impossibilidade de a Mesa aferir o resultado da votação em Plenário, em virtude das divergências dos Partidos que constituem a maioria, vou proceder à votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores que não registraram o seu comparecimento que o façam.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista que boa parte da Bancada está votando contra a matéria, vamos liberá-la nesta votação.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Partido Socialista Brasileiro vota "sim" a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Estamos apurando a lista de frequência no computador.

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o PDT vota a favor da matéria.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não sei se estou fazendo alguma confusão, mas voto a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Em votação o projeto, ressalvadas as emendas e a subemenda.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação pelo sistema eletrônico.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade - Antonio Carlos Valadares - Benedita da Silva - Carlos Wilson - Coutinho Jorge - Edison Lobão - Eduardo Suplicy - Elcio Alvares - Esperidião Amin - Francelino Pereira - Gerson Camata - Humberto Lucena - Iris Rezende - Jefferson Peres - José Blanco - José Dutra - José Fogaça - Júlio Campos - Júnia Marise - Lauro Campos - Lúcio Alcântara - Marina Silva - Mauro Miranda - Ney Suassuna - Pedro Simon - Romeu Tuma - Sérgio Machado - Teotônio Vilela.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Magalhães - Bello Parga - Carlos Patrocínio - Casildo Maldaner - Darcy Ribeiro - Emília Fernandes - Fernando Bezerra - Flaviano Melo - Freitas Neto - Geraldo Melo - Hugo Napo-

leão - João França - João Rocha - Jonas Pinheiro - José Alves - Leomar Quintanilha - Lucídio Portella - Lúdio Coelho - Marluce Pinto - Nabor Júnior - Osmar Dias - Pedro Piva - Ramez Tibet - Renan Calheiros - Roberto Requião - Waldeck Ornelas.

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Bernardo Cabral - Levy Dias.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Votaram SIM 28 Srs. Senadores; e NÃO 26 Srs. Senadores.

Houve duas abstenções.

Total: 56 votos.

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 1995

Proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedado a membro de Poder e aos demais ocupantes de cargo, emprego ou função pública de qualquer dos Poderes, nomear cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau civil, para cargos ou empregos em comissão, bem como mantê-los nesses cargos ou empregos sob sua chefia imediata.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Passa-se à votação da subemenda às Emendas nºs 1 e 2.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Ficam prejudicadas as emendas.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final.

É a seguinte a subemenda aprovada:

SUBEMENDA-CCJ ÀS EMENDAS NºS 1 E 2

"Art. 1º É vedado a membro de Poder e aos demais ocupantes de cargo, emprego ou função pública de qualquer dos Poderes, nomear ou requisitar cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, para cargos ou empregos em comissão, bem como mantê-

los nesses cargos ou empregos sob sua chefia imediata."

Sala das Comissões, 1^o de novembro de 1995.
 – Iris Rezende, Presidente – Roberto Freire, Relator – Ronaldo Cunha Lima – José Eduardo Dutra – Josaphat Marinho – Elcio Alvares – Pedro Simon – Ademir Andrade – Francellino Pereira – Esperidião Amin – Roberto Requião – Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Presidência declara, de acordo com o art. 334 do Regimento Interno, que ficam prejudicados os projetos constantes dos Itens 4 e 5 da pauta, de acordo com os respectivos pareceres das Comissões.

A Presidência informa ao Plenário que os dois itens remanescentes da pauta necessitam de votação individual.

São os seguintes os itens cujos projetos são declarados prejudicados:

– 4 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1991 (nº 1.714/89, na Casa de origem), que regulamenta o art. 185, inciso I, da Constituição Federal, e define pequeno e médio produtores rurais, tendo

Parecer, sob nº 465, de 1995, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, pela prejudicialidade da matéria.

– 5 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1992 (nº 2.686/92, na Casa de origem), que estabelece os valores de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas no exercício de 1992, ano-base de 1991 e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Item 6

MENSAGEM Nº 314, DE 1995

Escolha de Autoridade

Discussão, em turno único, do Parecer nº 742, de 1995, da Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 314, de 1995 (nº 992/95, na origem), de 22 de setembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor RONALDO JOSÉ LOPES LEAL, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada à magistratura trabalhista de carreira, decorrente da aposentadoria do Ministro Luiz José Guimarães Falcão.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

A matéria constante do item 6 da Ordem do Dia, de acordo com o Regimento, pode ser apreciada em sessão pública, as matérias subseqüentes serão votadas em sessão secreta, na forma regimental.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares, vai ter início a votação pelo sistema eletrônico.

(*Procede-se à votação.*)

VOTAM OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Benedita da Silva – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emília Fernandes – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francellino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alves – José Arruda – José Bianco – José Dutra – José Fogaça – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Machado – Teotônio Vilela – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Votaram SIM 53 Srs. Senadores e NÃO 2.

Houve 6 abstenções.

Total: 61 votos.

O Senado aprovou a indicação do Sr. Ronaldo José Lopes Leal.

A comunicação será feita ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Os itens 7 e 8 constantes da pauta da presente sessão, nos termos do Regimento Interno, deverão ser apreciados em sessão secreta.

Solicito aos senhores funcionários as providências necessárias, a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

São os seguintes os itens a serem apreciados em sessão secreta:

- 7 -

MENSAGEM Nº 260, DE 1995

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 260, de 1995 (nº 753/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Sérgio Martins Thompson Flores, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Omã.

- 8 -

MENSAGEM Nº 351, DE 1995

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 351, de 1995 (nº 1.120/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Fernando Guimarães Reis, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil no Japão.

(A sessão transforma-se em secreta às 17h16min e volta a ser pública às 17h22min.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A sessão volta a ser pública.

Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 1.489, de 1995, lido no Expediente.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, Senadora Júnia Marise.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje na sessão do Congresso Nacional devem ser apreciadas várias matérias importantes, sobretudo medidas provisórias. Entre elas está a medida provisória que trata da securitização da dívida da agricultura brasileira.

Portanto, conclamo todos os companheiros Senadores de todos os Partidos, sobretudo os Líderes, para estar presentes.

A matéria é muito importante, e o campo precisa que ela seja votada com urgência.

É este o nosso apelo: que todos estejam presentes hoje na sessão do Congresso para votarmos a medida provisória que trata da securitização da agricultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra à Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG. Para uma comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer o registro nesta Casa do falecimento de uma figura mineira que na sua vida, na sua carreira, dedicou grande amor à causa pública.

É lamentável que estejamos aqui hoje para registrar nos Anais desta Casa o falecimento do poeta, do professor, do advogado Roberto Medeiros, que era o nosso suplente de Senador, escolhido pelas principais forças políticas do nosso Estado, a começar pelo ex-Presidente Itamar Franco.

A vida pública de Roberto Medeiros, particularmente na época do autoritarismo, foi marcada pela luta, pela resistência democrática e pela defesa da volta da democracia no nosso País.

Antes disso foi assessor parlamentar do ex-Senador Itamar Franco, que, quando chegou à Presidência da República, o indicou para Diretor da Telemig.

Roberto Medeiros era um homem muito conhecido em nosso Estado pela sua competência e pela sua inteligência. Dos seus livros, destacamos o que

ele lançou no último dia 9: *Contos e Cantos de Minas*, que retrata, pela versatilidade dos poemas, a história e a tradição do povo mineiro e as suas peculiaridades.

Deixa viúva uma mulher de fibra, de coragem, que foi sua companheira, sua amiga em todos os momentos: D. Elmar Alves de Medeiros. A ela e a toda família, manifestamos o nosso pesar, lamentando profundamente o falecimento desse grande homem público que durante todos os anos de sua vida se destacou na dedicação ao trabalho, na seriedade e no cumprimento do seu dever.

Registro aqui o pesar de todos os mineiros, de todos os seus amigos. Roberto Medeiros soube fazer amigos e recolher, durante todos os anos de sua vida, a amizade e, principalmente, o respeito e a admiração daqueles que conviveram com ele.

Era o registro que gostaria de fazer, lamentando profundamente que hoje tenhamos perdido Roberto Medeiros, nosso primeiro Suplente de Senador, que, com a sua dignidade, com o seu nome, com a sua determinação e a sua coragem, teve grande desempenho em nossa caminhada em Minas Gerais, em 1990, para chegar ao Senado da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Júnia Marise, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Júlio Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de aproveitar o debate que se está travando no Senado Federal no momento em que se discute o polêmico projeto do Sivam, no qual nomes de Parlamentares são envolvidos na tramitação do projeto.

Há pouco ouvi, de meu gabinete, o discurso do Senador Jefferson Péres, reportando-se ao noticiário que menciona o nome do Senador Gilberto Miranda. S. Ex^a trouxe à discussão, mais uma vez, um tema que muito me tem preocupado desde minha chegada ao Senado Federal: o relacionamento entre o setor público e o privado, o comportamento das autoridades do Poder Executivo e dos membros do Poder

Legislativo em relação a assuntos de natureza econômico-financeira, ou de outra natureza, no encaminhamento dos quais, de uma forma ou de outra, participamos.

Atualmente, no mundo todo, existe a preocupação para definir os limites da ética e da moral não apenas sob o aspecto legal, porque muitas vezes os limites legais até podem ser definidos em leis, em regimentos, em regulamentos, em estatutos, mas há sempre um campo de indefinição, que fica como que na dependência da conduta de cada um de nós.

Devemos esforçar-nos, tanto quanto pudermos, para balizarmos melhor a área de atuação dos membros dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Aqui mesmo, neste plenário, muitas vezes condenamos autoridades do Poder Executivo que, aparentemente, tinham relações incestuosas ou comprometedoras com a iniciativa privada. Muitos deles foram exonerados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, como agora mesmo ocorreu com o seu Chefe de Cerimonial do Palácio da Alvorada, Embaixador Júlio César Gomes dos Santos, pelo fato de ter exercido um possível tráfico de influência para beneficiar empresas ou empresários que tenham relação com projetos do Poder Executivo.

Temos também de examinar esse aspecto interno do Poder Legislativo. O Presidente Fernando Henrique, neste particular, tem sido exemplar, porque não contemporiza, sequer julga o comportamento dessas pessoas, mas, com base nos elementos de que dispõe, considera dispensável a colaboração do seu Governo, para que não possa ter qualquer tipo de comprometimento em relação a essas questões. Evidentemente, essa nossa conduta exige um comportamento de nossa parte. Não estamos aqui para julgar ou condenar alguém, até porque, em princípio, todos são inocentes, pois não há culpa presumida.

Recentemente, o Congresso dos Estados Unidos, nessa crise entre o Congresso e o Executivo, aprovou uma série de normas que exige um comportamento muito mais rígido de seus membros com relação a favores, a benefícios, a doações, a presentes que qualquer um dos membros do Poder Legislativo possa receber de qualquer empresa, de qualquer corporação que tenha interesse junto àquele Poder.

Na Inglaterra, foi nomeado um juiz, dentro do costume das instituições daquele país, o Juiz Nolan, que elaborou o chamado Relatório Nolan, cujas recomendações se transformaram em sugestões de projetos de lei que também passam a exigir dos

membros do parlamento um comportamento muito mais rigoroso em relação a esses assuntos.

Aqui no Senado - já falei a respeito mais de uma vez aqui no plenário - existe a Resolução nº 20, que instituiu o Conselho de Ética do Senado e faz várias exigências em relação a cada Senador de **per si** sobre questões de patrimônio, endividamento e participação em empresas, determinando, inclusive, que alguns dados sejam publicados em jornais de circulação nacional. Pois bem, os membros do Conselho de Ética já foram indicados, mas até hoje o Conselho não se reuniu para eleger seu presidente, enfim, seus dirigentes. E nós ficamos sem esse instrumento, que já existe em nossas disposições regimentais. Sem ele, não podemos orientar-nos em algumas questões que surgem e para exigir, inclusive, o cumprimento das obrigações que nos impõem em relação a questões ligadas ao patrimônio e à participação acionária em empresas, relacionamentos pessoais ou de parentes próximos com o Governo. Portanto, estamos todos descumprindo, sem exceção, por inércia, porque esse Conselho não se reúne.

Quero, neste meu pronunciamento, mais uma vez, cobrar isso. A Mesa sempre diz que falta um acordo entre os partidos para determinar quem vai ser o presidente, o vice-presidente e assim por diante. Os seus membros já estão escolhidos e inclusive sugeri que o menos jovem promovesse essa reunião; ele seria o presidente e instalaria o Conselho. Isso para que não fiquemos desprotegidos em relação a essa matéria e, amanhã ou depois - se viermos a ser provocados, porque estamos cumprindo uma exigência do Regimento -, não nos queixemos de que se trata de perseguição a políticos, a parlamentares e de que é mais uma vez uma mobilização para afrontar as instituições, denegrir o Parlamento. Ora, nós mesmos não estamos cumprindo uma obrigação curial nossa, que é justamente a instalação desse Conselho. O Conselho não deve se preocupar em ser uma inquisição. Ele é um instrumento previsto no nosso Regimento para tratar desses assuntos.

O Sr. Jefferson Peres - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Ouço com prazer V. Ex^a

O Sr. Jefferson Peres - Senador Lúcio Alcântara, muitos parlamentares têm um comportamento hipócrita e discriminatório em relação ao Executivo. Aham que o Ministro não pode viajar no jato de um empresário. Também acho que não pode e nem deve, principalmente se se tratar de empresário que tenha negócios com o Governo. Mas esses mesmos

parlamentares não mostram a mesma indignação com parlamentares que também pegam carona em jatinhos de empresários. O Ministro é membro de um Poder assim como somos também. O que os ministros não podem fazer também não podemos. Creio que o código de ética deve ser posto em execução imediatamente. Não importa, Sr. Lúcio Alcântara, se pessoas como eu, V. Ex^a e outros congressistas sérios sejamos acusados de moralismo, de demagogia, que estamos querendo mídia. Sinto-me muito à vontade porque não bajulo nem procuro mídia, não procuro nem jornalista. Se os jornalistas me procurarem, eu os atenderei com o maior respeito, mas não ando em busca de notícias nem de notícias em jornal. De forma que temos um problema com nossa consciência e devemos fazer o que nos parece certo, de acordo com um Código de Ética, para valer, em execução. Isso é urgente e deve ser feito. Meus parabéns pelo seu discurso, Senador.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) - Muito obrigado, Senador Jefferson Péres. Realmente, não se trata de farisaísmo, de estar aqui pregando o moralismo como forma de me promover. Não estou, assim como V. Ex^a - e acredito que a grande maioria dos Senadores aqui - não está, preocupado com esse tipo de promoção. Sinto-me constrangido quando verifico que se acusa com facilidade, de forma até leviana, autoridades do Poder Executivo. Cobramos comportamentos deles sem olharmos para o nosso próprio desempenho. Não se trata aqui de instalar processos inquisitoriais, nem de monitorar o comportamento de colegas. Não é nada disso. Nós já encontramos esse instrumento, ele já está aí.

Fica muito mal para nós dispormos de um instrumento que deve balizar nossa conduta aqui, estabelecendo determinados procedimentos como próprios, cabíveis e exigíveis de qualquer senador e não damos cumprimento a isso. Com que autoridade poderemos cobrar, amanhã, comportamentos, atitudes, regras de conduta de membros de outros Poderes? É preciso que olhemos com cuidado para isso.

Pedi a V. Ex^a, Senador Levy Dias, que está no exercício da Presidência, que instasse as Lideranças para que promovesse a instalação desse Conselho, porque a Mesa já disse que o problema não lhe cabe mais; ele agora está com as lideranças dos partidos. Há interesse em não estabelecer o Conselho? Há alguma dificuldade? Pode até ser que amanhã, depois de estabelecido, o Conselho precise rever seus instrumentos de funcionamento e se organize para cumprir suas tarefas. Contudo, sincera-

mente, sinto-me constrangido em verificar que estamos descumprindo exigência do nosso Regimento. Penso que todos estão empenhados no processo de valorização desta Casa, no propósito de trabalhar, de produzir e realmente de colocar o Senado na posição que ele merece e a que tem direito; não podemos descurar disso.

Concluo o meu pronunciamento, pedindo a V. Ex^a que faça essa diligência junto às Lideranças para que esse conselho possa instalar-se.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - V. Ex^a será atendido, Senador Lúcio Alcântara.

Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Bezerra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Os Srs. Senadores Esperidião Amin, Edison Lobão e Freitas Neto enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPBSC) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Oriente Médio voltou às manchetes da imprensa mundial. O brutal assassinato do primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, expôs com clareza a face violenta da intolerância.

No caso, um obscuro judeu de 21 anos tirou a vida do mandatário do país. Disse ter agido por ordem de Deus. Era um fundamentalista judaico, tão cruel quanto qualquer extremista.

Já vimos o mesmo filme outras vezes. Catástrofes, genocídios, execuções em massa, fogueira de corpos, tortura. Tudo em nome de Deus ou de uma causa que pode ser batizada de paz, democracia, justiça.

Nesse processo, a mídia cria demônios. Hitler, Mussolini, Aiatolá Komeini, Muamar Kadafi, só para lembrar alguns. Sadam Hussein é a mais recente encarnação de Satanás.

O mundo inteiro se uniu contra ele. O resultado foi o bombardeio de Bagdá, visto por milhares de telespectadores como mais um jogo de efeitos especiais a disputar com Spielberg o Oscar da Academia de Hollywood.

A brincadeira, Sr. Presidente, deixou um saldo amargo. Destruíu lares, ceifou a vida de milhares de inocentes e mutilou outros tantos.

De joelhos, o Iraque assinou a rendição. A Organização das Nações Unidas, "em nome da justiça", impôs pesado embargo internacional ao país.

Há evidências favoráveis ao levantamento do embargo. Há três anos, Rolf Ekeus, chefe da Comissão da ONU que inspeciona o desarmamento do Iraque, visita regularmente a ex-Babilônia. Recolhe dados sobre o arsenal de destruição maciça e o potencial da indústria bélica iraquiana.

No último relatório, ele acolheu com expressões de admiração o que chamou de "virada de 180 graus" do regime de Bagdá, que estaria abrindo para a fiscalização todas as instalações bélicas, inclusive as de armas biológicas.

Também se deve registrar o esforço para a fiscalização de todas as instalações bélicas, inclusive as de armas biológicas.

Registram-se também as preocupações internacionais e o trabalho de repórteres e equipes de tevê.

Todos eles, Sr. Presidente, gozaram de ampla liberdade de ir e vir. Visitaram os centros de votação em várias províncias do país. Foram a Bagdá, Basra, Najaf, Kerbalá, Kirkuk, Mosul e tantas outras sem acompanhantes ou supervisores.

Puderam presenciar, nessas andanças, o entusiasmo e a liberdade dos cidadãos iraquianos, que acorriam maciçamente às urnas. Não registraram quaisquer incidentes que pudessem prejudicar o caráter legal do processo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o relatório do imparcial Ekeus e a evolução política do país acenam com o fim do embargo internacional ao Iraque. Certo? A lógica diz que sim. Mas interesses maiores dizem que não.

A reação de Washington diante dos recentes fatos foi de reiterar a necessidade de continuação do embargo. A Inglaterra acompanhou os Estados Unidos.

As sanções todos sabemos escondem interesses outros, bem distantes dos humanitários, menos nobres do que desejaríamos. Sem falar nos objetivos estratégicos embutidos no Golfo Pérsico, cito um exemplo. A Arábia Saudita, principal aliada dos Estados Unidos na região, auferiu benefícios do bloqueio. Aumentou as exportações de 5 milhões para 8 bilhões de barris de petróleo por dia.

O levantamento das sanções tem-se revelado tarefa hercúlea, quase impossível de se levar a cabo. Mas o Iraque revela empenho e determinação em cumprir a parte que lhe cabe.

É vez agora de a ONU fazer a sua parte. Há luz no fim do túnel. Estados Unidos e Inglaterra são

contrários ao levantamento das sanções. Mas os outros membros do Conselho de Segurança não têm a mesma posição. Rússia, França e China têm pressa de reatar os vínculos comerciais com o Iraque.

A mesma pressa têm os países do mundo livre. E o Brasil, Senhor Presidente, Nação que se orgulha de defender a justiça onde ela se vê ameaçada, não pode fechar os olhos diante da brutal pena a que se condena um povo que já pagou a sua conta.

É em nome da Justiça que apelo para o Ministério das Relações Exteriores de nosso País envidar esforços capazes de despertar o mundo para a situação de desamparo em que se encontra o Iraque.

A morte de Yitzhak Rabin vem ao encontro desse meu apelo. Ela ensina duas lições. A primeira: a tolerância, a convivência dos contrários, é a única saída para aquela região conturbada. A segunda: não existe uma paz extensiva a uns e proibida a outros. A paz é singular e universal. Vale para todos. Ou não vale para ninguém.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) - Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, a Governadora Roseana Samey assinou, dia oito do corrente mês, o Protocolo de Intenções que vai permitir a implantação de um projeto siderúrgico no Distrito Industrial de São Luís.

A importância desse Protocolo é de grande relevância para o meu Estado do Maranhão. E, afinal, deflagra uma ação concreta para um plano que vem sendo estudado e tentado desde 1967.

Na verdade, nada justifica que o Maranhão não tenha a sua siderúrgica. Com as suas formidáveis jazidas de minério de ferro, com a sua excelente Ferrovia de Carajás e o porto da Ponta da Madeira, no Itaqui - um dos mais completos do País -, parece incompreensível que essas potencialidades não tenham sido ainda amplamente aproveitadas, permitindo ao Brasil exportar não somente o minério de ferro bruto de Carajás, mas os produtos que dele podem ser extraídos.

É bom lembrar que o Porto de Itaqui, no Maranhão, pela sua posição geográfica e pela sua qualificação técnica, é o ponto brasileiro mais próximo dos maiores mercados consumidores mundiais. Em consequência, o que oferece melhores condições de custo para os importadores europeus e norte-americanos.

O governo brasileiro, a meu ver, devia aproveitar tais condições não somente para o que é produzido no Maranhão, mas para tantos outros produtos nacionais que enfrentam a concorrência internacional.

No que se refere ao minério de ferro, permito-me repetir e enfatizar: torna-se imperioso que possamos beneficiá-lo no Maranhão, processá-lo e manufaturá-lo, enriquecendo o valor do bem a ser exportado.

Desnecessário ressaltar o que disto resultaria em benefícios para o País e para o Maranhão: mais divisas, mais empregos, maior movimentação da economia nordestina.

Sr. Presidente, esta a visão que envolveu a oportuna iniciativa da Governadora Roseana Samey.

Acrescente-se que, pelo Protocolo de Intenções firmado pela Governadora do Maranhão, o empreendimento será levado adiante por uma empresa privada, a Companhia Siderúrgica do Itaqui, a qual se obriga a cumprir a aprimorada legislação ambiental do meu Estado.

A nova empresa, por outro lado, obriga-se a "assegurar condições equânimes de participação de empresas sediadas no Maranhão na construção das suas unidades bem como no fornecimento de bens e serviços necessários à implantação e operação do projeto, de forma a permitir a ocupação preferencial de mão-de-obra local e ensejar a verticalização da produção siderúrgica".

Esta, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a importante informação que tenho o prazer de trazer a esta Casa.

Além dos aplausos, levo à Governadora Roseana Samey a certeza de que, aqui no Senado, terá ela todo o meu esforço pessoal para que do mencionado Protocolo de Intenções ecloda em nosso Estado o complexo siderúrgico há tanto ambicionado pelos maranhenses.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. FREITAS NETO (PFL-PI) - Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visita no próximo dia 24, sexta-feira, o Estado do Piauí. Nessa visita, participa de inauguração da ponte sobre o rio Poty, em Teresina, que foi construída recentemente pelo Governo do Estado e que leva o nome do ex-prefeito Wall Ferraz, numa justa e merecida homenagem a quem muito trabalhou pela capital do Piauí.

Além disto, Srs. Senadores, o Presidente autoriza a celebração de convênio da Eletrobrás garantindo recursos à CHESF para que implante linha de transmissão elétrica, de 235 KW, de São José do Piauí até Eliseu Martins.

Esta obra reveste-se de grande importância para o Piauí. O Governo do Estado dela necessita para que, por meio de sua empresa de energia, Cepisa, possa implantar, em 69 KW, a linha complementar - de responsabilidade do Estado - que ligará Eliseu Martins a Redenção da Guruguéia.

Com estes trabalhos, a cargo da Chesf, a que o Presidente acaba de garantir os recursos, e da Cepisa, o suporte elétrico de todo o Sul piauiense ficará resolvido, dotando tanto a região do Guruguéia quanto a do Vale do Parnaíba de energia de boa qualidade. Evitam-se assim os constantes desligamentos da rede, as quedas de tensão, a queima de eletrodomésticos; possibilita-se ainda a instalação de equipamentos agroindustriais.

O Sul do Piauí é uma região promissora, com excelentes perspectivas de desenvolvimento. Faltam-lhe investimentos.

Gostaríamos de destacar a participação do Ministro das Minas e Energia, Dr. Raimundo Brito, nesta importante medida que o Governo Federal acaba de tomar e que contribui decisivamente para o aproveitamento do potencial da região. Sendo da Bahia, nosso vizinho portanto, e tendo exercido inclusive a Secretaria de Obras de seu Estado, conhece bem as potencialidades a que nos referimos e, assim, muito colaborou para a concretização desse evento.

Ressaltamos, ainda, o êxito de uma postura que sempre defendemos: a união das forças políticas do Piauí, acima de questões que muitas vezes prejudicam o povo. Os Senadores e Deputados Federais, principalmente aqueles conhecedores da realidade do Sul do Piauí, viabilizaram esse empreendimento. A força da bancada federal piauiense reunida, com o apoio do Governador do Estado, foi responsável pela relevante providência que é a celebração do convênio Eletrobrás-CHESF, com a presença honrosa do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Presidência lembra aos Srs. Senadores que hoje, às 19h, será realizada uma sessão extremamente importante do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã, a realizar-se às 14h30min, a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1 -

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.483, de 1995)

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1994 (nº 209/91, na Casa de origem), que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 699, de 1995, da Comissão

- **Diretora**, oferecendo a redação do vencido.

(Dependendo de pareceres das Comissões de **Assuntos Sociais** e de **Constituição, Justiça e Cidadania** sobre as emendas de Plenário)

- 2 -

MENSAGEM Nº 376, DE 1995

Votação, em turno único, da Mensagem nº 376, de 1995 (nº 1.280/95, na origem), solicitando considerar sem efeito a indicação do nome do Doutor Renê Adão Alves Pinto para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio 1995 a 1998, constante da Mensagem nº 370, de 1995.

- 3 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1992 (nº 552/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação de tratores e máquinas agrícolas com estrutura de proteção contra capotagem e outros equipamentos de segurança e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 419 e 751, de 1995, da Comissão

- de **Assuntos Sociais**, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que oferece; 2º pronunciamento: favorável às emendas nºs 2 e 3, de Plenário.

- 4 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 66, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 1995 (nº 70/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, de 4 de novembro de 1994, que

emenda o Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, de 18 de março de 1993, entre o Brasil e a França, tendo

Parecer favorável, sob nº 743, de 1995, da Comissão

– de **Relações Exteriores e Defesa Nacional.**

– 5 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 88, DE 1995**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1995 (nº 125/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, 1º de setembro de 1994, tendo

Parecer favorável, sob nº 744, de 1995, da Comissão

– de **Relações Exteriores e Defesa Nacional.**

– 6 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 161, DE 1995**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 1995 (apresentado como conclusão do Parecer nº 712, de 1995, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao 2º trimestre de 1995, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes.

– 7 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 162, DE 1995**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 1995 (apresentado como conclusão do Parecer nº 713, de 1995, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao 3º trimestre de 1995, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional e as justificativas pertinentes.

– 8 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
art. 172, I, do Regimento Interno)**

Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1994 (nº 2.161/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais.

(Dependendo de parecer da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**)

– 9 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 1995
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
art. 172, I, do Regimento Interno)**

Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1995 (nº 534/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a anistia relativamente às eleições de 3 de outubro e de 15 de novembro dos anos de 1992 e 1994

(Dependendo de parecer da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**)

– 10 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1992 (nº 566/91, na Casa de origem), que inclui os asilos na abrangência da Lei nº 6.239, de 19 de setembro de 1975, que "regula as ações de despejo de hospitais, unidades sanitárias oficiais, estabelecimentos de saúde e ensino, tendo

Parecer sob nº 104, de 1995, da Comissão

– de **Constituição, Justiça e Cidadania**, pela prejudicialidade da matéria.

– 11 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1993 (nº 1.396/91, na Casa de origem), que exclui a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. – EMBRAER da abrangência da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que criou o Programa Nacional de Desestatização.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h42min.)

ATA DA COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 185/95-sf, destinada a "apurar graves denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a atividade de mineração no Brasil".

26ª Reunião realizada em 25 de outubro de 1995

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, às nove horas e cinquenta minutos na sala 15 da ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Ramez Tebet, José Bianco, Leomar Quintanilha, Ernandes Amorim e Carlos Bezerra, membros da CPI da Mineração, destinada a "apurar graves denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a atividade de mineração no Brasil". Abertos

os trabalhos, o Senhor Presidente convidou o Senador José Blanco, para atuar como Relator nessa reunião, até que chegue o titular, Senador Romero Jucá. Foi submetido pelo Senhor Presidente a Ata da 25ª reunião, sendo dispensada sua leitura pelos presentes, tendo sido aprovada. A seguir foi convidado a depor o Deputado Estadual pelo Estado de Mato Grosso, Wilson Santos, que após o juramento de praxe passou a relatar o histórico sobre a Urucum Mineração S/A. e de como ocorreu a venda das ações pertencentes ao seu Estado, de forma irregular, sendo que na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, ele depoente, requereu uma CPI para investigar o caso. Questionaram ao Deputado Wilson, o Senhor Relator e os Senhores Senadores Carlos Bezerra, Emandes Amorim, Leomar Quintanilha e o próprio Presidente, Senador Ramez Tebet. Dando seqüência à reunião, foi tomado o depoimento do Dr. Ernesto França Barreto, ex-Diretor da Urucum Mineração, que também fez um histórico de como foi fundada essa empresa e sobre o seu funcionamento até ser vendida; o depoente foi sabatinado pelos Senadores Leomar Quintanilha e Ramez Tebet. Continuando, foi ouvido o Dr. Armando Lacerda, também ex-Diretor da Urucum, que mostrou, de maneira brilhante, ser conhecedor de todas as fases da Mineração, e isto, por ter exercido várias funções na mesma e na Metamat; apresentou ainda, vários documentos que mostram as irregularidades ocorridas na venda das ações da Urucum, tendo inclusive subscrito a Ação Popular que tramita na Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul visando a anulação da venda das ações. A seguir, o depoente foi questionado pelo Senhor Presidente, Ramez Tebet, e também pelos Senadores Carlos Bezerra e Leomar Quintanilha; a todos respondeu com explicações plausíveis sobre o assunto. Foi convidado a depor o Geólogo, Max Salustiano de Lima que foi o autor do relatório de levantamento das empresas Consult e Leasecorp, mostrou como efetuou o relatório e foi questionado pelos Senadores Leomar Quintanilha, Carlos Bezerra e Ramez Tebet, tendo mostrado de maneira enfática os subsídios que o levou a produzir o relatório citado. Encerrando os trabalhos, o Senhor Presidente leu expedientes enviados pelo Senador Ernandes Amorim em que requeria a oitiva dos Drs. Jaime Veríssimo de Campos, Pedro Pedrossian e Paulo Nantes dos Santos. Foi convocada reunião de trabalho para o dia 26-10-95, às 10:00 horas. Não havendo nada mais a tratar e sem que alguém mais se manifestasse, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário

da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquígráfico, que faz parte integrante da presente ata.

Presidente: Senador **Ramez Tebet**

Relator: Senador **Romero Jucá**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar possíveis irregularidades no setor da mineração no território brasileiro.

Convido o Senador José Blanco a tomar assento como Relator até que chegue ao nosso plenário o Senador Romero Jucá.

Convido o Deputado Wilson Santos, da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul para, aqui da mesa, prestar o juramento legal e trazer os esclarecimentos sobre o assunto de que tenha conhecimento.

Com a palavra o ilustre Deputado Wilson Santos, que vai fazer o juramento, na forma da lei.

O SR. WILSON SANTOS - Juro dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja de meu conhecimento, sobre fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a mineração no Brasil, Senador Ramez Tebet, do PMDB de Mato Grosso do Sul, demais Senadores, é com muita honra que comparecemos ao Senado, atendendo a convocação desta Casa, para prestar informações com relação à Urucum Mineração S.A.

A venda da Urucum Mineração S.A. tem provocado polêmica devido ao preço pelo qual foi efetuada a transação. Antes de se entrar no mérito dessa questão, será feita uma avaliação quantitativa desse patrimônio para que os Senadores entendam o nosso inconformismo com a realização desse negócio.

O Brasil é o quinto país detentor de reservas mundiais de minério de manganês, atrás da África do Sul, Rússia, Austrália e Gabão, com uma reserva estimada em 350 milhões de toneladas, distribuída nos Estados de Mato Grosso do Sul, Pará, Minas Gerais, Amapá, Bahia e Goiás.

Em Mato Grosso do Sul, na região de Corumbá e Ladário, encontram-se as maiores reservas de manganês do Brasil, com aproximadamente 248 milhões de toneladas, sendo que a maior parte se encontra no Morro de Urucum - uma jazida estimada em 120 milhões de toneladas, o que representa 34,5% de toda a reserva nacional - e pertence à Urucum Mineração S.A.

As reservas de minério de ferro na região de Corumbá e Ladário ascendem a 30 bilhões de toneladas. Desse total, apenas 1 bilhão de toneladas é economicamente lavrável atualmente.

A Urucum Mineração S.A. possui uma grande reserva de minério de ferro nos morros de Urucum, Jacadigo e Morro Azul. Dos 30 bilhões de toneladas, estima-se que 45% estejam depositadas nesses três morros. Diante da potencialidade dessa imensa jazida, a Urucum Mineração resolveu investir pesado na mecanização de suas operações, visando aumentar a produção e a produtividade. Assim é que para atingir a atual produção de aproximadamente 350 mil toneladas/ano de minério de manganês, a Urucum passou, desde 1989, a reinvestir seu lucro na modernização de suas operações subterrâneas, com a finalidade de aumentar a produtividade e diminuir o custo de produção.

Nesse período, os investimentos por meio de seus lucros operacionais foram em torno de US\$4 milhões. Introduziu-se equipamentos de alta tecnologia, importando da Suécia, da Finlândia e dos Estados Unidos equipamentos de última geração em minas subterrâneas. Com sua atual estrutura de produção, a Urucum Mineração poderá produzir até 150 mil toneladas/ano de minério de ferro.

No entanto, após todo esse trabalho de viabilização da mina e quando os resultados começaram efetivamente a surgir, eis que em 15 de agosto de 1994, às vésperas da eleição e no final do seu mandato, o Ex-Governador do Estado de Mato Grosso, Jaime Veríssimo de Campos, efetua uma negociação das mais polêmicas da sua administração, promovendo a venda das ações que a Companhia Mato-Grossense de Mineração - METAMAT - possuía na Mineração Urucum S.A. para a Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores estatais do Governo Federal e um dos acionistas da própria Urucum Mineração S.A.

Inconformados com essa ação deletéria do Governo, em 30 de novembro promovemos uma audiência pública em Cuiabá destinada a tratar da venda da Urucum Mineração S.A. junto aos diversos segmentos da sociedade mato-grossense. O requerimento que deu origem à audiência visava rediscutir não somente a venda, mas o valor da transação com as ações da Urucum, detentora da maior reserva de manganês do País e de uma reserva de minério de ferro nada desprezível.

Como consequência dessa ação, em 8 de fevereiro a Procuradoria-Geral do Estado, seguindo orientação do novo Governador do Estado, Dante

Martins de Oliveira, deu entrada na Segunda Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, solicitando a suspensão da venda das ações da Urucum Mineração S.A., passando a ser co-autor da ação popular movida em agosto do ano passado pelo Ex-Governador José Fragelli e outros.

O que não podemos aceitar passivamente é a venda da empresa detentora da maior jazida de minério de manganês do País e de uma das maiores reservas de minério de ferro, com uma estrutura de produção das mais modernas e com um faturamento, em 1994, em torno de US\$19 milhões por apenas R\$8,4 milhões para o Estado de Mato Grosso, dos quais 5%, isto é, R\$420 mil foram pagos em comissão para a empresa Consult, do Rio de Janeiro, uma das avaliadoras do patrimônio, e R\$10,059 mil gastos em taxas. Foram pagos em espécie R\$5,176 milhões para a Metamat, e R\$2,8 em carta de crédito, isto é, em desrespeito ao patrimônio público e uma verdadeira afronta ao bom senso.

O nosso objetivo, Srs. Senadores, com esta luta, é inicialmente suspender a venda e, posteriormente, discutir com os vários segmentos da sociedade se o Estado deve ou não continuar a participar da Urucum, pois até os mais ardorosos defensores das privatizações condenam a ausência do Estado na extração de minérios nobres, como o ferro, e principalmente o manganês, assim como procurar saber qual é o valor justo das minas da Urucum.

É importante também salientar, Senador Ramez Tebet, de forma didática, que essas minas são famosas e são conhecidas desde o período imperial, quando o então Imperador D. Pedro II concedeu as primeiras autorizações para exploração. A partir de 1905, uma empresa belga explorou as minas, fazendo isso até 1918. A partir dos anos 40, o então Presidente Getúlio Vargas e o então Interventor Federal em Mato Grosso, Júlio Miller, concederam autorização para o grupo paulista Chama explorar as minas, o que foi algo polêmico.

Finalizando, em 1974, o então governador José Fragelli, assessorado pelo saudoso jurista Hely Lopes Meirelles, anulou a concessão ao grupo Chama. Logo após, foi criada uma empresa mato-grossense, com o nome Metamat, que passou a gerir os negócios juntamente com a empresa Urucum.

Nesse período, por volta de 1976, o Governo Federal também acabou entrando, como partícipe, nessa empresa e numa empresa mineira chamada Convap. Com isso, a Urucum passou a ter três proprietários: o Estado de Mato Grosso, com 46,6%; a

União, por meio da Vale do Rio Doce, com 46,6%; e a empresa mineira Convap, com aproximadamente 6,6%, totalizando os 100% da empresa.

A empresa sempre teve altos e baixos, conforme a visão de cada Governador de Mato Grosso. Com a divisão do Estado, pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, a Comissão de Avaliação Patrimonial acabou sugerindo que todo esse patrimônio fosse pertencente ao remanescente Estado de Mato Grosso. Os sul-mato-grossenses não aceitaram essa decisão; o Governador eleito, Wilson Barbosa Martins, deu entrada, no ano de 1983, a uma ação no Supremo Tribunal Federal, pleiteando a devolução desses 46,6% de ações da Empresa Urucum para o Estado de Mato Grosso do Sul, entendendo que, de maneira justa e legal, aquelas ações pertenciam àquele Estado.

Essa demanda judicial prosseguiu até 1994, quando os ex-Governadores Pedro Pedrossian e Jaime Veríssimo de Campos assinaram um termo de acordo, em que o Estado de Mato Grosso do Sul retirou a ação do Supremo Tribunal Federal - já havia parecer da Procuradoria Geral da República a respeito -, e, em troca, recebeu 18% das ações; o Mato Grosso passou a ter 28,6% das ações.

Então, houve uma nova configuração percentual, em que a Vale do Rio Doce passou a possuir 46,6% das ações; a Convap, 6,6%; o Estado de Mato Grosso, 28,6%; e o Estado de Mato Grosso do Sul, 18%.

De posse desse acordo, os dois Governadores foram buscar as respectivas autorizações legislativas para alienarem as ações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Em Mato Grosso, o Governador Jaime Veríssimo de Campos encaminhou mensagem à Assembléia Legislativa no último dia útil de 1993, exatamente no dia 15 de dezembro. Essa mensagem foi votada e aprovada pela Assembléia, em prazo recorde, sem ter sido discutida, em Plenário, por nenhum dos Deputados, tendo em vista a forma como foi conduzida, o encaminhamento em Plenário dado pela Mesa Diretora dos trabalhos.

Naquela oportunidade, eu era Deputado Estadual licenciado e ocupava o cargo de Secretário Municipal dos Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Cuiabá. A sociedade não tomou conhecimento da chegada dessa mensagem do Executivo na Assembléia, a qual - posso afirmar -, na sua grande maioria, não cumpriu o verdadeiro papel do Parlamento, que é tomar conhecimento da matéria e discuti-la exaustivamente, até que haja o convencimento de todos os seus Pares. Nesse caso, haveria condições de submetê-la à votação.

Esse processo - repito - foi orquestrado entre o Poder Legislativo, por intermédio da sua Mesa Diretora, e o Governador Jaime Veríssimo de Campos, que tinha interesse que a matéria não se tornasse de conhecimento público, principalmente de conhecimento da Oposição naquela Casa.

No Estado de Mato Grosso do Sul, aconteceu coisa pior, porque a Assembléia Legislativa acabou aprovando um decreto legislativo, o que, a meu ver, não conferia poderes legais, para que o Executivo Estadual pudesse, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, executar a alienação daquelas ações que estavam em nome do Estado do Mato Grosso do Sul.

De posse dessas autorizações, os Governadores Pedro Pedrossian e Jaime Veríssimo de Campos finalizaram os entendimentos e levaram as ações dos dois Estados, as quais perfaziam um total de 46,6% aproximadamente, a leilão na Bolsa de Valores, que foi realizado no dia 15 de agosto de 1994. É importante frisar que ninguém se interessou pelas ações, pois absolutamente ninguém ofereceu lance. Com isso, exercendo o seu direito de preferência, a companhia Vale do Rio Doce acabou comprando as ações pelo preço estipulado em edital de aproximadamente R\$14 milhões.

É importante frisar também que o ex-Governador José Fragelli, homem que possui notório reconhecimento público - é reconhecido por sua honestidade, por ser um bom administrador e um homem zeloso pelo patrimônio público quando governou o Estado de Mato Grosso; goza de imensa credibilidade por essas características que possuiu em toda a sua vida pública, como administrador e como Presidente do Senado -, é o principal autor dessa ação popular, juntamente com outras pessoas, dentre as quais está o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Mineração da região de Corumbá e Ladário, no Mato Grosso do Sul.

Por volta de uma semana antes do leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, essa ação popular foi impetrada na Comarca de Campo Grande, prevendo a obtenção de liminar para suspender o tão pouco propalado leilão. Naquele momento, não se obteve êxito, não se obteve a liminar, e o leilão acabou acontecendo. Mas ainda no mês de setembro, o Juiz da 2ª Vara Fazendária da Comarca de Campo Grande concedeu liminar, anulando a venda das ações da Urucum Mineração, por entender que o processo estava elvado de vícios, de desrespeitos à legalidade, e não possuía amparo legal, nem sustentação para ser efetivado.

Em seguida, essa liminar foi cassada por um Desembargador do Tribunal de Justiça, homem que possui estreito relacionamento político com o então Governador Pedro Pedrossian. Tentou-se fazer o desforamento do processo, trazendo-o para o Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Também nisso, a companhia Vale do Rio Doce não obteve sucesso. Na apreciação de liminar e na apreciação de mérito, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que o fórum qualificado, específico para o julgamento dessa ação popular impetrada pelo ex-Senador José Fragelli, deve continuar sendo a Comarca de Campo Grande.

No dia 8 de fevereiro de 1995, o novo Governador do Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, convencido da lesão ao patrimônio do Mato Grosso, convencido das ilegalidades que revestiram o processo de venda da Urucu, deu entrada também na Comarca de Campo Grande, numa ação como litisconsorte na ação popular impetrada pelo ex-Senador José Fragelli e outros, reforçando, então, a tese da ilegalidade, e, na minha concepção, da imoralidade da venda.

Resumindo o meu depoimento aos Srs. Senadores, o que foi feito, na verdade, foi um dos maiores escândalos com a coisa pública em Mato Grosso, meu Estado, e no Mato Grosso do Sul, Estado irmão. São dois ex-Governadores que a sociedade nacional conhece como pessoas pouco zelosas com a coisa pública, que enriqueceram de maneira gigantesca ao se relacionarem com a coisa pública, cujas declarações junto ao Imposto de Renda ou outras, se comparadas antes e após cada período de mandato público, são suficientes para provar esse enriquecimento.

São verdadeiros expertos no trato da coisa pública, e correm boatos, especialmente no Mato Grosso do Sul, onde estive, em Campo Grande, em Aquidauana e principalmente em Corumbá, de que os dois ex-Governadores, na verdade, agiram conjuntamente, como voltaram a agir ontem e hoje ao desrespeitarem o Senado Federal, não comparecendo ao convite que esta Casa fez aos dois, desrespeitando frontalmente os Srs. Senadores como um todo; de todos os convocados dos dois Estados, são os dois os únicos que não aceitaram comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a questão da mineração no Brasil, proposta pelo nobre Senador Ernandes Amorim, de Rondônia, o que demonstra claramente que eles continuam agindo conjuntamente.

Li ontem os ofícios que justificam a ausência dos dois, do ex-Governador Pedro Pedrossian e do

ex-Governador Jaime Campos, e o teor dos dois documentos é o mesmo, as justificativas para a ausência ontem e hoje são as mesmas, são idênticas, até nos parece que foram feitos à mesma mão, pela mesma pessoa, e que teve inclusive o cuidado do experto de trocar algumas palavras, de mudar algumas questões de rodapé para tentar dissimular, mas que no fundo demonstra, com muita clareza, que continuam agindo conjuntamente.

Esses dois senhores não gozam junto à opinião pública dos dois Estados de prestígio como homens honrados e honestos no caso da coisa pública; e de fato estou convencido, Srs. Senadores, de que o patrimônio público foi subavaliado, de que o patrimônio público mereceu um tratamento discriminado, para que eles obtivessem vantagens pessoais.

Respondo processo dos dois ex-Governadores por essas afirmativas e faço questão de repeti-las aqui no Senado, para que eles possam, inclusive, de posse das respectivas atas desta reunião, reforçar essas ações judiciais contra a minha pessoa, contra o meu convencimento de que eles subavaliaram o preço de uma empresa pública para levarem vantagens pessoais.

Quero também afirmar aos Srs. Senadores que, na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, há um sentimento quase que unânime pela apuração dessa venda, e a exceção é de apenas alguns Deputados que patrocinaram também com o ex-Governador Jaime Campos desse crime de lesa-pátria ao nosso Estado.

O sentimento quase unânime da Assembleia é pela apuração dessa venda extremamente nebulosa; e o sentimento fez-se concreto quando houve a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito especificamente para apurar a venda da Urucu, que cheira muito mal e que está coberta de dúvidas.

A CPI já criada, a qual iremos presidir, trabalhará com toda a intensidade, com o mesmo rigor com que esta CPI está tratando de um assunto tão importante para o Brasil. Se esse problema fosse levado razoavelmente a sério, traria enormes dividendos à pátria, mas é uma questão extremamente abandonada, discriminada completamente. Num País com um patrimônio mineral como o nosso, é uma das poucas vezes que vejo a Câmara alta tomar uma decisão tão séria, porque temos condições de alavancar milhões, bilhões de reais, ao definirmos um política mineral decente neste País.

Quero encerrar minhas palavras parabenizando o Senador Ernandes Amorim, do PDT de Rondônia, pela sugestão de propor esta importante Comis-

são. E faço aqui, Senador Ramez Tebet, o meu repúdio à ausência dos dois ex-Governadores, porque a presença deles, sem dúvida, contribuiria para o esclarecimento da venda de uma importante empresa de mineração do Brasil, detentora da maior jazida de manganês das Américas.

A jazida de Urucum é maior do que a jazida de Carajás, Senador Ernandes Amorim, que é explorada pela Companhia Vale do Rio Doce e que tem um contrato de décadas com o Japão. E o nosso manganês chega a 86%, aproximadamente, de granulação; o melhor manganês do Brasil é o nosso, do Mato Grosso do Sul.

A nossa jazida é maior do que a jazida da Serra do Navio, no Amapá, maior do que as jazidas de manganês do quadrilátero ferrífero, de Minas Gerais, é a maior jazida de manganês das Américas, o que poderia permitir a presença geopolítica do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul no Mercosul, porque o Paraguai e a Argentina não possuem absolutamente nada de jazidas de manganês e de ferro.

E está estimado, como o próprio Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Dr. Schettino, disse quando esteve aqui, que há em Urucum aproximadamente setenta milhões de toneladas de manganês; vendemos a tonelagem de manganês a US\$36 em Corumbá - dólares FOB (free on board); se multiplicarmos US\$36 por setenta milhões, teremos aí mais de US\$ 2 bilhões (ou vinte bilhões) só de manganês; o custo para retirar esse manganês é em torno de 80% a 85% ou 88%; temos uma margem de 20% a 14% de lucro; que tivéssemos uma margem de 10% de lucro líquido, em US\$20 bilhões, teríamos US\$2 bilhões.

Venderam essas jazidas por apenas R\$14 milhões, e o meu Estado recebeu R\$5,1 milhões em dinheiro e o resto em máquinas, quando no Governo do Sr. Carlos Bezerra, que é Senador, no período de 1987 a 1990, tivemos uma visão política diferenciada; e esse foi um dos poucos governos que entenderam que aquelas minas poderiam voltar a produzir. E houve o incremento mais de cem mil toneladas/ano para quase quatrocentas mil toneladas/ano.

Nesse período, conseguimos fazer uma nova negociação com os dois acionistas - a Vale e a Convap -, que reconheceram que os percentuais de participação estavam errados, e eles, para que se igualasse a participação do Mato Grosso, deram-nos US\$7,5 milhões em máquinas. US\$7,5 milhões em máquinas novas, que foram entregues ao Estado do Mato Grosso no ano de 1990, num relacionamento sério, num relacionamento altruísta, decente de respeito ao patrimônio público.

E o que aconteceu com a venda da Urucum foi justamente o inverso, um relacionamento subserviente, humilhante, o que nos deixa claro, Srs. Senadores, de que subavaliaram o patrimônio dessa empresa para levarem dividendos, para levarem benefícios pessoais.

Encerro o meu depoimento agradecendo aos Srs. Senadores e colocando-me à inteira disposição de V. Ex^{as} para quaisquer informações.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Consulte o Senador José Bianco, na qualidade de Relator, se deseja formular suas perguntas agora ou se prefere formulá-las após o autor do requerimento, que é o Senador Carlos Bezerra.

O SR. RELATOR (José Bianco) - Na verdade, posso fazê-lo agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Pois não.

O SR. RELATOR (José Bianco) - Tendo em vista o depoente ter demonstrado um profundo conhecimento sobre o assunto, trazendo os mais diversos detalhes, eu só teria uma única pergunta a formular.

O depoente falou sobre uma CPI na Assembléia. Eu queria saber, porque não consegui perceber, se essa CPI já concluiu o seu trabalho e qual foi o resultado final desse relatório.

O SR. WILSON SANTOS - Senador, a CPI foi proposta, aprovada, mas ainda não foi instalada. Deverá ser instalada agora, no mês de novembro.

O SR. RELATOR (José Bianco) - Por que só agora a Assembléia vem se manifestar através de uma CPI, quando esse assunto já vem do final do Governo anterior?

O SR. WILSON SANTOS - Na verdade, a Assembléia tem-se manifestado desde o começo deste ano, quando fizemos uma audiência pública também aprovada pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso. Mas, como existiam outras CPIs, e o Regimento Interno da Casa o limita em alguns números, tivemos que obedecer o Regimento e, somente agora, tivemos condições de instalar a CPI já criada e aprovada pela Assembléia.

O SR. RELATOR (José Bianco) - Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Com a palavra o Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA - Nobre Deputado, foi um depoimento quase completo. Mas eu gostaria de saber a data e como ocorreu o processo de aprovação, na Assembléia Legislativa, dessa mensagem que propõe a venda da Urucum.

O SR. WILSON SANTOS - Senador, na nossa avaliação, há um forte indício de que havia toda uma orquestração para a aprovação. A mensagem só chegou à Assembléia no dia 15 de dezembro de 93, no último dia útil legislativo do ano de 93.

Essa mensagem nunca foi debatida na Assembléia e foi aprovada em duas votações, sem nenhum debate. A sociedade não tomou conhecimento, a imprensa não tomou conhecimento, nunca houve uma audiência pública, nunca houve nenhuma discussão. O governador nunca anunciou à sociedade que pretendia privatizar a Urucum.

Então, foi um processo extremamente oculto, rápido, em prazo recorde. A Assembléia acabou aprovando a matéria numa demonstração de subserviência ao Poder Executivo, sem nenhum debate.

Quero apenas dizer que, na época, eu não era Deputado atuante, mas licenciado. Eu exercia a função de Secretário Municipal de Serviços Urbanos da Capital.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Senador, V. Ex^a me permite, só para ficar absolutamente claro? Foi obtido o regime de urgência para a aprovação da matéria?

O SR. WILSON SANTOS - Regime de urgência, porque ela chegou dia 15, em regime de urgência/urgentíssima, foi aprovada antes do Natal e em prazo recorde; e, na Ata da aprovação que temos, não há nenhuma discussão. *In verbis*, consta: "Em votação a Mensagem nº tal, que trata desse assunto. Os Srs. Deputados que a aprovam continuem..."

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Se V. Ex^a me permite, o recesso, na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, começa em que período?

O SR. WILSON SANTOS - No período constitucional, Senador, de 15 de dezembro a 1^a de fevereiro. Porém, enquanto não se aprova o Orçamento, não estamos autorizados ao recesso. Nesse período, então, ficam algumas matérias para serem apreciadas, dentre as quais o Orçamento. Enquanto não se aprova o Orçamento, não se entra em recesso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Devolvo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. CARLOS BEZERRA - V. Ex^a teria condições de dizer qual é a postura dos atuais governadores com relação a essa matéria, principalmente o Governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira e, se possível também, o Governador Wilson Barbosa Martins, do Mato Grosso?

O SR. WILSON SANTOS - A postura é contrária à dos dois ex-governadores, posso dizer também

do Dr. Wilson Barbosa Martins, porque estive com ele duas vezes e ele me disse, radicalmente: "Sou autor, em 1983, quando governei o Estado pela primeira vez, de uma ação no Supremo Tribunal Federal, reivindicando para Mato Grosso do Sul as ações que estavam em poder de Mato Grosso. Sempre fui contra essa venda e vou continuar sendo." Desde aquela época o então governador, Júlio José Campos, que é justamente irmão de Jaime Campos, já tinha intenção de vender essas minas.

Então, essa proposta de vender esse patrimônio do Estado de Mato Grosso é uma proposta muito familiar, é desejo antigo da família Campos. E todas as vezes que passaram pelo poder de Mato Grosso fizeram práticas muito fortes para vender. O primeiro irmão tentou, não conseguiu, o segundo veio e vendeu. E a postura do Governador Dante de Oliveira é uma postura muito firme também, tanto é que no dia 8 de fevereiro deste ano entrou como uma ação na Segunda Vara Fazendária da Comarca de Campo Grande como litisconsorte na ação popular do ex-Senador José Fragelli.

O SR. CARLOS BEZERRA - Sr. Presidente, considero-me satisfeito, mas quero, ligeiramente, abordar a questão dos ofícios dos dois ex-governadores, Jaime Campos e Pedro Pedrossian, negando a presença nesta Comissão, alegando motivo de ordem legal, que o governo deles não teria nada a ver com o objeto da convocação dessa CPI. Aliás, o argumento é o mesmo dos dois, semelhante, combinaram para fazer esse ofício. E lastimo que isto ocorra: um homem público usar de filigranas dessa natureza para se negar a depor num assunto tão importante para os dois Estados, para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e para o Brasil, porque envolve a Vale do Rio Doce também.

Precisamos saber quem da Vale do Rio Doce entrou nessa negociata, e como foi. Temos que ir fundo nisso.

Está praticamente provado que houve, por parte dos dois governadores, irresponsabilidade. Está praticamente certo que a firma que fez essa avaliação é uma firma inidônea para isso, é uma firma praticamente fantasma. Eles vêm com esse ofícios pífios, são prepotentes, não tem humildade nenhuma, a humildade que deve ter o homem público, porque o homem público deve ser convocado para qualquer lugar, muito mais aqui no Senado, numa Comissão dessa natureza. Eles teriam que comparecer e prestar os devidos esclarecimentos.

Peço à Comissão que examine com profundidade essa questão e, se tiver meios legais para

fazê-los comparecer, que o faça. Sei que V. Ex^a me consultou, porque eles queriam vir depor aqui e não na capital, alegando que lá haveria constrangimento para eles e que aqui ficaria melhor para o depoimento. E eu concordei, depois de ter acertado que, para facilitar, os depoimentos seriam em Cuiabá e Campo Grande. Concordei com a modificação, que eles fossem ouvidos aqui. Depois, vieram com esses ofícios, que considero um insulto à Comissão.

Devemos procurar todos os meios legais, se possíveis, para fazer com esses cidadãos compareçam e deponham sobre esse assunto. De qualquer modo, se eles estão imaginando que essa questão vai parar aqui, não vai parar aqui, pois é um assunto grave, gravíssimo que envolve uma empresa estatal do Brasil e dois Estados importantes da Federação; o patrimônio, objeto da discussão, é um patrimônio grande, como disse aqui, é a maior jazida de manganês da América. Isso não vai ficar assim de graça, temos que ir fundo nessa questão.

Essa é a ponderação que queria fazer ao Presidente da Comissão e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Só um momento, Senador, antes de lhe conceder a palavra.

O SR. ERNANDES AMORIM - Só para concluir o pensamento. Na realidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é apenas para esclarecer, tivemos uma reunião aqui em que foi discutido esse problema. O Governador não está dispensado de vir à Comissão. Já ficou combinado que o Presidente vai voltar a convocar e ele terá de vir prestar esclarecimentos a esta Comissão, que foi instaurada para apurar irregularidades e não para brincar. Já ouvi, Sr. Presidente, em alguns setores, dizerem que esta CPI vai terminar em **pizza**, nunca participei de uma CPI, desde que era deputado estadual, que viesse a terminar em **pizza**.

Queremos que esse trabalho seja levado a sério. Queremos que as denúncias sejam apuradas.

Os Governadores, segundo as palavras do Presidente, ontem, nesta Casa, serão convocados novamente e terão de prestar esclarecimentos até sobre a resistência deles. A CPI tem poderes para trazê-los aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Senador Carlos Bezerra, compreendo a indignação que assalta o espírito de V. Ex^a, inclusive porque, como Governador do Estado - isso tem sido proclamado aqui na CPI -, V. Ex^a foi daqueles que acreditaram no potencial econômico da reserva mineral existente no território do então Estado de Mato Grosso, hoje, com a divisão, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Queria dizer a V. Ex^a o seguinte: a consulta que fiz a V. Ex^a decorre de uma atitude que esta Comissão vem tomando. Ainda não ouvimos nenhum depoimento. Não nos deslocamos para nenhum Estado da Federação sem que antes ouvíssemos a própria Comissão e sem que determinássemos ao nosso esforçado e digno Secretário Naurides que entrasse em contato, ou pessoalmente, ou por telefone, com as autoridades a serem ouvidas, para facilitar os trabalhos da própria Comissão e também em consideração e respeito às próprias autoridades, uma vez que tínhamos tempo suficiente para isso, e considerando que a Comissão tem ouvido as mais respeitáveis autoridades. A Comissão tem ouvido presidentes de autarquias, secretários de Estado, quer dizer, autoridades federais, autoridades estaduais, sindicatos, enfim, ouvimos vários segmentos da sociedade. Todos compreendemos que deveríamos fazer esses entendimentos preliminares, o que tem dado certo.

Comunicou-me o Secretário que havia entrado em entendimento com os dois ex-Governadores, entre outras pessoas, e eles informaram que estavam prontos a prestar depoimentos, mas gostariam de ser ouvidos aqui em Brasília. Sopesando os argumentos expendidos, entendemos, realmente, de deixar de lado a idéia de nos deslocarmos aos Estados, até mesmo para que não transparecesse diante da opinião pública nenhum sensacionalismo por parte da CPI, mantendo a total isenção dos membros da CPI, não só do seu Presidente, mas de todos os membros da CPI. As datas - 24 e 25 - foram previamente combinadas com a maioria das pessoas convidadas a depor.

Feito esse esclarecimento, porque se trata de algo que foi só formalizado depois de entendimentos, quero dizer que logo após ouvirmos os depoimentos das testemunhas vamos reunir-nos para apreciar a recusa legal de comparecimento dessas autoridades. Até então, como Presidente, não me manifestei sobre qual atitude a ser tomada, primeiro, porque V. Ex^a estava ausente e foi o autor do requerimento para ouvi-los e, segundo, porque temos tomado as decisões por maioria.

V. Ex^a ainda tem perguntas a formular? (Pausa.)

Consulto o Senador Ernandes Amorim se deseja formular alguma pergunta?

O SR. ERNANDES AMORIM - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Deputado Wilson Santos, ouvimos aqui atentos as denúncias do Deputado, que é um representante do povo daquele Estado, eleito pelo Estado, indignado com essa situação, imagino

que isso deve ser coletivo. Às vezes - meu Deus! -, fico olhando o que está acontecendo no Brasil: privatização, tudo o que desandou o patrimônio público. Vamos vender, mas vender por um preço justo. Se ouviu falar em vender a Vale e se diz que a avaliação é menos de US\$20 milhões, US\$16 milhões, se não me engano. Conversando com técnicos que conhecem a área de mineração, eles dizem que as reservas, principalmente da Região Norte, têm um valor de R\$1,5 trilhão.

Às vezes, vimos o Senado, o Presidente da República, as autoridades, há uma certa preocupação com esse entreguismo. Parece até que o Brasil nasceu para ser colônia de algum lugar e que isso está vindo agora a se concretizar, a se assinar embaixo desse colonialismo, esse entreguismo. E se vê denúncias nesta CPI - andamos quase metade ou mais deste Brasil fazendo levantamento dessa área mineral - escabrosas, como é o caso dessa denúncia de que se vende um patrimônio milionário a troco de nada. E até a maneira como é entendido, parece até uma feira livre, onde o indivíduo troca abóbora por galinha, feijão por arroz. O setor público vende uma empresa, daqui a pouco entrega máquinas. Eles mesmos acharam que foi tão de graça a compra da empresa que resolveram dar mais 7 milhões e meio de máquinas para compensar. Isso verdadeiramente é preocupante. Deve-se rever um contrato dessa natureza. Deve-se buscar a Justiça para resolver esse problema. Esta CPI deve ir fundo e entregar ao setor jurídico, que está julgando documentos, subsídios para que o Judiciário decida favorável ao povo, ao Estado do Mato Grosso, porque a empresa Vale se dá ao luxo - como ouvi em depoimento ontem aqui - de não explorar, na sua plenitude, essa mina, com isso prejudicando o Estado de Rondônia e o próprio País. E se tivessem em outras mãos, até do próprio Estado, bem administrado, teria mais dividendos, mais impostos, mais empregos e não o cartelismo. Há a soberania de uma empresa que há poucos dias veio ao Senado pedir autorização para tomar emprestados US\$50 milhões, uma empresa que é altamente lucrativa, não precisaria desses empréstimos. Lá, os Senadores e o Governo regional deveriam estar preocupados em investir na área da agricultura, do desenvolvimento, da industrialização, da saúde, da educação. Mas não. Por prioridade, aprovou-se recursos para essa empresa e a própria empresa se dá ao luxo de não querer nem explorar seu patrimônio, que é o caso dessa mina de Urucum, em Mato Grosso.

Por isso, tem horas que fico até preocupado de ter recebido mandato de Senador, ter chegado aqui

a esta Casa e ver que tanta coisa precisa ser feita no Brasil, que tantas posições firmes têm que ser tomadas para este País ser bem administrado. Se não levarmos a sério, daqui a pouco vão dizer: olha, é mais uma CPI que acabou em pizza, mais tempo perdido, mais desrespeito a este Senado que foi tão honrado em toda sua existência. Chegam dois ex-Governadores aqui denunciados por corrupção, por desvio, por falta de responsabilidade, enriquecimento ilícito - não vamos entrar nesses detalhes todos, mas, quando nada, nessas negociações é que se faz necessário um esclarecimento, que esse Governador venha a esta Casa, até porque esta CPI tem o poder de buscar esses Governadores para depor na boa vontade deles ou contra a vontade deles, e trazê-los aqui sob vara para prestar esclarecimentos e tomar depoimentos.

Sr. Presidente, de todas essas ações que tivemos, tenho sempre acreditado nesta CPI. Mas além da credibilidade - sei das obrigações desta CPI - tenho sempre, paralelamente, feito denúncias à Polícia Federal, ao Poder Judiciário e à Procuradoria da República, para que amanhã, ao encerrar esta CPI, tenhamos outras opções para o esclarecimento dos fatos, até por outros órgãos. Mas tenho certeza, Deputado, de que esta CPI vai fundo, não pode parar, vai esclarecer tudo. Esse foi um dos nossos objetivos ao pedir esta CPI para analisar irregularidades ocorridas no setor mineral. Tenho certeza de que vai dar certo.

Nesse sentido, vou dar entrada a um requerimento, solicitando a esta Casa - até porque esta CPI tem vida até dezembro - que amplie o prazo por mais noventa dias, para que possamos de fato ouvir tudo. Se necessário, visitar a mina, junto com o Senador Carlos Bezerra, autoridades e Deputados, a fim de ver logo o que realmente está ocorrendo, pois o povo de Cuiabá precisa saber que aqui, além dos Senadores do Estado, há outros Senadores preocupados com este Brasil e com o Estado, assim como V. Ex^a.

Parabenizo V. Ex^a pelos seus conhecimentos, seu interesse, sua coragem de vir a esta Casa dizer o que disse. Tenho certeza de que suas denúncias têm fundamento, até pelo seu posicionamento.

Sr. Presidente, esperamos que o requerimento seja aprovado por esta Comissão e, assim, tenhamos prazo não só para analisar esse problema, mas para ver outras irregularidades que estão havendo em Minas Gerais. Já corre à boca-larga em Minas que a CPI não vai dar em nada. Cidadãos dizem isso em público. Já estou, paralelamente a esta CPI, levando essas pessoas às barras da lei. É preciso

que sejam adotados procedimentos contra essas pessoas, no sentido de que elas recebam punições para aprenderem a respeitar a autoridade, o Congresso Nacional e o trabalho dos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Senador Ernandes Amorim, como já salientei e temos feito em outras vezes em sessão administrativa, vamos analisar o requerimento e as ponderações que V. Ex^a acaba de fazer.

Como Presidente, tenho plena convicção de que esta CPI já tem êxito, porque está enriquecida das várias informações do seu relatório, que, com toda certeza, trará grandes benefícios ao País.

Concedo a palavra ao nosso vice-Presidente, para que S. Ex^a formule as perguntas que desejar.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Obrigado, Sr. Presidente e nobres Colegas.

Deputado Wilson Santos, ouvi atentamente a exposição de V. Ex^a. Lamento, em função da concorrência de compromissos, não ter tido o privilégio de ouvi-la na sua totalidade. Entretanto, pelo que pude ouvir, percebi que V. Ex^a tem se havido com muita seriedade e interesse no exercício das suas atribuições e da alta responsabilidade imposta pelo povo de Mato Grosso na defesa, principalmente, dos interesses da causa pública.

Causa-me espécie, Sr. Presidente, que dois homens públicos, políticos da expressão dos dois ex-Governadores, instados a se manifestar sobre assunto que diz respeito a fatos ocorridos durante sua gestão, tenham demonstrado desinteresse em esclarecer o envolvimento de seus nomes em questões que provocam reação popular com relação a seu patrimônio.

Por isso, eu gostaria de formular apenas mais uma pergunta ao nobre Deputado Wilson Santos no que se refere a não haver comparecido nenhum interessado ao leilão de venda das ações da Mineração Urucum.

Deputado, no seu entendimento, por que razões não houve nenhum lance, por que nenhuma pessoa física ou jurídica interessou-se em adquirir tão valioso patrimônio, tão promissora empresa, detentora de um patrimônio extraordinário, em tão valiosa oportunidade?

O SR. WILSON SANTOS - Senador, a Companhia Vale do Rio Doce é uma das maiores e mais importantes companhias de mineração do mundo. Se todas as empresas estatais tivessem a mesma filosofia que a Vale tem, não tenho dúvida de que teríamos um País muito mais organizado, muito mais

correto, e as nossas empresas seriam um veio de seriedade, de eficiência, porque a Vale é exemplo de eficiência, de competitividade.

Pessoalmente, sou contra a privatização da Vale e acho que todas as empresas estatais devem ter a mesma filosofia que ela tem: preparar-se, ser eficientes, competitivas, buscar o mercado e brigar por ele. A Vale é tão forte que, na minha concepção, conseguiu até desrespeitar a Constituição Federal e nada acontece com ela. Ela, hoje, detém concessão para exploração, com a compra da Urucum, de mais de 85% de todo o manganês do País.

A Vale já criou o monopólio na exploração do manganês. Isso é inconstitucional, desrespeita flagrantemente a Constituição, mas a Vale é tão forte, é tão pujante que consegue fazer esse tipo de coisa e nada acontece a ela. Se ela consegue desrespeitar a Constituição, muito mais ela consegue, inclusive evitar que qualquer empresa ou pessoa física queiram participar de um leilão em que os seus interesses são muito claros e evidentes.

Desse modo, não tenho dúvida de que a Vale, com a sua eficiência e com os seus tentáculos, espalhados por todo o País, conseguiu deixar claro que ela tinha interesse na compra da Urucum e que ninguém aparecesse por lá, porque compraria briga com um "tubarão", com uma empresa muito grande. Mais uma articulação inteligente e eficiente da Vale fez com que ninguém se interessasse. De repente, todo mundo desinteressou-se, não compareceu ninguém, não houve nenhuma oferta, no leilão, e a Vale do Rio Doce acabou exercendo o seu direito prioritário, a sua preferência e adquiriu a empresa.

Está aqui uma pessoa cujo depoimento será importante. Trata-se de um ex-diretor da Urucum, Dr. Armando Lacerda. Ele vai trazer uma revelação bombástica sobre essa venda, porque as minhas opiniões são subjetivas. Os nossos sentimentos são subjetivos, mas os números não são subjetivos, são objetivos, e ele vai mostrar aqui o crime que foi cometido. Inclusive os valores definidos no edital eram de R\$310 para cada lote de mil ações, e a Vale acabou adquirindo os lotes por uma quantia extremamente menor, desrespeitando o valor do edital.

Então, Senador, a Vale é o tipo de empresa estatal de que este País precisa, agressiva, ousada; ela briga, disputa, vai atrás, ganha mercado, é eficiente, tem um corpo de funcionários qualificado. Infelizmente, a Urucum ficou fragilizada com um Governo entreguista como o nosso, louco para ganhar não se sabe o quê. O Governo e o povo do Mato Grosso não ganham nada com a venda. É isso que

quero deixar claro: o povo de Mato Grosso não ganhou absolutamente nada e está pasmo com o valor pelo qual foi vendida a empresa. Inclusive o novo Governador, Dante de Oliveira, também não tem interesse em reaver esse patrimônio para continuar colocando a mão do Estado na exploração do ferro e do manganês. Ele não quer que o Estado exerça essa a função, porque acha que deve exercer outras que não a de exploração de minerais, mesmo que nobres. Apesar disso, o Governador quer o valor justo e correto. Já o Dr. Wilson Barbosa Martins pensa diferente. Ele quer de volta as ações que possui na Urucum para que o Estado continue administrando a empresa.

Na observação geopolítica do Dr. Wilson, a Vale pode ser muito importante para que o seu Estado possa estar presente no Mercosul.

O SR. CARLOS BEZERRA - Deputado, permite-me uma colocação só?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Senador, só para concluir o raciocínio e para deixar mais claro, permita-me fazer só mais uma indagação: Deputado, pelo que pude apreender, V. Ex^a entende que houve uma estreita articulação entre a Vale do Rio Doce e os Governos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para que não se apresentassem outras pessoas físicas ou jurídicas interessadas na aquisição desse patrimônio.

O SR. WILSON SANTOS - Exatamente isso, Senador.

O SR. CARLOS BEZERRA - Fiz um esforço hercúleo, quando fui Governador, para funcionar a Sabina, porque a Vale queria que a Sabina ficasse como reserva estratégica. Para nós não interessava, com a jazida daquele tamanho, colocá-la para produzir para Mato Grosso. Em um ano de trabalho da Sabina, Mato Grosso recebeu 7 milhões e meio em máquinas.

Recuperamos mercado da Argentina que o Brasil tinha perdido, recuperamos o mercado da Europa Oriental. Eles diziam que não tinha mercado, que era impossível vender, mas conseguimos. V. Ex^{as} verão no depoimento do Diretor da Vale, mas o importante é que o funcionamento dessa mina viabiliza a navegação do Rio Paraguai, na qual temos um interesse enorme.

O Rio Paraguai é a grande via para a saída dos nossos produtos agrícolas. Todo mundo sabe que o transporte fluvial é o mais barato, e ele fica mais barato ainda quando se pode transportar o grão com o minério. Foi via mina que reativamos a navegação do Rio Paraguai. Já deixamos o Rio Pa-

raguai navegável quando deixei o Governo, fruto desse trabalho por intermédio da mina de Urucum.

Então há um interesse muito grande, não só pelo que a mina pode produzir em matéria de minério, mas também em relação aos outros ingredientes que ela pode ensinar tanto para o Mato Grosso quanto para o Mato Grosso do Sul. De qualquer modo o Diretor, um dos mais preparados - foi diretor da época do meu Governo - dará todos esses dados com precisão a respeito dessa questão.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Por essas razões, achamos que essa questão precisa ser melhor esclarecida, e os dois ex-Governadores deverão sim vir até esta Comissão prestar os seus depoimentos.

Pediríamos ao nobre Deputado que tivesse um pouquinho de paciência porque o nosso Presidente manifestou-se interessado em apresentar ainda algum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Deputado Wilson Santos, por gentileza se me a minha memória não falha, V. Ex^a afirmou que, na venda efetuada, 18% das ações couberam ao Estado de Mato Grosso e 28,6% das ações ficaram para Mato Grosso do Sul. Pergunto se V. Ex^a confirma isso.

O SR. WILSON SANTOS - Os Governos de Jaime Campos e Pedro Pedrossian fizeram um acordo em que cada Estado deu a sua contrapartida: Mato Grosso do Sul aceitou retirar a ação que está no Supremo Tribunal Federal, já com parecer da Procuradoria-Geral da República; em compensação, o Estado de Mato Grosso repassou a Mato Grosso do Sul 40% do total das ações que possuía, isto é, 40% de 46,6%, que correspondem a aproximadamente 18% do total das ações da empresa.

Então, Mato Grosso continuou possuindo 60% do montante de 46,6%, e Mato Grosso do Sul passou a ter 40%, o que dá aproximadamente 18% para Mato Grosso do Sul e 28,6% para Mato Grosso.

Eu confirmo essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Agora estou entendendo melhor, mas vou insistir no seguinte ponto: se a demanda estava em tramitação favorável a Mato Grosso do Sul - embora houvesse uma série de pareceres que o favoreciam, como está reconhecido na mensagem do ex-Governador Campos à Assembléia Legislativa do Estado, ninguém pode garantir que fosse vencer; essa foi uma das razões que o levou a fazer o acordo -, e se o minério da Urucum estava situado em território sul-mato-grossense, por que o Estado de Mato Grosso, ainda assim, levou a parcela maior da transação? V. Ex^a sabe informar isso?

O SR. WILSON SANTOS - Essa é uma questão longa. Com a Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, que aprovou a criação do novo Estado, também foi constituída uma comissão para divisão do patrimônio.

Mato Grosso herdou algumas dívidas, como a continuação do pagamento de aposentados e pensionistas até aquela data, que fazemos perpetuamente. Mato Grosso do Sul, o Estado novo, começou sem dívidas; para que pudesse tocar a sua vida pelo menos por dez anos, Mato Grosso recebeu um programa com nome Promat, que o Governo Federal acabou não cumprindo na sua totalidade.

Então, é natural que houvesse compensações. Naquele momento histórico, as ações que Mato Grosso possuía junto à Urucum - os 46,6% - ficaram todas com o remanescente Estado: Mato Grosso.

Os políticos da sociedade sul-mato-grossense não aceitaram essa decisão, e, por meio de seu representante maior, o Governador do Estado - à época, o Dr. Wilson Barbosa Martins -, impetraram ação no Supremo Tribunal Federal, que correu durante 11 anos.

Somente um entendimento entre os dois ex-Governadores - Pedro Pedrossian e Jaime Campos - fez com que essa ação fosse retirada do Supremo Tribunal Federal: o Sr. Pedrossian se deu por satisfeito em receber 40% do total de ações que Mato Grosso possuía. Então, houve um entendimento político entre os dois Governadores, com que nós, mato-grossenses, sentimos-nos satisfeitos. Consideramos-nos dignamente representados até aquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Mas pergunto a V. Ex^a, que era Deputado à época, embora licenciado: havia autorização legislativa para que um dos Governadores abrisse mão da quantidade de ações ou para que os dois pudessem livremente negociar?

E mais: parece que V. Ex^a afirmou que o recebimento dos recursos se deu através de carta de crédito. É isso mesmo? Resumindo, como o Estado de Mato Grosso do Sul foi pago na transação? Em dinheiro?

O SR. WILSON SANTOS - As ações de Mato Grosso mais as de Mato Grosso do Sul receberam pouco mais de R\$14 milhões, dos quais 60% para Mato Grosso e 40% para Mato Grosso do Sul. Em reais, ficaram R\$8,4 milhões para Mato Grosso e R\$5,6 milhões para Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso recebeu, dos R\$8,4 milhões, parte em dinheiro - aproximadamente R\$5 milhões - e quase R\$3 milhões em máquinas da Caterpillar.

Consta dos documentos que Mato Grosso do Sul recebeu R\$5,6 milhões em dinheiro, pelos 40% das ações que possuía.

Mato Grosso do Sul recebeu parte em dinheiro, e nós, parte em dinheiro e parte em carta de crédito, que foi transformada em máquinas junto à Caterpillar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - A minha pergunta, então, é a seguinte: a autorização legislativa dada pela Assembléia permitia o recebimento em qualquer tipo de valor ou somente em espécie?

Parece-me - não sei se estou certo - que a autorização legislativa foi para a venda, não é isso? Ela explicitava a forma de recebimento?

O SR. WILSON SANTOS - É importante colocar que essa autorização foi elaborada pelo próprio Executivo estadual mato-grossense, no Governo Jaime Campos, encaminhada à Assembléia e aprovada sem nenhuma emenda, a toque de caixa, como já disse aqui.

Então, foi uma proposta do Governo estadual, na época do Sr. Jaime Campos, que a Assembléia aceitou *in totum*, sem nenhuma observação ou emenda. A aprovação foi genérica e basicamente autorizava o Executivo a alienar as ações que o Estado possuía na Urucum Mineração S/A

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Ontem, durante o seu depoimento, o Dr. João Batista, praticamente o único sócio da firma Consult^a, contratada pelos dois Estados, declarou que foi ele quem procedeu às negociações por parte dos dois Estados, mas deixou evidente que já vinha trabalhando para Mato Grosso do Sul a partir de 1993.

Pergunto se V. Ex^a - que, como Deputado, não é obrigado a saber - tem conhecimento disso. Ele já tinha prestado algum serviço para Mato Grosso?

Veja que foi a mesma firma - isso ficou provado ontem aqui - que fez o encaminhamento da negociação e, inclusive, procedeu, em nome dos dois Estados, à competente avaliação.

Quero saber se essa firma já vinha prestando serviço também a Mato Grosso a partir de 1993, conforme declarado.

O SR. WILSON SANTOS - Senador, a primeira vez em que ouvi falar nessa firma foi dentro desse rolo todo que está aí. Desconheço qualquer prestação de serviço dessa firma ao Governo de Mato Grosso ou à Prefeitura de Cuiabá, onde atuo politicamente com mais intensidade.

Na outra firma - Leasecorp - também nunca ouvi falar; não a conheço. Tenho conhecimento de que a Metamat, uma empresa do Estado de Mato Grosso, pagou à Consult, por essa avaliação, R\$420

mil, aproximadamente. Os diretores vão trazer dados específicos sobre isso.

A Metamat pagou R\$420 mil à Consult sobre a avaliação que fez da Urucum, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Nunca ouvi falar dessa firma. Temos informações de que ela nunca atuou em avaliações do setor mineral em nível nacional; é especializada em outras áreas, outros negócios e não tem, inclusive, notório conhecimento sobre a matéria.

Na nossa concepção, era apenas mais uma peça nessa engrenagem toda, para que desse certo o produto final. Era mais alguém que fazia todo esse jogo para que o resultado final fosse satisfatório à Vale e aos Governadores que patrocinaram toda essa operação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Parece-me que ouvi V. Ex^a dizer que o povo não ganhou nada nessa transação. Pergunto se ninguém cobrou a destinação desses recursos; a sociedade mato-grossense, onde atua V. Ex^a, sabe onde foram aplicados? Em obras? Se foram, para onde se destinaram?

O SR. WILSON SANTOS - Parece-nos que as máquinas apareceram. O maquinário novo foi entregue e o dinheiro que deveria ser destinado à empresa Metamat nunca entrou em caixa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Sabe V. Ex^a se essas máquinas foram avaliadas? E, e se o foram, por que firmas? Como a Vale do Rio Doce e o Governo de Mato Grosso chegaram à conclusão do preço das máquinas?

O SR. WILSON SANTOS - Não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Dou-me por satisfeito.

Pergunto a V. Ex^a se quer prestar mais algum esclarecimento.

O SR. WILSON SANTOS - Não, mas encerro minhas considerações, agradecendo a oportunidade honrosa de prestar esse depoimento e digo que, assim que estiver instalada a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, irá ter o mesmo rigor que esta Casa está tendo.

Sou oriundo de uma família muito humilde e acredito que a atividade política tem sofrido um desvio de finalidade muito forte nos últimos tempos. Se não houver uma ação mais enérgica, até revolucionária mesmo, e que comece aqui pelo Congresso Nacional, não tenho dúvidas de que operações escandalosas como essas, verdadeiros crimes de lesa-pátria, continuarão existindo pelos mato-grossos agora, como Rondônia, Acre, Pará e São Paulo; não há paradeiro.

Pessoas que não possuíam patrimônio algum assumem funções públicas e, do dia para a noite, transformam-se em verdadeiros donos de Estado, milionários, bilionários e acham-se no direito de negar informações à Câmara Alta da Nação e de articular seus interesses mesmo em detrimento do interesse coletivo.

Senador Ramez Tebet, conheço a carreira política de V. Ex^a, realizada com seriedade e decência. Na nossa CPI, a exemplo desta, iremos considerar as apurações com muita seriedade e rigor. Os dois ex-Governadores, como cidadãos comuns e principais responsáveis, muito mais do que a própria Vale do Rio Doce, foram os principais artífices dessa operação. Penso que eles devem ter uma nova oportunidade de comparecer a esta Casa para prestar os seus depoimentos porque são a "mola mestra" de toda essa operação que, na minha concepção, lesou profundamente as finanças do Estado de Mato Grosso.

Agradeço e se a CPI entender que devo aqui voltar para um novo depoimento, coloco-me à disposição de V. Ex^{as}.

Por último, irei solicitar à Comissão Parlamentar de Inquérito de Mato Grosso que convide para depor também alguns Senadores como V. Ex^a que é representante de Mato Grosso do Sul; e, se não existir nenhum impedimento de ordem legal, tendo em vista que V. Ex^a preside esta CPI da Mineração, que V. Ex^a possa ir a Cuiabá prestar o seu depoimento imparcial e íntegro, até porque V. Ex^a é uma das expressões políticas daquele Estado, acompanhou esse episódio da venda e o conhece com profundidade; não tenho dúvidas que poderá prestar importantes informações. O ex-Governador de Mato Grosso, Senador Carlos Bezerra, também conhece o assunto com profundidade e gostaríamos que, se convidados, pudessem comparecer à CPI a fim de expor os seus posicionamentos e que, juntos, com este capítulo especial desta CPI, fizéssemos um veredicto muito coerente e muito concatenado. Que o resultado da CPI da Mineração, no Capítulo da venda Urucum, possa ser consoante com o resultado da CPI da Urucum em Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Agradeço a V. Ex^a

Passo a relatoria, tendo em vista a ausência temporária do Senador José Bianco, ao nosso Vice-Presidente, Senador Leomar Quintanilha.

Convido o Dr. Ernesto França Barreto, Diretor da Urucum Mineração, para depor e prestar juramento na forma da lei.

O SR. ERNESTO FRANÇA BARRETO - Juro dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Exm^{te} Sr. Senador Ramez Tebet, Presidente desta CPI, Exm^{tes} Srs. Membros da CPI, meus senhores:

Sinto-me honrado em comparecer a esta Comissão. Espero contribuir com as informações que possuo sobre o assunto para que V. Ex^{as} façam um juízo correto do que foi a venda da Urucum Mineração S/A para a Companhia Vale do Rio Doce.

Breve histórico da empresa:

A Urucum Mineração foi criada em 8 de abril de 1976, com a participação acionária do Governo do Estado de Mato Grosso, por intermédio da Companhia Mato-Grossense de Mineração - Metamat, então detentora de quatro decretos de lavra para minério de ferro e manganês, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Alcindo Vieira.

A empresa retornou à operação da mina que se encontrava paralisada, desde dezembro de 1972 em agosto de 1976, tendo naquele ano produzido trinta e duas mil e trezentas toneladas de minério de manganês e exportada trinta e duas mil toneladas para o mercado japonês e argentino.

A reativação da mina de minério de manganês e ferro, situada há trinta quilômetros da cidade de Corumbá, foi uma sábia decisão do então Governador do Estado de Mato Grosso, Dr. José Fragelli, que pretendia com este ato retomar o desenvolvimento daquela região que, no passado, fora o mais importante para o Estado. Por ali entravam e saíam os principais produtos comercializados em Mato Grosso, por intermédio do Rio Paraguai.

No entanto, esta região passava por uma crise econômica com a paralisação da mina que era operada pelo Grupo Chama, por meio de um contrato de arrendamento, por período de cinquenta anos, e uma siderurgia também pertencente ao citado Grupo.

Diante deste quadro, o Governador rompeu o contrato que o Estado de Mato Grosso tinha com o Grupo Chama, em junho de 1974. Enfrentou um processo jurídico de forma que, somente no Governo do Dr. José Garcia Neto, a nova empresa passou a operar formalmente. No que se refere à parte produtiva, a mina retornou à operação em 1976, produzindo de uma forma semimecanizada, usando os mesmos equipamentos utilizados pela Sobramil com pequenas mudanças no sistema de transporte e carregamento, em 1984, apesar da precariedade da operação, não impedindo a sua viabilidade econômica.

A partir de 1987, na administração do então Governador, hoje, Senador e membro desta CPI, Dr. Carlos Bezerra, a Metamat, como acionista e representante do Governo na Urucum Mineração passou a gestionar, junto a outros acionistas, a recuperação da empresa que, desde 1982, passava por um período chamado pelos próprios acionistas de "hibernação".

Em 1989, uma proposta de total mecanização da mina foi levada aos acionistas para um investimento estimado em US\$6,5 milhões para atingir uma produção de quatrocentas mil toneladas/ano de minério de manganês. Porém, o acionista C.V.R.D. concordou que o investimento fosse apenas de US\$4 bilhões, os quais deveriam ser realizados com recursos próprios obtidos por meio de lucros operacionais.

Na primeira etapa, foram investidos US\$4 bilhões na compra de equipamentos de última geração em mina de subsolo para perfuração, carregamento, transporte, serviços auxiliares e beneficiamento. Posteriormente, foi autorizado o segundo investimento de US\$1.1 milhões na abertura de um túnel para a melhoria na drenagem de água de subsolo, serviço de transporte de material e pessoal e melhoria de ventilação.

Passou-se de uma produção média de sessenta mil toneladas/ano, no sistema semimecanizado com uma produtividade em torno de seis toneladas/ano para uma produtividade média de 16 toneladas/ano e uma capacidade de produção de 350 mil toneladas/ano. Isso, a partir de 1989. A Urucum Mineração não possui apenas a maior reserva de minério de manganês do Brasil, mas também, uma das minas com maior índice de mercadização do País, pronta para concorrer no competitivo mercado internacional de manganês, daí a sua importância para o Estado como instrumento de desenvolvimento econômico. Essa é a empresa que foi vendida em agosto de 1994, avaliada em US\$30 milhões. Nessa operação, o Estado recebeu em torno de US\$5 milhões em espécie e US\$2,5 milhões de carta de crédito para a compra de equipamento.

A Urucum Mineração sempre foi conhecida no mercado interno e externo pela sua grande reserva de minério de manganês. Entretanto, ela possuía uma reserva de minério de ferro não só no morro do Urucum, como também Jacadi e Morro Azul. Esse minério já é vendido para o Paraguai e para a Argentina, em quantia da ordem de 300 mil toneladas/ano, podendo, no entanto, essa venda ser ampliada, em função do teor, da facilidade do transporte e das facilidades proporcionadas pelo Mercosul.

Essas são as informações que eu queria passar aos membros da CPI sobre a Urucum Mineração. Coloco-me à disposição dos Srs. membros da CPI, para tentar esclarecer, através de perguntas, as questões referentes à polêmica venda da empresa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Relator, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. RELATOR (Leomar Quintanilha) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu caro ex-Diretor da Urucum Mineração, Dr. Ernesto França Barreto.

Apesar de sucinta a exposição de V. S^a, entendemos que ela nos traz o sinal de algumas indicações que nos permite levantar alguns questionamentos desta propalada negociação da venda da Urucum e da aquisição, por parte da Vale do Rio Doce. Se não me falha a memória, V. S^a manifestou que o principal patrimônio mineral da Urucum seria a sua reserva de manganês e minério de ferro. V. S^a poderia avaliar essas duas reservas, tanto a de manganês quanto a de ferro?

O SR. ERNESTO FRANÇA BARRETO - A reserva de minério de manganês nós estimamos em 120 milhões de toneladas. E o minério de ferro, como ele ocorre não só no morro do Urucum, mas, também, no morro do Jacadi e no Morro Azul, nós estimamos, aí, em torno de 400 milhões de toneladas. Apesar de que não existe uma reserva totalmente vendida em relação a minério de ferro.

O SR. RELATOR (Leomar Quintanilha) - Transformando essas reservas em valores, 120 milhões de toneladas de manganês e 400 milhões de toneladas de ferro, o que poderia resultar? Quanto valeria, em reais, essas reservas?

O SR. ERNESTO FRANÇA BARRETO - Estabelecendo, vamos dizer, um preço de 36 dólares por tonelada de minério de manganês, FOB-Corumbá, ou nos bons tempos do preço do minério de manganês, a US\$40, evidentemente, se teria que aplicar esse valor pela reserva e descontar o custo de produção. Não se pode fazer simplesmente um cálculo da reserva em relação ao preço, é preciso fazer um desconto dos custos de produção, comercial, Imposto de Renda, mas, como disse o Deputado, eu acredito que haveria um lucro mínimo de 15%, descontando o Imposto de Renda.

O SR. RELATOR (Leomar Quintanilha) - Perfeito. A grosso modo, é um cálculo rápido, só o minério de manganês, 120 milhões de toneladas, daria 4 bilhões, 15% de 4 bilhões só esse patrimônio seria superior ao valor comercializado da empresa, por parte da Vale do Rio Doce. O senhor concorda com isso?

O SR. ERNESTO FRANÇA BARRETO - Concordo tanto que, se não fosse um bom negócio, a própria Vale do Rio Doce não iria adquirir. Isso demonstra que foi um bom negócio.

O SR. RELATOR (Leomar Quintanilha) - V. S^a também concorda com a afirmação feita pelo nobre Deputado Wilson Santos de que tudo leva a crer que houve uma articulação estreita entre a direção da Vale do Rio Doce e os governos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para que não houvesse nenhum interessado no leilão de tão valioso patrimônio? Ou haveria uma outra explicação para isso?

O SR. ERNESTO FRANÇA BARRETO - É difícil responder, quando se começa a vender a maior reserva de manganês do País. Existem empresas de ferro-liga que tem no manganês sua matéria-prima. Essas empresas vão se interessar pela sua matéria-prima. Então, é um negócio difícil de acreditar. O porquê de não aparecer outro interessado na compra...Ao lado da Urucum Mineração, há mais umas dez empresas. Não sei por que a Mineração Corumbense não participou do leilão, pois é uma empresa que tem uma grande reserva de minério de ferro mas não tem minério de manganês.

Hoje, em Corumbá, o carro-chefe da atividade econômico-mineral é o manganês, não o minério de ferro.

O SR. RELATOR (Leomar Quintanilha) - Causa, no mínimo, estranheza que não tenha aparecido nenhuma outra empresa interessada em adquirir a sua própria matéria-prima.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Só desejo fazer uma pergunta ao Dr. Ernesto França Barreto: se ele sabe quais os órgãos de imprensa que publicaram o leilão e se sabe a época, quanto tempo de antecedência, se o Diário Oficial do Estado publicou, se os veículos de grande circulação do País publicaram o edital de venda; em suma, o que pode informar a respeito de publicações, quanto ao leilão que acabou não tendo licitantes.

O SR. ERNESTO FRANÇA BARRETO - Senador, a minha função dentro da empresa era de diretor técnico. Então, apenas me limitava à área de produção. E o pouco conhecimento que tenho desta venda - eu morava em Corumbá, pelo fato de a mina estar localizada em Corumbá - foi uma nota publicada na **Gazeta Mercantil**. Uma pequena nota, foi do que tomei conhecimento.

Fora isso, não tenho conhecimento algum de publicação na grande imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Agradeço o comparecimento e o esforço que V. S^a fez, se deslocando para atender ao convite que lhe foi formulado por esta Comissão.

Muito obrigado a V. S^a.

O SR. ERNESTO FRANÇA BARRETO - Muito obrigado aos senhores e coloco-me à disposição, se for necessário, em uma outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Quero convidar agora o Dr. Armando Lacerda, também ex-diretor de Desenvolvimento Comercial da Urucum Mineração, para que tome assento à Mesa, para que preste o juramento e, logo a seguir, os esclarecimentos que a Comissão espera dele ouvir do que ele tenha conhecimento, como ex-diretor.

O SR. ARMANDO LACERDA - Juro dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre os fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de me apresentar: meu nome é Armando Lacerda, fui diretor da Urucum em três oportunidades - fui diretor administrativo, de 1987 a 1989; fui novamente diretor administrativo de julho de 1990 a março de 1991, como diretor nomeado. Exerci funções de diretor-presidente da Metamat*, Companhia Mato-Grossense de Mineração e também fui conselheiro fiscal da Urucum. Isso numa primeira fase.

Numa segunda fase, fui diretor de Desenvolvimento e Planejamento, exercendo essas funções não mais como diretor nomeado e, sim, como diretor contratado.

Em todas essas oportunidades - retirando uma pequena época no ano de 92 -, durante todo esse tempo de 1987 para cá, estive sempre ligado à Urucum e àquilo que acontecia naquela empresa.

Gostaria de dizer que, em 1987, na primeira fase, quando entramos naquela empresa, ela era uma empresa em hibernação e, no final dos anos 87, quase fechamos a mina. A mina estava numa situação absolutamente insolúvel. Não tínhamos como reabrir em janeiro, porque nossos preços eram controlados pelo CIP. Ainda devem existir documentos dessa época áurea do CIP.

O preço do manganês de Carajás, o preço do manganês do Amapá era cerca de três vezes maior. Ou seja, a Urucum tinha um preço "cipado" no valor de um terço daquilo que se praticava no País. E éramos obrigados a cumprir aquele preço. Ficava em torno de US\$9,50. Tanto era assim que, no final de 1987, quando fechamos a mina e demos férias cole-

tivas, vimos a Brasília e obtivemos aqui o apoio de um grande brasileiro, que foi o Deputado Ulysses Guimarães. S. Ex^a abandonou a Constituinte por alguns instantes e nos acompanhou, no dia 17 de dezembro especificamente, numa visita ao então Ministro Bresser Pereira. Nós em Urucum não tínhamos como comprar botas ou máscaras. A Urucum vivia numa situação extremamente caótica. Não havia recursos em caixa. Fechamos aquele ano com um aval pessoal nosso para podermos pagar o 13º salário. Colocamos Dr. Ulysses a par disso e S. Ex^a nos acompanhou a uma visita ao Ministro Bresser Pereira. Foi publicada uma portaria, no dia 21 de dezembro de 1987, liberando os preços do manganês.

Na seqüência, visitamos os clientes. E o argumento que utilizamos com Dr. Ulysses foi a apresentação de uma nota fiscal da Urucum demonstrando que praticávamos o preço de US\$9,50 aproximadamente. Compramos, na praça de Brasília, uma tonelada de areia, cujo preço excedia em muito aquele valor. Explicamos a S. Ex^a que se tratava de uma mina de subsolo, em que condições os homens trabalhavam lá dentro e que naquele preço estavam embutidos pulmões, fígado, mãos, braços, pernas e que precisava ser liberado aquele preço. Fomos ao Ministro Bresser Pereira e este liberou o preço do manganês.

Procuramos os clientes e mostramos a eles que a Urucum precisava de maior preço. Eles nos atenderam e foi liberado o preço do ferro liga. Em 1988, com preços livres, foi a época áurea do ferro liga, foi uma época de grandes investimentos. E foi a época em que a Urucum começou a poder funcionar.

Na seqüência, foi dominado o mercado interno, ficamos praticamente senhores do mercado interno brasileiro. Em 1988, dominamos esse mercado. Começamos pequenos investimentos.

Em 1989, por intermédio do então Governador Carlos Bezerra, fizemos uma reunião com o Ministro porque a Vale não permitia que penetrássemos no mercado externo, a Urucum não podia penetrar no mercado externo. Foi feito um acordo informal, no Ministério das Minas e Energia, que, por sua avaliação mercadológica e estratégica, somente havia regiões do mundo que não lhes interessavam. E fomos liberado o Leste Europeu, a China e a Itália para a Urucum poder investir.

A Itália foi um país para o qual sempre vendemos e nunca atrasou um dia os pagamentos. Todos os embarques eram pagos religiosamente, todas as cartas de crédito honradas tão logo os minérios eram embarcados.

O Leste Europeu, que era um mercado que não interessava, que diziam que era o maior produtor do mundo, abriu-nos o mercado da Romênia e da Iugoslávia, onde começamos a penetrar.

A China foi um trabalho de mais longo prazo.

Recebemos missões comerciais da Romênia que terminaram num contrato de 500 mil toneladas e recebemos uma missão comercial chinesa, que nos visitou em Corumbá e que resultou num grande contrato.

A Urucum, que vendia US\$1 milhão de dólares por ano, já estava faturando em torno de US\$14 milhões de dólares por ano, portanto, praticando o mercado, investindo tecnologicamente na capacitação dos seus técnicos de sua área comercial. A Urucum vivia dias radiosos, digamos assim.

Com a mudança dos governos, uma nova diretoria se instalou. Não entendemos por que aqueles contratos que estavam assinados não foram honrados. Perdemos o mercado italiano e, em seguida, o mercado da Romênia, onde havia sido feito, em 1990, uma operação *counter-trade*, a primeira, inclusive. Surpreendentemente, anos depois, o Estado foi pago com uma operação similar feita pela Vale do Rio Doce e também perdemos o mercado da Romênia.

A grande crise da Urucum, em 1993, foi que tínhamos programado 400 mil toneladas. Já tínhamos feito, em 1992, os embarques experimentais para a China; e, em 1994, estavam previstos embarques na ordem de 400 mil toneladas só para o mercado chinês. Dias antes do embarque, dias antes do primeiro comboio descer o rio Paraguai, esse embarque foi cancelado abruptamente. No entanto, na época, a imprensa noticiou que a Vale do Rio Doce havia feito o negócio da China.

No meu modo de entender, fez dois negócios da China: um ao quebrar a Urucum praticamente, em 1993. Porque imaginem uma empresa dias antes de cumprir um contrato de 400 mil toneladas com quase 50% produzido e, abruptamente, deixa de embarcar esse minério! Foi um drama na empresa. No final de 1993, fomos contratados pela Urucum, que vivia dias muito tristes.

Em 1994, no início do ano, começou o processo de venda. Como Diretores, fomos obrigados a tomar conhecimento dele. Quando nos foi informado que a Urucum seria vendida, que os Estados estavam em processo de venda, não nos cabia, como Diretores, discutir isso. Imediatamente, perguntamos de que maneira poderíamos ajudar, levando em conta que aquele processo seria um processo normal de venda.

Foi-nos indicado um advogado dentro da Vale, nós o procuramos e ele nos pediu que conversássemos com os trabalhadores e apresentássemos uma proposta na linha dos trabalhadores participarem daquele processo. Foi feita uma associação dos trabalhadores da Urucum, fundada em caráter cooperativo, que congregou todos os funcionários da Urucum, que se utilizariam dos seus Fundos de Garantia e de empréstimos para adquirir um pequeno percentual da Urucum.

Abruptamente, quando a negociação foi se aproximando já do mês de julho, fomos informados de que nada daquilo seria possível, que os trabalhadores da Urucum Mineração teriam que se conformar, pois não havia qualquer possibilidade de que participassem daquele tipo de negociação.

Gostaria de trazer, ainda nesse assunto, uma informação: no início de julho, antes da publicação do edital, chegou a Urucum Mineração S.A uma carta desse emissário dizendo que os Estados estavam interessados em vender a empresa. Essa carta foi enviada ao Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, que, por sua vez, mandou uma carta endereçada ao Diretor-Presidente. Não a obtive por meio de qualquer subterfúgio levando em conta que eu era diretor. Pedi-a e me foi entregue em mãos uma fotocópia. Gostaria de lê-la, uma vez que ela é pertinente.

"Rio de Janeiro, 14 de julho de 1994.

Texpress 1.130/94.

Ilustríssimo Sr.

José Epitela Júnior,

MD. Diretor-Presidente da Urucum Mineração.

Av. Rio Branco, 245, 19º andar, Rio de Janeiro - RJ

Prezado Senhor:

Recebemos, em 8 de julho de 1994, fax de carta conjunta da Metamat - Companhia Mato-Grossense de Mineração, do Estado de Mato Grosso do Sul, datada de 29 de junho de 1994, dirigida ao Conselho de Administração da Urucum Mineração S.A, por meio do qual comunico informalmente a intenção de alienar suas ações na Urucum.

Dispõe o estatuto social da Urucum em seu art. 9º que os acionistas que pretendem alienar parte ou totalidade de suas ações deverão oferecê-las, primeiramente, aos demais acionistas da sociedade e a seguir regula os procedimentos que devem ser observados na oferta.

A carta da Metamat do Mato Grosso do Sul, todavia, não atende aos requisitos estipulados no estatuto da empresa.

Em primeiro lugar, deveria ter sido dirigida à Diretoria por carta registrada e não a um Conselho de Administração através de correspondência simples.

Além disso, os termos e condições da oferta deveriam ser transmitidos aos demais acionistas também por carta registrada e não por fax.

Ademais, a despeito das condições do leilão que a Metamat do Mato Grosso do Sul pretende realizar, o estatuto da Urucum assegura aos acionistas o direito de exercer sua preferência sobre a totalidade ou parte das ações.

Assim, a Companhia Vale do Rio Doce reitera seu interesse na aquisição das ações da Urucum, de propriedade da Metamat do Mato Grosso do Sul, reservando-se o direito de manifestar-se sobre os termos e condições da oferta quando lhe for dado conhecimento da mesma.

Outrossim, solicitamos seja esta carta retransmitida à Metamat e ao Mato Grosso do Sul.

Atenciosamente,
Francisco José Schettino.."

A carta é do Presidente da Vale do Rio Doce.

Tomando conhecimento do seu teor, como Diretor, vimos que a coisa não era aquilo que se estava apregoando, e nos sentimos cobertos.

Imaginei que ia ser feita uma negociação; os funcionários não podem participar, não seria problema, mas tínhamos, então, do próprio Presidente da Vale do Rio Doce uma afirmação de como deve-se proceder. Tomei isso embasado nos estatutos da Urucum e na Lei das Sociedades Anônimas.

Dias depois, foi publicado na **Gazeta Mercantil** um edital de venda de ações da Urucum, aliás, um edital de leilão especial de venda de ações da emissão da Urucum.

Este edital traz vários erros aritméticos, matemáticos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Qual a data da publicação do edital e a da carta lida por V.Sª?

O SR. ARMANDO LACERDA - A data é 14 de julho de 1994. O edital saiu no dia 22. Antes de publicarem o edital, mandaram comunicar formal-

mente aos Estados, suponho que ali queimou-se o Sr. Schettino e, por isso, fez-se essa determinação.

Após a publicação da carta e depois de toda essa tramitação, a Diretoria começou a ser pressionada. Isso porque os estatutos da Urucum trazem uma figura para dissolução da sociedade, caso haja renúncia por parte dos diretores e renúncia do Conselho de Administração.

Começaram essas pressões sobre isso. Esperamos o leilão. Na data, estávamos no Rio de Janeiro. Não houve leilão - vários jornais afirmaram claramente isso. Na Bolsa de Valores cumpriu-se talvez uma parte daquilo que estava determinado a fazer, aquela grande montagem.

Chegou o dia do leilão e, dias depois, anunciou-se que a Vale havia comprado a Urucum.

Estávamos em Corumbá atendendo uma comitiva de estrangeiros e o Presidente da Urucum nos ligou e disse que ele estava se resignando e que a diretoria deveria também se resignar.

Antes disso, recebi a visita de um membro da Vale do Rio Doce, que se apresentou como o novo diretor e nos fez ameaças, inclusive tristes, e disse que nos aconteceriam muitos dissabores. Eu lhe disse que se minha família, no Rio de Janeiro, sofresse qualquer tipo de constrangimento ou qualquer ação fosse praticada contra meus filhos, eu lhe imputaria ação e não debitaria à violência que grassa no País.

Essa foi uma conversa, como os senhores podem entender, muito ruim.

Tínhamos um compromisso marcado em Corumbá. Depois da data do leilão, fomos a esta cidade receber uma empresa européia para tentar fazer uma venda. Existiram pressões e em Corumbá sofremos uma verdadeira barragem pela imprensa. A Vale, o Sr. Presidente, os seus elementos davam conta de que a Vale já havia comprado a Urucum, que a Urucum era 100% Vale do Rio Doce e que estávamos ali e éramos usurpadores, marajás e similares, notícia veiculada por todas as rádios de Corumbá, pela televisão, **outdoors**.

Houve uma pressão exacerbada, declarações diárias. Em todos os programas, eles entravam diretamente do Rio de Janeiro e davam essas declarações. Estávamos numa situação absolutamente constrangedora.

Notifiquei judicialmente a Urucum e o presidente através de uma notificação enviada judicialmente, de que eu gostaria de dar-lhes conhecimento.

"Ilustríssimo Sr.
Engenheiro José Epitela Júnior,
Diretor-Presidente da Urucum
Av. Mal. Rondon, 1.591
Corumbá-MS.
Prezado Senhor,

São deveras estranhos os rumores de que acionistas dessa sociedade anônima teriam transferido suas ações.

Sendo certo que, se tal transferência foi efetivada, se há de convir que se encontra eivada de nulidade, pois é certo que lhe falta imprescindível respaldo legal por total inobservância das regras do art. 9º e seus §§ 1º, 2º, 3º e 4º dos Estatutos Sociais da Urucum.

Não há como se possa relegar o procedimento previsto no art. 9º e seus parágrafos dos Estatutos dessa empresa, supra-mencionados. Caso contrário, estar-se-á cometendo abuso de poder e, ainda, afrontando-se os princípios basilares esculpidos no art. 37 da Constituição Federal, visto que o patrimônio da Urucum, além de não deixar de ser bem público **lato sensu** se constitui também em direito difuso da sociedade, como atribuídas são também as insinuações sub-reptícias e as pressões concupiscentes para que alguns dos diretores desta empresa renunciem ou coloquem seus cargos à disposição. E, assim, certamente se satisfaçam desígnios e interesses inconfessáveis, disfarçados pela propaganda adrede-mmente dirigida e escancaradamente enganosa que tais interesses vêm ultimamente disseminando na mídia nacional, com maior ênfase nos Estados de Mato Grosso do Sul e do Rio de Janeiro.

Côncio do meu dever e cioso das minhas responsabilidades quanto à preservação da Urucum Mineração e a zelar pelo seu patrimônio é o que se me cumpre advertir no momento.

Atenciosamente
Armando Carlos Arruda de Lacerda"

Isso enviei no dia 26 de agosto de 1994.

Portanto, diante das pressões no sentido de que a Urucum havia sido vendida e que a diretoria deveria se resignar, conhecedor de que, se por acaso a diretoria se resignasse, haveria a dissolução da Urucum e mais tarde essa diretoria ficaria responsável.

Já no final de agosto, quando receberam isso, foram invadidos os escritórios da empresa no Rio de Janeiro, os trabalhadores foram expulsos dali, não tiveram direito de limpar mesas, nada, foi colocada uma segurança particular armada para não permitir que alguém entrasse na empresa. Uma medida de força, arbitrária, prepotente.

Ficamos em Corumbá ainda aqueles dias, vivendo aquele drama, diariamente achincalhados pela rádio, pelos jornais, pela televisão e sofrendo constrangimentos de toda ordem numa cidade em que nascemos.

Dias depois, chega uma grande comitiva da Vale do Rio Doce e nos apresentaram uma ata do Conselho de Administração, feita via **fax**, dizendo que, aos 25 dias do mês de agosto de 1994, às 11h30min, na sede social da empresa, na Avenida General Rondon, estando presentes os Conselhos de Administração e dando início aos trabalhos reuniram-se os Conselhos de Administração da Urucum, estando presentes o Dr. Wilson Fernandes Sanches, Presidente, e os Conselheiros Armando de Oliveira Santos Neto, Luis Felipe de Lima Vieira. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente comunicou que a reunião havia sido convocada para tomar conhecimento da renúncia do Diretor Presidente, Sr. José Pitela Júnior e deliberar sobre a substituição dos demais diretores.

Tendo sido os assuntos debatidos, foi aprovada, por unanimidade, a eleição do Sr. Artur Eduardo Vilela, brasileiro, casado, Crea, residente e domiciliado na Vila Técnica Conceição Itabira, para o cargo de Diretor Presidente, em substituição ao Sr. José Pitela Júnior. E o Sr. Cláudio José Gonçalves Guerreiro, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado, para o cargo de Diretor Técnico, devendo o primeiro exercer cumulativamente as funções de Diretor Presidente com as de Diretor Responsável pela área de Desenvolvimento.

Na oportunidade, os conselheiros manifestaram o voto de agradecimento.

Corumbá/MS, 25 de agosto de 1994.

Ora, em 24 de agosto, eu estava em Corumbá notificando judicialmente a empresa. Ou estes senhores tem o dom da ubiquidade e se esconderam dentro da nossa pequena cidade ou esta ata, feita por via **fax**, ofendeu não mais aos estatutos da Urucum, não mais ao Código Brasileiro de Mineração, não mais à Lei das Sociedades Anônimas; ofendeu seriamente o Código Penal.

Ainda em complementação à questão da venda, eu gostaria de ler também, nesta oportunidade, dois itens do famoso edital de venda da Urucum:

Item 1 - Ofertantes: Estado do Mato Grosso do Sul e Companhia Mato-Grossense de Mineração - METAMAT.

Item 2 - Total geral a ser ofertado: 45.028.304,496 bilhões de ações, sendo 22.514.152.248 bilhões ordinárias e 22.514.152.248 bilhões preferenciais nominativas, correspondentes a 46,66% de cada tipo do total das ações que compõem o capital social.

Item 3 - Do Preço. O preço mínimo, englobando a totalidade das ações acima, é de R\$14.200,43 milhões, guardando-se equivalência, aqui friso, a R\$310,92 por lote de mil ações, sendo que cada lance oferecido abrangerá necessariamente todo o lote de ações ordinárias e preferenciais ofertado.

Eu estava escutando as inquirições do Senador e S. Ex^a perguntou por que ninguém foi? Qualquer pessoa que lá fosse iria comprar 45.028.304,496 bilhões de ações pelo valor que guardaria equivalência a R\$310,92 por lote de mil ações.

Seria importante fazermos esta conta. Sendo verdadeiras as afirmações de V. Ex^{as} que afirmam, textualmente, que comprou pelo valor mínimo publicado em leilão, e diante do que o leilão dizia, sendo verdadeiras estas afirmações, comprou, portanto, 45.028.304,496 bilhões de ações, guardando equivalência a R\$310,92 por lote de mil ações, o que dá um preço de 45.028.304,496 milhões - eu avancei três casas decimais, porque se trata de um lote de mil ações - vezes R\$310,92, então, pagou R\$14.200.433,90 milhões. Nunca é demais repetir as notas taquigráficas que obtive aqui mesmo na Comissão.

Sr. Presidente Ramez Tebet: comprou pelo preço da avaliação, é isto?

O Sr. Francisco José Schettino: pelo valor mínimo publicado em leilão.

Esse fato sobrepuja largamente qualquer outra abordagem posterior, pois se o juramento que o Sr. Schettino fez, como eu, aqui, foi válido, os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm ainda a receber pela Urucum R\$14.986.200.233,43, porque este é o valor, foi recebido e eu abati no valor os 14 milhões que teoricamente foram pagos. São fatos e documentos pelos quais respondo em qualquer circunstância.

A Urucum é muito importante e muito complexa; nós temos aqui 20 anos em que a Vale do Rio Doce foi ao Estado de Mato Grosso, o acordo de acionistas da Urucum foi celebrado, Senador Ramez Tebet, em praça pública, na praça Alencastro, em Cuiabá, e a presença da Vale do Rio Doce no Mato Grosso, lá nos idos de 76, foi colocada como a redenção econômica daquele Estado, e ela assinou,

com um Presidente da República como testemunha, com o Ministro Shigeaki Ueki então como testemunha. O Presidente Ernesto Geisel assinou um acordo de acionistas, onde se comprometeu profundamente investir naquela região, isso em 1976.

Em 1987, já contei como é que encontramos esta empresa, em hibernação e liquidada. De todas as conquistas da Urucum, o que mais sentimos tristeza em ver é que em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, havia uma empresa que tinha um corpo técnico, fizemos pesquisas geológicas e fizemos investimentos, quer de recursos próprios, quer de recursos no Fundo Constitucional do Centro-Oeste, adquirindo máquinas, equipamentos e preparando essa mina para produzir até 1.200 milhão toneladas sem nenhum problema. Fizemos um corpo de geólogos dentro da empresa, definimos cerca de 10 produtos oriundos daquela mina, havia, em 1994, após aquela grave crise de 1993, já estávamos recuperando o mercado, já havíamos recuperado o mercado, em 1994, tanto é que mesmo perdendo o controle em setembro a Urucum fechou com lucro, tenho certeza absoluta que fechou com lucro.

Nós estávamos dimensionando novos clientes para os minérios oriundos de Corumbá, que seriam os finos, que é um subproduto, este minério estava sendo vendido a empresas do setor químico e do setor de adubos, fertilizantes e alimentação animal, este setor já estava comprando manganês de Urucum, já despertando o novo século, o novo milênio, onde as indústrias siderúrgicas sofrerão decréscimo e crescerão produtos que têm uma nova inserção, que é o caso do manganês, que serve para fazer pilha, serve na indústria de alimentação animal, serve nas indústrias de adubos, então já estava sendo aberta esta nova porta para Urucum, que já estava vendendo e acessando esta nova porta. Então não havia no horizonte da Urucum nenhum tipo de problema, os problemas passaram a existir hoje após a perda do controle.

Hoje, a Urucum já se direcionou do manganês para o minério de ferro, está explorando mais minério de ferro que manganês em condições gravosas para a empresa. Este tipo de vendas que está sendo feito, esta mudança não vai trazer nenhuma vantagem para a região, é mais uma empresa minerando ferro, estaremos, olhando para a região, depredando, como está sendo depredada uma parte de um tipo de minério que deveria ser preservado, é muito pouco, este é o minério que está sendo exportado e que a Vale não tem mais, o único lugar que ainda existe é em Corumbá, e uma pequena jazida aqui

em Minas da MBR, que é o tipo **natural pellet**, adequada para o tipo de fornos da Argentina, este minério está sendo vendido a preço vil, mudou-se a configuração da empresa de manganês para minério de ferro, não está tendo lucro a empresa, não acredito que a Vale do Rio Doce está tendo lucro vendendo minério de ferro por cerca de US\$11, que é o preço que está sendo praticado. Então, houve uma profunda crise na cidade. Tivemos notícia ainda, nesta CPI, que os senhores tinham dito aqui que não haviam sido feitas demissões na área operativa da empresa. Havia sido feitas somente demissões na área administrativa.

Encaminho aos senhores os documentos - acho que o Dr. Salomão já encaminhou na data de ontem, e os tenho aqui comigo -, que dão conta de que já foram demitidos mais de um terço dos trabalhadores operativos da Urucum. Está se desmontando uma equipe técnica do melhor gabarito; estão se desmontando as condições que deram ao Mato Grosso do Sul, a Corumbá, quando compramos os equipamentos modernos na Suécia, e se perguntava "como é que aqueles bugres vão operar esse equipamento"?

Senador Ramez Tebet, a Urucum tem índices de produtividade semelhantes aos da África do Sul; operando os mesmos equipamentos somos mais produtivos: Os equipamentos quebram menos, funcionam melhor e a nossa tonelada homem/turno é muito elevada.

Do ponto de vista técnico, operacional, administrativo e comercial nada impede o caminho da Urucum. E nada impediria a este querido sócio - se fosse um sócio que também tivesse por nós a consideração que tínhamos por ele, como sul-mato-grossenses, corumbaenses, pantaneiros - nada impediria de fazermos um grande projeto em Corumbá, inclusive porque tínhamos um compromisso assinado sobre isso e que nunca foi respeitado.

Então, tivemos demissões sim, Senador. A situação em Corumbá é absolutamente dantesca, para quem conhece aqueles homens. Um consórcio formado pela Vale do Rio Doce e a Usiminas, chamado Vupe, adquiriu a Mineração Mato Grosso, que é uma mineração co-irmã em Corumbá e demitiu 100% dos trabalhadores.

Se a crise em Brasília é forte, se a crise nos grandes centros e nas capitais é forte, os senhores precisam saber o que é a crise numa cidade como Corumbá, cidade longínqua da fronteira, onde a única alternativa é aquela que os senhores estão pensando. E vemos pais de família juntamente com

suas famílias passando fome. Tivemos dois trabalhadores, um deles morreu ainda dentro das instalações da mina, pressionado para abandonar a sua casa. Ele, antes de abandonar, resolveu morrer ali mesmo.

No Rio de Janeiro tivemos um trabalhador também que, ao receber a sua demissão, ao fazer o seu acerto de contas, ao receber as suas verbas indenizatórias, pequenas, não se recuperou e terminou falecendo dias depois.

Tenho a impressão de que nós em Mato Grosso, Corumbá, cometemos um crime. Agradeço muito ao Governador Carlos Bezerra que, à época, mesmo sendo do Mato Grosso, nomeou alguém do Mato Grosso do Sul para ser o diretor. Muito me orgulho disso e do trabalho que foi feito e desenvolvido.

Nós, quando assumimos, dizíamos que o que precisávamos fazer em Corumbá, naquela mineração, era justificar a presença de nossos antepassados naquela região. Aquela região não era Brasil, ela virou Brasil. Não somos brasileiros porque nascemos no Brasil; somos brasileiros por opção. Aquelas riquezas, aquela faixa do rio Paraguai compreendidas por essas montanhas foi conquistada duramente. Sofremos guerras, invasões por causa daquelas riquezas. E essas pessoas que lá estão, essas pessoas que fizeram isso para este País, queriam fazer para eles? Não, achavam que aquelas riquezas fossem uma herança para os seus pósteros, para os seus filhos, netos, bisnetos, que pudessem redimir aquela situação em que viviam - em guerra, sobressaltados -, aquela situação de morar numa região que era, então, muito inóspita.

Dessa forma, sempre com esse objetivo de justificarmos nossa presença naquela região, penso, Senador Ramez Tebet, que os corumbaenses, os sul-mato-grossenses, os mato-grossenses devem muito a Urucum.

Em 1987, havia cinco anos que nenhum navio singrava as águas do rio Paraguai rumo de Porto de Ladário. Hoje temos cinco empresas de grande porte instaladas em Corumbá; temos uma movimentação pelo rio Paraguai de cerca de dois milhões e meio de toneladas; foi reaberto o caminho para Cáceres. Isso fazia anos. Tínhamos uma pilha de minério no Porto de Corumbá e sobre essa pilha havia até pé de imbaúba já grande. Era assim a atuação anterior.

Hoje aquilo está funcionando e não vejo como não ser sócio da Vale do Rio Doce. Em que instante o Estado representaria ou representou algum entrave às aplicações que a Vale pudesse fazer naquela

região? Não vejo. Ao contrário, Senador, investimentos seriam muito bem recebidos. Se a empresa resolver cumprir o acordo de acionistas de 1976 e investir na navegação, no rio, em pesquisa geológica, seria muito bom. Eu tenho certeza de que o Mato Grosso do Sul, talvez até o Mato Grosso nesse caso, todos receberiam de braços abertos alguém que está chegando para investir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - V. Sa. foi diretor por vários anos. Conhece a firma Consult?

O SR. ARMANDO LACERDA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Ela é tida como uma firma de notória especialidade?

O SR. ARMANDO LACERDA - Conheço várias firmas de avaliação no mercado, inclusive algumas empresas chegaram a apresentar à Urucum - quando circulou a notícia de que seria feita essa avaliação - opções, propostas para que fosse feito esse estudo com eles. Há grandes empresas no Brasil especializadas nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Poderia V. S^a dizer o nome dessas empresas de memória?

O SR. ARMANDO LACERDA - De memória, eu não tive o direito de limpar a minha mesa, mas deve ser qualquer coisa como Price Waterhouse, Deloitte Torratson, e algumas outras empresas deste tipo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Quer dizer que todas essas empresas gostariam de proceder a essa avaliação?

O SR. ARMANDO LACERDA - Sim, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Poderia V. S^a - dado que não temos muita experiência no ramo - esclarecer uma afirmação sua, isto é, que a aquisição pela Vale das ações, foi feita por preço inferior ao do edital? Parece que V. S^a afirmou isso?

O SR. ARMANDO LACERDA - Sim, nobre Senador, tenho o edital da **Gazeta Mercantil**. Nesse edital existe uma quantia substancialmente envolvida. Existem erros de soma no edital, existem um erro de potenciação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O que significa erro de potenciação?

O SR. ARMANDO LACERDA - Se o senhor traz 45 bilhões de ações e traz o preço de R\$310 por lote de mil ações, esse número sempre alcançará a casa dos bilhões, porque o senhor está multiplicando milhões por três casas, vai dar bilhões. Então, pelo próprio edital o valor é outro. Foi isso que afastou qualquer possível comprador que leu o edital e disse: R\$310 por lote de 1.000 ações. E foi ver as ações e falou: Ah! Vem cá. Essa empresa vale 14 bilhões de dólares, não tenho dinheiro para isso.

Esse foi um fato determinante no afastamento de qualquer possível interessado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Quer dizer, que V. S^a sustenta que o edital cometeu erro ou então...

O SR. ARMANDO LACERDA - Alguns erros ou então?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Foi intencional?

O SR. ARMANDO LACERDA - Eu não posso julgar as pessoas. O edital está errado. E se alguém afirmar que comprou por este edital - o edital é claro - alguém está devendo dinheiro aqui. Está certo? Ou o edital está errado e a venda é nula, ou alguém vai ter que pagar um pouco mais de dinheiro. São 14 bilhões e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Interrompi V. S^a, mas, se quiser, pode continuar, porque realmente julguei essa parte muito importante e não me contive.

O SR. ARMANDO LACERDA - Senador, o assunto Urucum é muito complexo e leva-nos até a nos perdemos, porque, às vezes, há milhares de nuances, existe toda uma história...

O SR. CARLOS BEZERRA - O senhor me revelou o profundo conhecimento que tem sobre a mina. Gostaria de ouvir uma opinião sua sobre a avaliação dessa mina. O que, no seu entendimento, pelo conhecimento mineralógico que V. S^a possui, o que realmente poderia valer uma mina dessa hoje?

O SR. ARMANDO LACERDA - Senador, existem várias maneiras de fazer avaliações de minas. O Dr. Ernesto é engenheiro de minas e trouxe as suas conclusões. Não poderia afirmar taxativamente quanto valem, mas posso afirmar taxativamente quanto não vale, ou seja, ela jamais poderia valer 30 milhões de dólares. Jamais, em nenhuma hipótese! Acompanhamos alguma movimentação dessas avaliações como diretores e parece-me que foi feita uma avaliação num valor, não chegaram a um acordo; foi feita uma segunda avaliação num valor e não chegaram a um acordo; e resta - a impressão me causa, posso até estar enganado - mas parece-me que chegaram a valor e aí fizeram uma avaliação para cobrir aquele acerto. Parece-me que foi esse o caso.

A Urucum para Mato Grosso do Sul, para Mato Grosso, para o nosso progresso, historicamente tem um valor indescritível. É uma empresa que jamais poderia ser precedida de uma avaliação tão fria e calculista, pois é muito importante, está na razão da gênese de uma região deste País. Um Presidente da

República, que foi cabo em Corumbá nos anos de 1.800, depois da Guerra do Paraguai, foi o Sr. Getúlio Vargas. Foi feita uma avaliação pelo serviço geológico americano num convênio com o então Ministério da Agricultura do Brasil, nos anos 40, e havia toda uma enorme gama de interesses para que essas jazidas fossem outorgadas a alguém. O Sr. Getúlio Vargas, de uma maneira muito clara, muito concisa outorgou ao povo da região.

O SR. CARLOS BEZERRA - Era uma luta nacionalista. Quando era garoto, lutamos pelas Minas de Urucum. Havia o famoso Grupo Chama em Corumbá, que era motivo de debate nos nossos congressos estudantis, naquela época essa questão de Urucum.

O SR. ARMANDO LACERDA - Para encerrar ainda, já que falei sobre a questão da demissão e contestei com documentos, já que falei sobre uma série de outras questões, existe algo no depoimento do Sr. Schettino que li. Gostaria de trazer ao conhecimento à CPI uma CPI anterior sobre esse assunto. Severo Gomes, Companhia Vale do Rio Doce, uma investigação truncada. Aqui está o livro. Este livro, de cujo Conselho editorial fazia parte o então Senador Fernando Henrique Cardoso, é muito interessante, inclusive porque o Senador Severo Gomes traz algo muito importante na primeira página deste livro e diz: "Beberam uma água do rio, comeram o doce, deixaram o vale no caixa". Este é um ditado popular mineiro de uma determinada região de Minas. E o importante é que o Sr. Schettino afirmou que 49% da Vale do Rio Doce pertencem a pequenos acionistas. Este livro, que trata da Vale do Rio Doce, quando a União Federal tinha 80% do capital da Vale, foi feita uma manobra com debêntures onde a União chegou a perder o controle acionário da Vale, e isso na época gerou uma CPI, da qual foi Relator o Senador Severo Gomes.

Contestando frontalmente essa afirmação dele, de que estão nas mãos de pequenos acionistas. Gostaria de ler aqui um depoimento do Sr. Cordeiro de Farias, então Vice-Presidente da Vale, que diz: "Se o Governo estivesse referindo-se à emissão de debêntures, se o Governo estivesse lançado mão de suas prerrogativas e assumido a percentagem a que tem direito na emissão das debêntures, o fato não provocaria nenhuma modificação no perfil acionário da Companhia Vale do Rio Doce. Mas, o número de ações concentrou-se em grupos grandes, o que terminou produzindo o que ele mesmo caracterizou como privatização monopolista."

Então, para encerrar, gostaria de trazer a esta CPI, como nossa colaboração, que fosse analisado este livro, talvez devesse até ser consultado os Anais do Senado, onde existe uma CPI, e tudo o que diz neste livro, tudo o que aconteceu aqui, tudo que está aqui relatado pelo Senador Severo Gomes, diz respeito ao assunto que estamos discutindo.

Lamento profundamente que dois homens tão ligados à história da Urucum, a este assunto, tenham desaparecido juntos prematuramente. Estou à disposição dos Srs. Senadores para quaisquer esclarecimentos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Agradecemos ao Dr. Armando as exposições preliminares feitas.

No adiantado dos trabalhos da CPI, estamos deixando claro que as relações de venda da Urucum Mineradora com a Metamat não foram as mais corretas, mas nos deixa claro que essas relações de incorreção também envolvem a própria Vale do Rio Doce.

Gostaria, uma vez que o Presidente Ramez Tebet abordou uma questão que me intrigava com relação à empresa de consultoria responsável pela avaliação da Urucum - e tudo nos leva a crer que foi uma empresa adremente preparada e escolhida para o exercício dessa missão - de acrescentar, já que questionou apenas a Consult e tivemos o laudo de uma outra empresa chamada Leasecorp.

Tanto a Consult como a Leasecorp apresentaram avaliações da Mineradora Urucum para que ela fosse vendida, e V. S^a já afirmou que a Consult não tem conhecimento, idoneidade e experiência na atividade.

Gostaria de saber se essa avaliação também serve para a Leasecorp?

O SR. ARMANDO LACERDA - Não fiz essa avaliação e afirmo que não conheço a Consult, mas algumas empresas de avaliação no setor mineral, porque já atuo há alguns anos nesse setor. Não conheço nem a Consult nem a Leasecorp. A mim me dá a impressão - e tive o cuidado de dizer isso - que partimos de um número adremente preparado, onde o negócio estava fechado e, depois, fez-se uma avaliação para cobrir aquilo. Isso é claro. Quem já militou na administração pública sabe como isso é feito.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - V. S^a que milita na área, no setor e particularmente na empresa há muitos anos, certamente estranhou a escolha dessas empresas como encarregadas de avaliá-la.

O SR. ARMANDO LACERDA - Estranhei inclusive a forma como foi feita a avaliação, inclusive

tivemos o depoimento de uma pessoa que investigou mais a fundo esse ponto.

Como diretor da empresa, posso dizer que não era um bom momento para se proceder ao tipo de avaliação que foi feito porque a empresa, em 1993, havia sofrido uma crise brutal quando do então negócio da China, pois tínhamos celebrado um contrato, feito as entregas e perdemos o nosso caixa em 1993. Dias antes, ficamos com o nosso com o minério produzido, pagamos a terceiros para produzi-lo, que, de repente, não podia ser vendido, quer dizer aquilo gerou uma crise muito grande na empresa.

Qualquer avaliação naquele momento, envolvendo aquele fato, aquele fluxo de caixa de 1993, que foi manipulado para baixo ou sofremos um constrangimento, não poderia ser revelador da empresa; foi um ano em que sofremos muito, foi um ano atípico.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - A avaliação, por certo, tem um enfoque de natureza operacional e patrimonial.

Nesse aspecto, seria a minha outra pergunta: atento às suas declarações, verificamos que V. S^a informa que a empresa atravessou um período difícil em decorrência da imposição legal dos preços por ela praticados e tão logo houve a liberação desses preços, a empresa melhorou a sua **performance** de atuação, tendo resultados positivos, crescendo material e administrativamente, podendo, com isso fechar um negócio expressivo como o que foi feito com a China.

Pelo que tudo indica e pelo enfoque de V. S^a, a interferência da Vale, impedindo que o negócio fosse realizado, jogou por terra todo o trabalho de reconstrução da economia da empresa.

O SR. ARMANDO LACERDA - Sr. Senador, realmente o que aconteceu foi que a Urucum estava diante da expectativa de embarcar e não embarcou...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - E já tinha investido?

O SR. ARMANDO LACERDA - E já tinha investido. E uma outra empresa, no caso a Vale do Rio Doce, vai aos jornais e diz que fizeram um negócio da china.

Ora, tínhamos o conhecimento ou um pré-acordo informal onde o mercado era liberado para a Urucum que foi lá e fez o que a Vale nunca havia feito, vendido para o mercado chinês. Recebemos a missão chinesa e foram feitos os embarques preliminares. Quando aquele mercado se posicionou, não posso afirmar que foi a Vale que nos tomou -, mas afirmo que o embarque foi cancelado na undécima

hora e a Vale do Rio Doce passou a fazer um negócio da china a partir daquele instante. Isso é fato.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Quem cancelou esse embarque?

O SR. ARMANDO LACERDA - Não temos essa informação. Só sei que uma empresa perdeu e alguém ganhou. Sempre que perdemos alguma coisa, procuramos olhar quem ganhou. Alguém perdeu. Quem perdeu muito, no caso, foi a Urucum. Perdeu muito. Alguém ganhou duplamente. Se estava interessada em comprar, ganhou duplamente: dois negócios da china, se é que ela ganhou esse negócio. Fez um negócio da china ao pegar aquele mercado que estava acertado para outra empresa, que já a a outra empresa havia conquistado: seria o primeiro. E quanto ao segundo, a empresa que ela queria comprar afundou-se com aquilo, o que é óbvio.

O termo "negócio da china" que estou repetindo, foi declarado pela Vale do Rio Doce aos jornais: "Fizemos um negócio da china".

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Na realidade, ela fez dois negócios da china.

O SR. ARMANDO LACERDA - Sim. A minha contestação prende-se a isso.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Vendeu para o mercado Chinês uma mercadoria e depois comprou a preço aviltado a empresa que faria o negócio.

O SR. ARMANDO LACERDA - Tudo isso, Senador, foi abordado aqui. Desde o início disso tudo temos convicção absoluta de que o decreto nacional de desestatização foi utilizado para estatizar uma empresa de direito privado, no caso a Urucum, e provavelmente a futura privatização criará algum monopólio na área do manganês. Quanto a isso não há dúvidas e quem é do setor sabe disto. Talvez fosse até conveniente, não sei se vão falar, porque hoje eles só têm um fornecedor de matéria-prima.

Se o senhor for a uma empresa de ferro-liga em São Paulo e perguntar quem é o fornecedor, verificará que ou eles compram da Vale ou da Vale, o que é um fato. Isso já representou, inclusive para o Brasil em termos de ferro-liga; temos uma grande empresa, que era nossa cliente, a Paulista, que sofreu uma intervenção dura por parte do BNDES. Essa empresa era uma grande cliente da Urucum e embarcávamos, via Rio Paraguai, para lá.

Tive notícia de que no último embarque que foi feito de Urucum para lá a Vale "comprou" a Ferro-Liga; na realidade, ela está intervindo na Ferro-Liga via BNDES, ela é a interventora nomeada pelo BNDES. Não sei qual foi a fórmula utilizada mas

hoje a Sibra da Bahia está recebendo minério de manganês da Urucum que está sendo embarcado com 6 meses de prazo e sempre vendemos com 30 dias.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Consulto o Senador Carlos Bezerra se gostaria de perguntar mais alguma coisa.

O SR. CARLOS BEZERRA - Só gostaria de indagar do depoente porque há boatos de que os ex-Governadores responsáveis pela venda da Urucum, aceitaram o subpreço por conta de vantagens pessoais. O que V. Ex^a pode nos informar a respeito desse assunto?

O SR. ARMANDO LACERDA - Eu desconheço, Senador. Isso foi algo que circulou pela imprensa, na última campanha política, muito duramente, mas podemos afirmar, textualmente, que não, e tivemos o cuidado de trazer documentos. E esse é o depoimento que fizemos a respeito de todo esse assunto.

O SR. CARLOS BEZERRA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Dr. Armando, concedemos a V. S^a, alguns minutos para considerações finais, se assim julgar conveniente.

O SR. ARMANDO LACERDA - Gostaria somente de agradecer a oportunidade. Estamos, praticamente, há mais de um ano sofrendo em silêncio junto com os companheiros de Corumbá, a respeito desse assunto. Esperamos, sinceramente, que esta CPI chegue a uma conclusão e deslinde os meandros desse assunto, que a ação popular, encabeçada pelo grande brasileiro, Dr. José Fragelli, também atinja os seus objetivos, que a mina do Urucum e o empreendimento Urucum, com participação da Vale do Rio Doce, dentro do caráter estritamente legal, ou seja, abaixo de 49%, e os demais percentuais distribuídos entre o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possam voltar a significar aquilo que já significou na região, uma poderosa alavanca de desenvolvimento capaz de dar a essas gerações que vivem hoje naquela região um pouco daquela herança que os seus antepassados lhes legaram, que são aqueles minérios, a navegação, a ferrovia, o futuro gás boliviano, enfim, todos os empreendimentos que a Urucum pode proporcionar àquela cidade, redimindo um pouco da miséria que vive toda a nossa região e, principalmente, os habitantes de Corumbá e Ladário.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Agradecemos ao Dr. Armando Lacerda a sua participação nesta reunião, e a contribuição que trouxe aos trabalhos desta Comissão.

Convidamos o Dr. Max Salustiano de Lima, geólogo, a prestar o juramento de praxe.

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Juro, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre fatos relacionados com investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - V. S^a tem a palavra para suas considerações iniciais, a respeito do fato objeto desta Comissão.

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de agradecer e parabenizá-los, principalmente ao Presidente da CPI da Mineração, Senador Ramez Tebet, e também ao Senador Carlos Bezerra por levantarem esse questionamento sobre a negociação e avaliação da jazida de Urucum, efetuada pelas empresas Consult e Leasecorp.

Na verdade, fui, do dia 17 a 19 de julho de 1995, visitar as empresas Consult e Leasecorp, a convite do Presidente da Metamat, que nos solicitou fazer uma visita técnica a essas empresas, tendo em vista o desconhecimento por parte de toda a comunidade da atuação dessas empresas na avaliação de jazida mineral.

Frente a essa solicitação do Diretor-Presidente da Metamat - gostaria de falar, também, que sou coordenador de recursos minerais do Estado de Mato Grosso - e, frente a essa solicitação, visitei duas empresas: a Empresa Consult, depois de quase 6 horas de procura, que funcionava na casa do Contador, no Bairro de Vista Alegre, em Nova Iguaçu, cidade da Baixada Fluminense. Era um endereço bastante difícil e houve um erro de datilografia quando foi colocado o endereço da Consult no relatório técnico.

A Consult está localizada na Rua Fernanda Izabelli, nº 92, Vista Alegre, Nova Iguaçu. Quanto ao município e à rua, o número saiu errado no meu relatório. Nenhum taxista sabia onde era esse endereço, mas conseguimos localizá-lo, quando encontramos um carro de manutenção da Empresa Light, que, em contato com a Central, conseguiram localizar essa Rua Fernanda Izabelli, que fica a uns 15km do centro de Nova Iguaçu, paralela aos trilhos da Central do Brasil, no sentido da Estação de Nova Iguaçu para a Estação de Austin, também da Baixada Fluminense.

Então, nesse local absolutamente longe, inclusive, dos centros comerciais do Rio de Janeiro, localizamos, na casa do Contador, Sr. Antonio Pereira Queiroz, a sede da Empresa Consult, que está defi-

nida, inclusive, no relatório deles, bem como na nota fiscal emitida para a Metamat. Era o único documento que tínhamos sobre a localização da Consult, nesse endereço na Fernanda Izabelli.

Chegando ao local, tive o cuidado de fotografar a residência, porque se tratava da casa do Contador, onde ele vivia com a família e dois filhos - creio que a Comissão tem as fotografias da casa. Inclusive, em um dos quartos, ele mantinha um escritório, onde fazia seus trabalhos contábeis.

O Sr. Antonio afirmou que o responsável, o diretor e o presidente da Consult era o Sr. João Batista de Carvalho Athayde, o mesmo que assinou a avaliação.

Identifiquei-me como um geólogo que atuava no Estado do Mato Grosso e sul do Pará, que, sabendo que eles fizeram uma avaliação das jazidas minerais do Mato Grosso, gostaria que fosse efetuado um contato para avaliação de jazidas ao norte de Mato Grosso e ao sul do Pará.

Apresentei-me como um geólogo interessado em avaliar uma jazida mineral. O Contador efetuou contato telefônico com o Sr. João Batista, que estava viajando para os Estados Unidos, e este reforçou para o Contador que eles não tinham interesse em fazer nenhuma avaliação de jazidas, porque a única avaliação efetuada pela Consult foi para os governos do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, e que não tinham equipe técnica nem pessoal para viabilizar a avaliação das jazidas.

Dáí perguntei ao contador se efetivamente existiam geólogos, engenheiros de minas e economistas para fazer uma avaliação de jazida, porque, conforme foi dito aqui, existe um procedimento técnico para avaliá-la. Trata-se de um procedimento multidisciplinar envolvendo especialistas e uma análise, por exemplo, dos dados de encubagem de uma jazida, a análise de relatório, de informações secundárias e até mesmo a obtenção de dados primários. Uma empresa efetivamente que atenda os procedimentos técnicos para avaliação de jazida deve também obter alguns dados primários *in loco* para confrontá-los com dados secundários e, a partir daí, efetuar o seu parecer.

Tendo em vista que não existiam funcionários, não existia sede. Esta estava localizada, como falei, a vinte quilômetros do centro de Nova Iguaçu, sentido Estrada de Ferro Central do Brasil para a estação de Austin. Eu poderia até falar que era um lugar ermo, de difícil acesso e talvez até perigoso pela localização. Pelas características de Nova Iguaçu, entendi muito estranha a localização desse escritório.

Fizemos, Senador Ramez Tebet, inclusive fotos da residência. Fotografei o número e o nome da rua. Com base nisso, fiz o meu relatório no tocante à Consult.

Em relação à Leasecorp, a outra empresa para a qual também me foi solicitado fazer esse contato técnico a fim de verificar a capacidade técnica da empresa para fazer avaliação, localizei e conversei com o Diretor-Presidente da Leasecorp, situada no centro comercial do Rio de Janeiro, na Rua do Mercado, essa é uma empresa mais consolidada, ocupava um andar de um edifício antigo do Rio de Janeiro. Conversei com o Sr. Otávio Luís Bastos de Oliveira, sócio-gerente e fiz a mesma abordagem que fiz para a empresa Consult. Identifiquei-me como geólogo autônomo, dono de um escritório, interessado em avaliação de jazida mineral no norte do Mato Grosso e sul do Pará e, sabendo que eles efetivaram uma avaliação no Estado de Mato Grosso, gostaria de saber a possibilidade para avaliar as jazidas dos meus clientes. Ele disse, textualmente, que efetivamente a Leasecorp é uma empresa de **leasing** que foi feita depois de um banco americano que atuava no mercado do Rio de Janeiro com **leasing**, com avaliações de empresas, como indústrias petroquímicas e até mesmo fazendas, foi o que o rapaz me disse, que eles avaliavam qualquer coisa; tinham técnicas para avaliar qualquer coisa - foi o que o Sr. Otávio disse - e a Cibanco se desinteressou pelo mercado nacional e demitiu todos os seus funcionários no Brasil. Os funcionários se reuniram e criaram a Leasecorp para, na verdade, atuar junto aos clientes desse americano que se desinteressou comercialmente.

A Leasecorp foi criada há dois anos e o sócio-gerente, Sr. Otávio, e toda a equipe faziam parte do quadro de funcionários desse banco americano que se desinteressou pelas atividades no Brasil. Ele se mostrou também desinteressado em fazer e discutir qualquer proposta de avaliação porque também ele não teria equipe para fazer o trabalho, apesar de ele - foi o que me disse - ter contratado no momento um profissional para fazer uma avaliação técnica da área específica da jazida. Foi o que ele disse. Mas o que ocorre é que, efetivamente, na nossa opinião técnica que está registrada neste relatório, nenhuma das empresas visitadas têm capacidade técnica e até idoneidade técnica para avaliar jazidas minerais. Até mesmo por falta de equipe; é um trabalho multidisciplinar, é um trabalho que se o senhor me pedir para fazer uma avaliação numa jazida, como Uruçum ou qualquer outra, preciso de uma equipe, eu

preciso de tempo, eu preciso de obter não só dados secundários, mas também dados primários para fazer um trabalho correto, como determinam as normas técnicas que todos nós devemos cumprir.

Agora, além desses aspectos que foram definidos nas minhas considerações finais, quero fazer algumas observações que acredito sejam muito justas, muito útil para a análise dessa importante Comissão.

Primeiro, a proposta para a realização desta prestação de serviço para o Governo de Mato Grosso possui data de 6-6-94, a avaliação efetivamente ocorreu no dia 13-6-1994, ou seja, exatamente em seis dias foi efetuado esse trabalho de avaliação.

Esse fato acho que inclusive...

O SR. CARLOS BEZERRA - Permite V. Sa?

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Pois não.

O SR. CARLOS BEZERRA - Qual seria o prazo normal para uma empresa séria de avaliação fazer esse trabalho? O Senhor disse seis dias. Qual seria o prazo, na sua opinião, razoável para empresa séria de avaliação fazer esse trabalho?

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Eu acredito que razoável, efetivo, seria de 120 dias, quatro meses. Agora um trabalho expedito, etc, com um esforço concentrado jamais poderia ser feito com menos de 60, 90 dias. Acredito que o prazo correto seria de 120 dias.

Também tem um outro questionamento. Depois que fiz essa viagem, depois da indicação da discussão desse meu relatório nesta Comissão, verifiquei que o contrato também foi assinado no dia 23-6-94, o contrato onde reza que a empresa Consult foi contratada para a Metamat, a data do contrato é 10 dias após a avaliação e 20 dias na entrega da proposta. Então, foi feita primeira a avaliação e depois o contrato. Acho que isso é um assunto extremamente relevante.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Mas isso não seria porque ele já tinha feito para Mato Grosso do Sul?

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Não sei exatamente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Quero dizer que esses dados todos e o que o Armando Lacerda colocou aqui já me satisfaz plenamente. Esse negócio vai ser desfeito, vai ser nulo. Diante das informações à CPI com seu depoimento e de todos outros saírei daqui muito tranquilo. Já tem uma ação popular e acho que essa análise não resistirá a qualquer tribunal, qualquer juiz sério vai anular isso e nós vamos voltar ao **status quo**.

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Fico contente com esta manifestação do Sr. Senador, porque acho que a sociedade não aceita mais. E, como técnico, e principalmente como qualquer cidadão comum...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Não tiveram qualquer cautela, foi um negócio de compadre.

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - ... não aceita mais esses absurdos efetuados com a coisa pública, com um patrimônio que, como o ex-Diretor Armando Lacerda colocou muito bem, foi duro de se conseguir e muito difícil.

Agora, só para também deixar a Comissão e os presentes mais irritados com essa negociata, eu gostaria de apresentar a nota fiscal do valor desse trabalho. A nota fiscal desse relatório de 16 páginas - tenho a cópia anexa aqui que vou repassar à Comissão - de R\$ 425 mil, data de 28 de 1994, quando na época, no início do Plano Real, o Real era supervalorizado em relação ao dólar, e a supervalorização de câmbio era em torno de 120%, ou o preço do dólar era 80% do Real, esse trabalho custou meio milhão de dólares. Tive o cuidado de verificar o custo de cada página, foi a bagatela de 26 mil dólares por página.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Não é a página, é pelo conhecimento técnico que tem. (Risos.) Será que é isso?

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - É possível, mas essa notoriedade, nobre Senador, colocada inclusive pelo Sr. João Batista, entra em confronto com a localização do escritório dele na Baixada Fluminense, um bairro periférico de Nova Iguaçu. E todos nós conhecemos o que é Nova Iguaçu. Ninguém com notoriedade comprovada possui escritório ali - desculpem-me se tem alguém de Nova Iguaçu, a minha mãe é de Nova Iguaçu, eu posso falar isso - absolutamente, não há condição de ter um escritório em Nova Iguaçu.

Agora, quanto à Leasecorp, eu tomei o cuidado de obter, junto à Metamat, a fatura paga pela Metamat para a Leasecorp. A Metamat pagou 20 mil reais para a Leasecorp fazer o relatório. Eu acho um preço justo, razoável. Na verdade não estou aqui para discutir trabalhos de engenharia ou até de economia, mas 20 mil reais é o preço de mercado para fazer uma avaliação, com 10 a 15 páginas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Porque a Leasecorp entrou na parada?

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Tive o cuidado de perguntar para o representante da Leasecorp e ele falou que o contato dele no Mato Gros-

so do Sul e no Mato Grosso era através do Banco Votor. Eles eram prestadores de serviços do Banco Votor, que os convidou a fazer essa avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O que o Banco Votor tem a ver com o negócio?

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Não sei, mas ele foi o responsável pela publicação do edital de leilão da Urucum Mineração. Cópia da Gazeta Mercantil de 20 de julho de 1994, quem mandou publicar o edital de avaliação foi o Banco Votor Corretora de Valores. Há alguns erros neste edital.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Existe alguma relação no negócio entre a Consult e a Leasecorp?

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Aparentemente, não. O sócio-gerente da Consult falou que era prestador de serviços ao Governo do Mato Grosso do Sul, agenciando obras de saneamento, de infra-estrutura, parecia que ele tinha muitos contatos em Brasília e viabilizava recursos para o Governo do Mato Grosso do Sul. Ele foi contratado pelo Governo do Mato Grosso, pela Metamat. Então, procurei saber como chegou a realizar esse trabalho. Basicamente, foram essas as considerações sobre a negociação.

Eu também gostaria de fazer só mais algumas considerações, porque eu também fui diretor técnico da Metamat. No início do Governo do Senador Bezerra fui indicado pelo Senador devido a minha atuação como líder estudantil. Desde 1978, escolhi Cuiabá, Mato Grosso, para viver e também em função das minhas atividades técnicas. Fui professor da Universidade Federal do Mato Grosso, realizei outros trabalhos na região.

Agora, por outro lado, como diretor técnico acompanhei a luta que o Governo Bezerra, por meio da Metamat, principalmente da diretoria administrativa da Urucum, lá em Corumbá, de reabilitar, de tirar da hibernação a Urucum, que estava sem produção.

Nesse trabalho, mesmo como diretor técnico, sem acesso a determinadas discussões do Conselho de Administração, nós discutíamos muito a questão de Urucum. Posso afirmar aqui, nesta Comissão, que a Companhia Vale do Rio Doce, nesse período de 2 anos em que fiquei como diretor técnico da Metamat, sempre tratou Urucum não como uma sócia, se fosse considerar uma relação seria como uma madrastra, ou seja, ela sempre reservou os melhores mercados para o manganês de Carajás, para o manganês, talvez, até que sai do navio, e deixando o mercado de Urucum para o mercado interno. O Plano Siderúrgico Nacional, para atender a produção de

ferro no Brasil, colocou o preço do manganês no mercado interno em torno de US\$10; e no mercado externo, para o qual a Vale exportava, o preço era de até US\$42. Ou seja, a Urucum, de alguma forma, financiou talvez, com esse subsídio, o Plano Siderúrgico Nacional, comprometendo suas finanças por um longo período. E, num determinado momento, como o Dr. Armando colocou muito bem, através de uma pressão do Governo de Mato Grosso, conseguiu-se retirar esse CIP do preço do manganês, o que viabilizou atingir faturamentos da ordem até de US\$14 milhões, no Governo Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Ontem, durante o depoimento do Dr. João Batista, S.Sª contestou o endereço do escritório da Consult, firma de sua propriedade. S.Sª disse - se não me falha a memória - que realmente o escritório tem sede no Município de Nova Iguaçu - que é um direito de ter; que é uma empresa que hoje trabalha com informática, dentro da sua própria casa, com meios modernizados etc.; só que S.Sª diz que a empresa não se situa na rua mencionada pelo relatório técnico que V. Sª apresentou. Ele deu um outro endereço, do qual não me lembro. No seu relatório consta: Rua Isabele Cristina, nº 187, Bairro Vista Alegre, Município de Nova Iguaçu.

Como não ouvi o início do seu depoimento, pois tive que me ausentar rapidamente aqui da Comissão, gostaria de saber - não sei se V. Exª já esclareceu esse ponto - o que é que V. Exª tem a dizer a respeito da observação feita por ele no que concerne a esse endereço que V. Sª menciona no seu relatório, o qual ele contesta dizendo que é um outro de Nova Iguaçu.

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Tenho a dizer que houve um erro, um engano de digitação. Na verdade o endereço eu relacionei aqui: Fernandes Isabele, nº 92. S. Exª está correto quando falou que o nome da rua está errado, mas não errei quando falei da localização, só errei o nome da rua. Em vez de escrever Fernandes Isabele, escrevi o nome de uma sobrinha. Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - A fotografia V. Exª confirma que é do escritório?

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Inclusivamente a fotografia da placa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - V. Sª tem mais algum esclarecimento a prestar? Pode continuar porque estamos com inteira liberdade aqui.

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Os esclarecimentos já foram suficientes. E estou à disposição para qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, Dr. Max, pelo relatório que V. S^a nos apresentou, pelo depoimento e pelos comentários de que iria irritar a Comissão, o que acabou provocando foi um certo riso, em razão da fragilidade, do descaramento dessa fraude praticada pela Consult, pelo Leasing-Corp, em conluio com a Metamat. Isso desnuda uma questão muito séria, um crime praticado contra o patrimônio público, que, tenho certeza, não ficará impune. A sua contribuição à elucidação dessa questão é fundamental.

Gostaria apenas de fazer uma pequena pergunta com relação à Consult, já que verificamos que ela não tem experiência, não tem corpo técnico, não fez um relatório consistente, não tinha efetiva convivência com a atividade para a qual foi contratada.

V. S^a teve o cuidado de averiguar, já que percebeu que o escritório da Consult era na residência do contador, como V. S^a bem se referiu, a que tipo de empresa o Sr. Antônio, principal titular da Consult, atendia: se eram empresas ligadas à mineração ou de natureza comercial?

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - O Sr. Antônio afirmou que ele respondia por mais de 60 empresas, todas comerciais. Era atuava como um contador.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Não tinha nada a ver com a atividade de mineração no País?

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - O contador realmente desconhecia absolutamente a matéria e prestava serviço para cerca de 60 empresas, como ele mesmo afirmou, entre elas as empresas do Sr. João Batista, inclusive a Consult.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Muito bem. Isso revela que a fraude foi até grosseira. Como o senhor é um técnico da área, um geólogo, professor com larga vivência, larga experiência na área de mineração, sabe, possivelmente, mensurar o valor das jazidas sob enfoque. Eu gostaria de ouvir de V. S^a um comentário sobre a compatibilidade do preço praticado na compra com o efetivo valor da jazida de manganês e de ferro, pertencente à Urucum.

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Dentro de uma avaliação de jazida, é necessário contemplar o patrimônio mineral, o patrimônio definido nos direitos minerários. Efetivamente, a base de toda empresa de mineração é a existência de reservas minerais. Então, a reserva de uma empresa de mineração é o seu maior patrimônio. Preocupo-me até com alguns questionamentos sobre o processo de

privatização da própria Vale do Rio Doce, uma das empresas mais eficientes do setor mineral, a nível mundial, seja em minério de ferro, ouro, etc, de algumas discussões sobre a não utilização do seu patrimônio, cálculo do valor de uma jazida. Tecnicamente, isso é absolutamente impossível.

Por outro lado, voltando especificamente à Urucum, é necessário definir o valor da jazida com base nos preços do produto. Seria interessante fazer um paralelo e talvez uma projeção, no mínimo, dez anos antes e, no mínimo, dez anos depois, do preço desse metal no mercado internacional; fazer uma avaliação do preço efetivo das jazidas, retirar o custo operacional, o custo administrativo e os impostos e, daí, obter-se o valor líquido. Com certeza, esse valor é bem superior ao proposto nas empresas aqui consideradas. Eu não posso revelar esse valor porque estaria também...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Não só proposto como praticado na venda.

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - É também praticado. Eu estaria cometendo a mesma imperfeição técnica que a Consult e a Leasicorp efetuaram. Seria importante, e necessário até, fazer essa avaliação de forma correta.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Pelo que se percebe, a Metamat, zelosa com o patrimônio público, preocupada em não incorrer em erro de avaliação, Consultou uma empresa extremamente competente, idônea tecnicamente, que é a Consult, e contratou a Lisicorp, para referendar essa avaliação. Quer dizer, juntaram três criminosos.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Gostaria de fazer uma última pergunta. O Dr. Lacerda aponta erro no edital. V. S^a tem condições de analisar o edital, relacionando o preço constante no mesmo e o preço pago?

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Ocorreu uma situação duvidosa. O valor do preço do edital não foi o efetivado na compra. Daí é uma dúvida que precisamos deixar para esta Comissão esclarecer, fazer suas investigações e verificar se realmente existiu um erro de digitação do edital, um erro tipográfico, de colocar três zeros a mais, ou se foi uma posição para espantar os outros interessados na venda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Ocorre-me agora - só para um esclarecimento - que isso parece que coincidiu com a época da mudança para o Real. Não é isso? Vamos conferir a data do edital.

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - A data do edital é de 20 de julho de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Está em reais?

O SR. MAX SALUSTIANO DE LIMA - Está em reais. Ou seja, o Real já tinha 20 dias e já estava em URV. Sobre essa questão posso também fazer uma outra consideração.

Uma parte da mina é vizinha a Urucum. A mineração Corumbaense foi negociada - e não tenho essas informações, que foram passadas por intermédio de um colega que trabalha na empresa que adquiriu essa parte da mina Corumbaense - e o preço girou em torno de US\$35 milhões. Certo? Talvez seja necessário até se levantar essas informações. A empresa RTZ, uma empresa inglesa, tinha interesse há algum tempo no minério de manganês, porque ela atua com esse minério no mundo todo. Ela tentou comprar uma jazida ao lado; gastou alguns milhões de dólares em pesquisa; e não se viabilizou a possibilidade técnica da continuidade da mineração para a área que ela queria comprar. Então, ela perdeu. Como essa - o próprio Dr. Armando colocou -, os compradores - as empresas de ferro-liga, as siderúrgicas - também poderiam se interessar, além de diversas outras empresas, no cenário mineral.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Ao encerrar a reunião, quero, mais uma vez, como Presidente, traduzir meus agradecimentos aos membros da Comissão, Srs. Senadores, especialmente ao vice-Presidente, Senador Leomar Quintanilha. Agradeço, em nome desta Comissão, aos Drs. Ernesto França Barreto, Armando Lacerda, Max Salustiano de Lima, ao nosso Deputado Wilson Santos, da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, que, com espírito cívico, acorreram ao nosso chamamento, aqui compareceram e prestaram os esclarecimentos e se colocaram à disposição da Comissão.

O objetivo único, volto a repetir, da nossa Comissão, é esclarecer os assuntos referentes ao processo mineralógico do País. Acredito que a Comissão, procedendo como vem fazendo, não terminará em pizza, porque os subsídios que temos aqui são suficientes, no mínimo, para dar uma grande contribuição - digo no mínimo -, neste instante em que o Brasil passa por profundas transformações.

Temos requerimentos sobre a mesa, os quais passarei a ler.

Um é do Senador Ernandes Amorim:

Na qualidade de autor do requerimento que deu origem a esta CPI, e na forma regimental, requeiro que seja reconvocato a de-

por, perante esta Egrégia Comissão, o Sr. Paulo Nantes dos Santos, chefe do Serviço de Mineração do DNPM, Distrito de Minas Gerais, em razão do mesmo ter manifestado que tem novos assuntos ligados à sua área, que irão fornecer melhores subsídios a esta CPI.

Também do Senador Ernandes Amorim, outro requerimento dirigido a esta Presidência, nos seguintes termos:

Na qualidade de autor da requerimento que deu origem a esta CPI, e na forma regimental, requeiro que sejam intimados a depor, perante esta Egrégia Comissão, os Srs. Jaime Veríssimo de Campos e Pedro Pedrossian.

Ambos os requerimentos estão firmados com a data de hoje, 25 de outubro de 1995.

Pelas considerações já prestadas por esta Presidência, que informalmente já conversou com membros da nossa Comissão, considerando o prazo que temos para o encerramento da CPI ser no dia 20 de novembro, se não me falha memória, e a necessidade de que temos de continuar decidindo tudo na forma do colegiado que é esta Comissão, determino à Secretaria que convoque todos os Srs. Senadores, membros desta CPI, para uma reunião administrativa amanhã, às 10h, para deliberar sobre esses requerimentos e todos os outros expedientes que estão sob consideração da nossa Comissão.

Peço à Secretaria que encareça aos membros da Comissão sobre a importância da reunião, marcada para às 10h de amanhã.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h03min.)

27ª Reunião Realizada em 26 de outubro de 1995

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, às dez horas e dez minutos na sala 13 da ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Romero Jucá, Ernandes Amorim, Ramez Tebet, José Bianco e Carlos Bezerra, membros da CPI da Mineração, destinada a "apurar graves denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a atividade de mineração no Brasil", para reunião de trabalho (administrativa). Na oportunidade o Senhor Presidente submeteu à apreciação dos demais pares a Ata da 26ª reunião que foi dispensada a sua leitura, sendo a mesma aprovada. Entre vários outros assuntos ficou decidido que serão intimados a depor perante a Comissão os Senhores Jayme Veríssimo Campos, Pedro Pedrossian, Marcos Ventura Guimarães, Sér-

glio Casadey Florêncio, Antonio Edson Deroma, Gilberto Duarte Prado e Geraldo Guimarães. Também foi deliberada a prorrogação da Comissão por mais 90 (noventa) dias. Não havendo nada mais a tratar e sem que alguém mais se manifestasse, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Francisco Naurídes Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

28ª Reunião Realizada em 07 de novembro de 1995

Aos sete dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, às dezessete horas e vinte e três minutos, na sala 13 da ala Senador Alexandre Costa, anexo II do Senado Federal, reúnem-se os Senhores Senadores Romero Jucá, Ramez Tebet e Carlos Bezerra, membros da CPI da Mineração, destinada a "apurar graves denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a atividade de mineração no Brasil". Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador Ramez Tebet, submeteu aos presentes a Ata da 27ª reunião, que foi dispensada sua leitura e aprovada. Em seguida, convidou para prestar depoimento o Senhor Gilberto Duarte Prado, que após prestar o juramento regimental, iniciou sua explanação fazendo um relato histórico sobre a firma Leasecorp, após o que foi interpelado pelos Senhores Senadores Romero Jucá - Relator da CPI, Carlos Bezerra e Ramez Tebet. Ato contínuo, o depoente passou à Comissão vários documentos que serão analisados pela relatoria. Prosseguindo, o Senhor Presidente convidou os membros da Comissão para reunião amanhã - 8-11-95, para ouvir o depoimento do Dr. Jayme Campos, ex-governador de Mato Grosso. Não havendo nada mais a tratar e sem que alguém mais se manifestasse, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Francisco Naurídes Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 27ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 185/95, destinada a apurar denúncias veiculadas na imprensa nacional sobre a atividade de mineração no Brasil.

Tendo sido requerida pelo Senador Romero Jucá a dispensa da leitura da ata da 25ª reunião desta Comissão, dou-a por aprovada.

Ouviremos hoje o Dr. Gilberto Duarte Prado, convocado a prestar seu depoimento. Convido-o a tomar assento à mesa e a prestar o compromisso legal, na forma da lei.

O SR. GILBERTO DUARTE PRADO - "Juro dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito."

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Dr. Gilberto, V. Sª tem conhecimento dos motivos que levaram esta CPI a convocá-lo a prestar este depoimento? Indago também se V. Sª deseja tecer considerações iniciais ou quer que o Plenário desta Comissão vá formulando perguntas e, em decorrência delas, V. Sª, com inteira liberdade, poderá então ir prestando os esclarecimentos que julgar indispensáveis.

O SR. GILBERTO DUARTE PRADO - Inicialmente, meus agradecimentos. Tenho conhecimento dos assuntos de que trata a Comissão e daqueles que especificamente me trazem aqui como depoente.

Peço licença a V. Exª para, primeiro, agradecer pela gentileza que me prestou quando, no primeiro depoimento, vim a Brasília pedir-lhe que fosse adiado meu depoimento em razão de eu ter que ir ao exterior, e V. Exª concordou, o que me ajudou muito, e, segundo, parabenizá-lo pelo seu aniversário natalício, que parece ocorrer nesses dias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Muito obrigado.

O SR. GILBERTO DUARTE PRADO - Se V. Exª me permitir, eu gostaria de fazer um histórico, dividindo a apresentação, que pretendo seja sóbria, em dois grandes segmentos.

Tomei conhecimento na imprensa de uma série de informações e notícias envolvendo a empresa Leasecorp Serviços e Participações e, ao mesmo tempo, também tive acesso a alguns depoimentos já prestados nesta Comissão, alguns deles, posso dizer a V. Exª, recheados da mais absoluta desinformação no seu sentido específico. Ou seja, a narrativa é absolutamente divorciada da realidade, e creio que vou poder demonstrar isto.

Inicialmente, quero pedir vossa licença para dizer o que é a Leasecorp e documentá-la como uma empresa tecnicamente idônea.

A Leasecorp é uma empresa jovem quanto a sua formação jurídica. Foi formada em 1993 por pessoas que, desde 1973 até aquela data, haviam sido executivas e/ou dirigentes de uma companhia chamada Manufacturers Hannover Arrendamento Mercantil, companhia que deu virtual existência ao

leasing no Brasil e se tornou a empresa líder no mercado.

Em 1993, ocorreu uma fusão nos Estados Unidos entre dois grandes bancos, o Manufacturers Hannover e o Chemical Bank. A parte prevalecente na fusão foi o Chemical Bank, que, não tendo um histórico de **leasing**, decidiu desativar a empresa de **leasing** do Brasil.

Essas pessoas haviam trabalhado juntas por virtualmente vinte anos e decidiram seria do melhor interesse delas continuarem juntas. Então, fundou-se então essa empresa de Consultoria.

A empresa tem onze sócios, três sócios-gerentes, e sou a pessoa sênior da empresa. Minha qualificação profissional é de advogado. Trabalhei no BNDES, no mercado financeiro. Durante os vinte anos de Manufacturers Hannover, fui presidente da empresa no Brasil e depois me deram responsabilidade sobre o Cone Sul, Venezuela e México. Fui presidente da Câmara Americana de Comércio do Brasil e sou membro do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas. Nada que eu seja excepcional mas para dar uma referência de que, a exemplo de mim, as outras pessoas da Leasecorp têm um histórico sério e sólido atrás de si.

A Leasecorp Serviços, criada a partir da extinção da Manufacturers Hannover, desenvolveu uma série de trabalhos que eu gostaria depois de passar às mãos da Secretaria - temos um folheto que descreve as áreas de atuação da empresa. Esses trabalhos se destacam, por exemplo, na área de Consultoria de crédito - aqui explicamos o que fazemos nessa área; na área de avaliação econômico-financeira, item de que se cuida hoje aqui, na área de sistemas de avaliação de empresas via **soft** específicos para processamento de dados, com uma marca registrada chamada Planium.

Em termos de experiência, a empresa destacou-se por alguns contratos de grande importância. Primeiro, ela é credenciada pelo BNDES para fazer as avaliações do programa nacional de desestatização, quer a nível A, quer a nível B, que envolve a modelagem da venda das empresas.

Preparou em consórcio e apresentou proposta ao BNDES para a desestatização da Acesita, da Rede Ferroviária Federal, da Light e Embraer. Não ganhou as concorrências, mas foi tecnicamente qualificada em todas elas. Perdeu em função de preços ou preferência do BNDES por outras propostas. Mas foi tecnicamente aprovada em todos esses casos.

Como líder de consórcio enquanto Manufacturers Hannover, foi contratada para liderar o serviço

de avaliação do pólo petroquímico de Camaçari. Foram nove empresas, das quais seis já foram vendidas e o destaque delas é a Copene, uma empresa de US\$2 bilhões.

Outros projetos de importância são listados nesse folheto. Destaco a contratação para uma avaliação do setor elétrico brasileiro, tendo sido ela contratada pelo Deutsche, Morgan & Grenfell, um dos três maiores bancos de investimentos do mundo, de propriedade do Deutsche Bank e assessoria à empresa Emesa na avaliação e posterior aquisição de parte do controle acionário na privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. Depois, temos um **curriculum** dos sócios.

Como disse a V. Ex^{as}, não se pretende ser infalível ou melhor que ninguém. Apenas estamos documentando que a empresa existe e é sólida quanto à formação de seus profissionais.

Está instalada num andar de um prédio na Rua do Mercado, em frente ao edifício da Bolsa de Valores. O andar tem 420 metros quadrados; tem 18 ou 20 micros, software comprado das mais diferentes aplicações e ultimamente foi classificada em segundo lugar na concorrência para avaliação de uma empresa chamada Ebice(?), de propriedade do Estado do Rio de Janeiro que vai ser privatizada, fez concorrência pública para escolher uma empresa que fizesse avaliação. A Leasecorp foi a segunda nota técnica mais alta; a Trevisan teve nota 9,95 na avaliação técnica; a Leasecorp Serviços, Locação e Participações teve nota 9,35. Ganhou da Deutsche Bank, da Natron, ganhou do Banco Liberal e de uma série de outras empresas. Teve a segunda maior nota e perdeu no quesito "preço", tendo o segundo preço mais elevado. Já faz algum tempo, em torno de dez dias, mas é uma demonstração cabal da capacidade e da idoneidade técnica da empresa Leasecorp.

Cerca de dezoito meses atrás, a empresa Leasecorp deu origem a uma outra Leasecorp Arrendamento Mercantil, que funciona no mesmo andar e terceiriza uma série de serviços da companhia de Consultoria. Essa Leasecorp Arrendamento Mercantil é autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tem capital de R\$4 milhões totalmente integralizado.

Estou fazendo essa referência porque num depoimento do Sr. Max Salustiano, ele fez uma confusão imensa nessas coisas todas que a empresa não era de Consultoria, que era uma empresa de **leasing**. Apenas ele se confundiu. São duas empresas com participação acionária quase toda comum, ins-

taladas no mesmo andar para ganhos de escala, para ganhos econômicos. Existem também uma empresa de leasing.

A primeira coisa que gostaria de destacar é que o trabalho que foi feito pela Leasecorp não foi um trabalho de avaliação física de jazida, de cubagem ou de valor de minério que pudesse estar ou estar na mina de Urucum. Vocês poderão ver por cópias da carta o contrato, que também estou deixando aqui, que visava uma avaliação financeira, ou seja, qual o valor dessa empresa em termos corrente de dinheiro? Quanto ela produz de dinheiro num período de tempo e quanto vale essa empresa com essa produção de dinheiro, se ela fosse vendida hoje? É o chamado método de fluxo de caixa descontado. É um sistema universal para avaliação de empresa.

O preço cobrado por nossa empresa foi de US\$20 mil, acho que de dólares, para dar uma referência uniforme, pois não tínhamos ainda o real. Foram R\$20 mil para um trabalho que foi feito em 18, 20 dias e mais do que isso não era necessário. Por que não era necessário? Não era necessário porque nos foi dado pela própria Urucum um trabalho que já havia sido feito por uma Consultoria de renome e que eles entendiam que devia servir de base. Então, um grande número de informações, que, normalmente, teria que ser garimpado por quem fosse fazer a avaliação, estava aqui e isso foi tornado disponível. Se V. Ex^{as} gostarem, deixaria isso também porque é uma peça importante.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Só uma informação, para irmos, de certa forma, esclarecendo. O contrato da empresa Leasecorp foi feito com a Urucum ou com os Governos Estaduais?

O SR. GILBERTO DUARTE PRADO - Com a Metamat. Mas as propostas todas foram avaliadas pela Urucum e pela Metamat.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Na verdade, a Urucum e a Metamat trabalhavam em conjunto nessa linha de avaliação e na contratação de profissionais para esse tipo de trabalho.

O SR. GILBERTO DUARTE PRADO - Exatamente. V. Ex^{as} gostariam de ter o trabalho da Coopers?

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Seria importante.

O SR. GILBERTO DUARTE PRADO - Se V. Ex^{as} me permitirem, é a única cópia que tenho, ficaria devendo, vou fazer a proposta e mandar. Então, esse é um débito meu para com a Comissão.

Em outro capítulo dos testemunhos, foi dito que nos julgávamos capazes de avaliar toda e qual-

quer coisa, uma empresa, uma fazenda ou o que fosse. Isso é uma imprecisão para dizer o mínimo. Em todos os casos anteriores a que me referi dos trabalhos todos feitos com o BNDES, foram feitos consórcios, contratou-se ou subcontratou-se tantos especialistas quantos necessários para aduzir qualidade ao trabalho a ser feito. No caso da Ebice(?), da qual deixei cópia, nós subcontratamos pessoas que eram especializadas em tubos para identificar o mercado de tubos no Brasil.

Não é legítimo se supor que uma empresa de Consultoria, quase que independentemente do seu porte, viesse a conhecer com profundidade toda a disciplina. Não é. A prática da contratação e da subcontratação é absolutamente rotineira. Subcontratamos uma empresa chamada Desenvolvimento, Consultoria e Planejamento, é uma firma que tem 7 sócios, o sócio que assina a proposta dela, chama-se Afonso José Guerreiro de Olivera. Se V. Ex^{as} forem familiarizados com a história do BNDES, o Dr. Afonso é uma figura exponencial, foi chefe do Jurídico do Banco e Diretor do BNDES por 12 ou 15 anos. O Dr. José Clemente de Oliveira também é sócio da empresa, com um dos melhores currículos do Brasil em termos de análise econômica.

No caso específico, eles indicaram sócios dele cujo currículo também está anexado, com formação específica. No caso, o senhor, que fez a maior parte do trabalho, trabalhou em Consultoria de metais, foi do Conselho Interministerial de Não-Ferrosos e Siderurgia, foi da Carajás Metais e da Companhia Vale do Rio Doce. É formado em Engenharia Metalúrgica em Ouro Preto, tem uma série de cursos. Há também mais três técnicos que participaram da avaliação. Esse é um desenvolvimento na figura dos seus técnicos.

A área de desenvolvimento fez uma análise de perspectiva do mercado de manganês. De novo, ninguém avaliou jazida. Eles foram consultar as fontes nacionais e internacionais para saber qual era a perspectiva de manganês nos próximos "n" anos no futuro.

Documentaram o trabalho deles numa avaliação, com todas as fontes de referência utilizadas aqui citadas, que nos serviu de base para, tomando como referência as quantidades físicas de minério e os preços futuros que a área de desenvolvimento, após feitas suas pesquisas, entendia como válidos, e, desses valores, deduzindo custos fiscais, ICMS, custos de transporte, plotamos a produção futura da Urucum contra mercado.

Já li também, em vários papéis que me chegaram às mãos, que existem divergências sobre qual poderia ser a produção física de Urucum. Parece que, no nosso caso e da Coopers, andou próximo; uma diferença de 10% em cada ano, em relação à produção de cada uma das empresas.

Em termos de preços, quem analisar o nosso estudo, vai verificar qual foi a metodologia usada, quais foram os créditos e débitos que colocamos.

Fluxo de caixa descontável é o seguinte: para se analisar quanto uma empresa vai gerar nos próximos 5 anos, estuda-se o mercado em que ela atua, quem são os concorrentes, os produtos, se tem produto novo que possa entrar e atrapalhar os preços, qual o percentual de mercado que deve ser capaz de obter e manter, quais os investimentos que terá que fazer para atingir aqueles resultados. Daí, calcula-se o lucros e perdas da companhia, ano a ano, deduz-se todos os tributos, todos os encargos fiscais e pega-se o resultado de cada ano, seja positivo ou negativo, e traz tudo a valor presente.

O que é trazer a valor presente? É arbitrar quanto aquele valor futuro valeria hoje.

O SR. CARLOS BEZERRA - A avaliação de um patrimônio como esse, de uma riqueza como essa, apenas com a avaliação contábil, sem a avaliação física, será que é justa sem ver o produto, apenas considerando o papel a que o produto se refere? É a pergunta que formulo para melhor entendimento da matéria.

O SR. GILBERTO DUARTE PRADO - Quando existe alguma razão fundada, profunda, para se entender que a empresa está pesadamente subavaliada, então caberia fazer uma prévia avaliação para determinar se os valores estabelecidos e o balanço são corretos ou não. Essa seria a ação normal de um administrador que cogitasse de vender uma empresa e dissesse que o seu patrimônio seja muito maior do que o registrado.

Se o administrador não entende assim, ou seja, não pensa que essa situação se verifica, e apenas o dono pode fazer essa determinação, o que ele vai dizer disso? Quanto vale a minha empresa hoje, considerando que os meus balanços são bons, os meus artigos estão corretamente registrados e o que posso fazer pela frente?

No sistema americano, quando alguém vai comprar uma empresa, pode fazer a aquisição através de um trabalho de pesquisa da empresa - envia 50, 60, em dinheiro, em auditores, em advogados para levantar toda a empresa e fazer uma oferta -, ou pode ir à Bolsa de Valores e dizer que vai com-

prar essa empresa pelo que ela está produzindo de dividendos. São duas metodologias distintas, aplicadas, ou não, conforme a situação específica. As duas são absolutamente válidas.

O SR. CARLOS BEZERRA - Sim, mas o que indago do senhor é o seguinte: considerando uma administração pública ou mesmo uma empresa que tem sócios, que é uma empresa de capital aberto, uma sociedade anônima, não seria prudente, ao procurar vender essa patrimônio, para resguardar os interesses dos sócios ou da sociedade ou do Estado, que se avaliasse o patrimônio, a chamada cubagem, na linguagem que, com muita propriedade, V. S^a usa - ou basta ficar nos terrenos dos papéis ou da parte contábil? Essa é a grande indagação que fazemos.

Sei que V. S^a, pelo que está explicando, afirma que recebeu a incumbência de analisar dados que lhe foram passados pela empresa que o contratou, no caso a Metamat. Então, cumpria-lhe desempenhar aquilo. Agora, pergunto-lhe, objetivamente, se esta é a conduta, consoante com o art. 37 da Constituição, que diz como devemos zelar pelo patrimônio, observando os princípios que norteiam a administração pública e que estão previstos na legislação que a regulará.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Complementaria a pergunta dizendo que se nesse estudo que o S. S^a recebeu da Consultoria Internacional - e que serviu de base e que a Urucum e Metamat encaminharam como base nos estudos - existe a cubagem física, algum elemento mais de avaliação física ou também é uma avaliação financeira em cima desse problema?

O SR. GILBERTO DUARTE PRADO - Essencialmente financeiro. Penso que para responder a pergunta do Senador, vou tomar alguns cuidados que serão percebidos por V. Ex^a

Não me cabe dizer como o dono deve proceder em relação à venda de sua propriedade. A colocação que faço é a de que, se alguém tivesse alguma dúvida razoável quanto à cubagem daquela jazida, não há dúvida alguma de que deveríamos fazer um exame físico. Nunca vi e nunca me falaram nada, até posteriormente, quando começaram a surgir questionamentos quanto ao conteúdo e à dimensão da mina. Se pegarmos os valores pelo qual o Estado subscreveu o capital dessa empresa, veremos que ela não vale o que estão falando.

O Estado subscreveu o capital da mina em 18 milhões, em 1982. O que terá havido de 1982 para 1994 para supervalorizar a mina? O mercado não foi; ele caiu. Alguma coisa aqui me despertou a cu-

riosidade e, quando vi a cifra de US\$170 milhões, levei um susto e fui investigar. Temos um protocolo de subscrição do capital inicial da empresa no valor de US\$200 milhões a mina.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - V. S^a não tem condições de responder a indagação tecnicamente ou não deseja fazê-lo?

O SR. GILBERTO DUARTE PRADO - Creio que não é uma questão de querer ou não. Acredito que já respondi a pergunta quando esclareci que, se o proprietário da mina acha que existe alguma dúvida razoável quanto ao valor da mina, ele deveria proceder à cubagem. Mas, por tudo que ouvi até então, jamais houve um questionamento quanto ao valor da mina, se 15 ou 150. Esse para mim é um tema novo, porque, na própria subscrição do capital, o Estado subscreveu por 18.

Se verificarmos o protocolo - talvez o tenha aqui - a mina inteira vale US\$18 milhões. Tenho o protocolo.

Estou lhe passando às mãos o relatório do desenvolvimento e o de avaliação da Leasercorp. Uma jornalista me fez uma série de perguntas, a que lhe respondi que não pretendo que esse relatório seja de uma precisão divina; isso não existe. É importante que o relatório e suas conclusões sejam lidos com atenção, porque os números todos foram baseados em determinadas premissas obtidas de publicação nacional e internacionais. Se as informações estiverem corretas, a conclusão deverá estar correta. Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Indago ao Relator se ainda existe alguma pergunta a ser formulada.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) - Não, Sr. Presidente. Creio que as perguntas foram feitas no decorrer da explanação do Dr. Gilberto. Era importante sabermos como se deu a contratação da Leasercorp, que demonstrou tradição pelos técnicos funcionários no mercado nesse tipo de avaliação, fundamentou o seu estudo financeiro em cima de dados já fornecidos pela Metamat e pela própria Direção da Urucum, quer dizer, não cabia à Leasercorp questionar cubagem ou qualquer outro tipo de avaliação, já que os parâmetros foram dados. Acredito que a nível da Relatoria os documentos estão sendo alocados para a comissão e irão preencher os dados necessários para que possamos trabalhar no relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Consulto os demais Senadores se têm perguntas a formular. (Pausa.)

Nada mais tendo a ser indagado do ilustre depoente, a Comissão agradece principalmente o seu comportamento e, na primeira oportunidade em que foi convocado, tendo comparecido e solicitado, diante da necessidade de se ausentar do País, o adiamento que lhe foi concedido e de ter honrado o seu compromisso de que assim que regressasse de viagem, no primeiro dia que fosse marcada a audiência, V. S^a não teria mais escusa nenhuma a apresentar e estaria pronto a prestar as informações, como realmente prestou.

Agradeço a V. S^a

Determino à Secretaria que anexe toda a documentação que o requerente requereu aos autos.

Convido os Srs. Senadores para uma nova reunião a ser realizada amanhã, às 9h, quando ouviremos o depoimento do ex-Governador de Mato Grosso, Jayme Campos.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h 48min.)

COMISSÃO ESPECIAL

Criada através do Requerimento nº 470, de 1995-SF, "destinada a analisar a programação de rádio e TV, no País".

10ª Reunião realizada em 8 de novembro de 1995.

Às dez horas e trinta minutos dos oito dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Hugo Napoleão (Presidente), Artur da Távola (Vice-Presidente), Pedro Simon (Relator), Emília Fernandes, Benedita da Silva, Edison Lobão, Flaviano Melo e João França, reúne-se a Comissão Especial "destinada a analisar a programação de rádio e TV, no País". Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência convida o Senhor Antonio Athayde, Diretor-Geral da NET Brasil, para sentar-se à mesa e iniciar a exposição. Logo após, Sua Excelência concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Pedro Simon, para fazer sua indagação. A seguir, o Senhor Senador Artur da Távola faz uma síntese da exposição. Em seguida, o Senhor Senador Pedro Simon sugere que seja feito um requerimento de prorrogação dos trabalhos da Comissão e que sejam realizadas reuniões conjuntas com a Comissão de Educação, convidando os Ministros de Estado da

Cultura, Comunicação e Educação. Finalizando, o Senhor Senador Hugo Napoleão comunica uma próxima reunião a ser realizada em 22 de novembro, quarta-feira, com a presença da Exm^a Sr^a Denise Frossard, Juíza de Direito. Nada mais havendo a tratar, a Presidência, agradecendo a presença do Senhor Antonio Athayde, encerra os trabalhos e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta Ata.

ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 470, DE 1995-SF, "DESTINADA A ANALISAR A PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO E TV, NO PAÍS", REALIZADA EM 8-11-95, COM OBJETIVO DE OUVIR O SENHOR ANTONIO ATHAYDE, DIRETOR-GERAL DA NET BRASIL, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador **Hugo Napoleão**
Vice-Presidente: Senador **Artur da Távola**
Relator: Senador **Pedro Simon**
Íntegra de acompanhamento taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Declaro aberta a reunião da Comissão Especial, criada para analisar a programação de rádio e televisão no nosso País.

Temos hoje a grata satisfação de receber, para apresentar sua exposição e, em seguida, abrir a reunião aos debates e às indagações que as Sr^{as} e Srs. Senadores eventualmente desejem fazer, o Dr. Antonio Athayde, que dispensa apresentações pelo seu currículo, pela sua longa vida, dedicada ao setor, e que pode e, realmente, vai trazer o seu depoimento e fará também uma exposição, que há de contribuir para que o nosso Relator, Senador Pedro Simon, possa ter melhores condições de apresentar o seu relatório, ao final dos trabalhos.

Então, havendo declarado aberta a reunião, concedo a palavra ao Dr. Antonio Athayde, para dela fazer uso pelo tempo que julgar conveniente.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Senhores e senhoras, bom dia. Agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui presente, para dar o meu depoimento nessa Comissão, que trata de um assunto fundamental num País como o Brasil, que é a programação de rádio e de televisão.

Tive oportunidade de ler parte dos depoimentos já dados nessa Comissão por profissionais de te-

levisão ou gente ligada ao meio, e ser incluído entre esses profissionais muito me orgulha, muito me honra.

Gostaria de falar um pouco sobre a minha carreira, porque não sou um especialista em programação de televisão, sou engenheiro, formado na PUC do Rio de Janeiro, Engenharia de Sistemas, depois fiz pós graduação em informática, entrei nesse mundo fascinante da televisão, através da informática, tendo implantado na **Rede Globo de Televisão** o sistema que informatizou a área comercial daquela rede.

Depois saí da área de informática, trabalhando na comercialização de televisão na Globo, depois participando na experiência que a empresa teve na **Tele Montecarlo**, na Itália. Depois, voltando ao Brasil, continuando na Globo, trabalhei na área de relação com as afiliadas da **Rede Globo de Televisão**, que foi uma experiência muito especial, porque conheci o Brasil. Conheci também os problemas de se compatibilizar a **TV Globo de São Paulo** com uma emissora, por exemplo, em Santarém ou no Rio Grande do Sul ou no Amapá, e aí realmente aprendemos que se está num País com características muito especiais e com, justificando aquela famosa colocação de que o Brasil é parte Bélgica e parte Índia, eu que conheci a Bélgica tive oportunidade também de conhecer a Índia que existe dentro do nosso País.

Depois passei a trabalhar na área de televisão por assinatura, essa área que cresce fantasticamente no País hoje, de participar, embora indiretamente, do grupo de pessoas que acabou viabilizando a Lei da Televisão a Cabo no País, que certamente dará um impulso imenso ao negócio de televisão no Brasil, seja na área de distribuição, seja na área de produção.

Preparei uma pequena apresentação para fazer para os senhores. A minha colaboração vai se dar no sentido de mostrar um pouquinho o que deve acontecer no mundo, como um todo, e no Brasil, em particular, na distribuição de televisão. Porque eu acredito que seja fundamental para essa Comissão, que vai analisar a programação de rádio e televisão no Brasil, que ela analise também o que significam as novas tecnologias, e no que elas vão influenciar na programação de televisão e no futuro dos meios de comunicação no Brasil. De maneira especial no que pode acontecer às grandes redes de televisão, o que já está acontecendo no resto do mundo e que pode acontecer no País.

Peço, então, licença para me utilizar da retro-projeção.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Por favor. Só há um problema, que é questão do registro. Não sei se há condições técnicas de um microfone sem fio.

É importante, quero lembrar, apenas para os Anais da Comissão, que a exposição do Dr. Antonio Athayde seja registrada pela gravação.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Bom, o que é importante caracterizar é que estamos vivendo uma era que pode ser chamada de "A Era da Diversidade". É uma era em que o consumidor, no fundo, é quem dirige os trabalhos dos meios de comunicação e está exigindo, cada vez mais, multiplicidade de programação, seja de rádio, seja de televisão. E essa era da diversidade tem alguns itens que gostaria de abordar.

Primeiro, é a verdadeira revolução tecnológica que está acontecendo nos meios de comunicação, quais são as consequências dessa revolução no mundo, as consequências no Brasil, as grandes questões com negócios de comunicação do futuro, discutir, especialmente, o que acontecerá com a programação de televisão e um assunto que eu tomei a liberdade de incluir, porque é um assunto que me interessa de perto, que é o desafio brasileiro da informática.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Parece que o microfone não está captando o som para gravação.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Agora está Ok?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Seria bom, eu pediria que o senhor repetisse, ainda que sucintamente.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Bom, a minha contribuição aqui vai começar a partir da constatação de que o consumidor, no mundo inteiro, busca a diversidade, busca ter, cada vez mais, mais opções que programação, seja de televisão, seja de rádio.

Dentro desse contexto, gostaria de falar sobre a revolução tecnológica, que são as modificações da tecnologia que influenciam diretamente os meios de comunicação, as consequências dessa revolução no mundo, as consequências dessa revolução no Brasil, as questões para o futuro, as grandes indagações para o futuro no negócio das telecomunicações. Especificamente falar um pouquinho do que se espera que aconteça com a programação de televisão e tomei a liberdade de produzir um assunto que me interessa particularmente, que é o assunto da educação à distância. Vou falar um pouquinho sobre isso.

Bom, a revolução tecnológica que está acontecendo agora talvez seja para a humanidade comparável com a invenção da roda, e ela pode ser resumida nesses itens:

Primeiro, a digitalização, que é um conceito muito simples, mas que revolucionou os negócios de comunicação no mundo. E ao fato de que os sinais de voz e os sinais de imagens, sendo digitalizados, passam a ser comparáveis aos sinais de um computador.

Essa pequena descoberta muda inteiramente o negócio das comunicações. Outro fenômeno importante é o da compressão dos sinais digitais. Isso significa que esses bits, onde são transformados os sinais de áudio e de vídeo, podem ser armazenados de forma comprimida, de maneira que todos os esquemas de transmissão ou de armazenamento de vídeo e de áudio ficaram muito mais eficientes.

A outra descoberta que está revolucionando os negócios - essa já era mais conhecida - é a fibra ótica, que é uma maneira de transmitir informações de vídeo e de áudio de altíssima capacidade; e os satélites de alta capacidade, que são os satélites artificiais de comunicação que chegam diretamente à residência das pessoas do mundo todo, através de antenas parabólicas de pequenas dimensões e com imensa capacidade de transmissão e de recepção de sinais.

Bom, essas modificações na tecnologia geraram algumas consequências importantíssimas no mundo. A primeira delas é que gerou, para os empresários do setor, no mundo inteiro, uma imensa insegurança.

Tenho tido oportunidade, através da minha atividade profissional, de entrar em contato com os maiores empresários do mundo do negócio de comunicações e, rigorosamente, todos os empresários estão extremamente inseguros. Não sabem o que vai acontecer no futuro. E essa insegurança, no fundo, é a principal razão do grande movimento que está havendo entre os grandes grupos mundiais de fusões entre empresas e de aquisições entre empresas; revelam uma insegurança desses grandes empresários e dessas grandes empresas de para onde vai a tecnologia, e eles procuram se unir, no fundo, para diminuir os riscos da atividade, por pura insegurança.

Estamos acostumados a ler declarações muito firmes de alguns desses empresários sobre para onde vão os seus próprios negócios, mas estou absolutamente convencido que eles simplesmente não sabem para onde vão.

O outro fenômeno gerado pela digitalização - este especificamente - é a convergência entre televisão, telecomunicações e informática. Hoje, rigorosamente, não há mais diferença entre esses negócios. Falar de informática, de telecomunicações em geral, de televisão e de rádio é falar do mesmo negócio.

Então, vemos, por esses dois primeiros itens - a insegurança e a convergência - que há os investimentos cruzados. Os empresários que estão na área de produção estão indo para a área de distribuição. Por exemplo, os empresários de informática investem em produção de televisão; os empresários de telecomunicações investem em televisão, investem em produção.

Esse cruzamento se deu pela insegurança e pelo fenômeno gerado pela digitalização, que é a convergência de todos os negócios num único negócio da área de comunicação.

Outro fenômeno causado por essa avalanche de meios de distribuição é o que se chama hipersegmentação da programação, isto é, com o aumento de canais para chegar ao consumidor, a tendência é que a programação seja cada vez mais segmentada. A programação vai acabar com aquele ideal de atingir um consumidor individualmente; cada vez se fazem mais canais de televisão ou programação de rádio mais focados com a tendência no indivíduo, na identificação de pequeníssimos grupos de pessoas com interesses semelhantes. Cada vez mais esses grupos de pessoas diminuem na sua quantidade.

Outra consequência é a capacidade "ilimitada", porque sempre há um problema de custo de armazenamento e de recuperação de programas de televisão. Trabalha-se com a hipótese de que, num futuro próximo, praticamente toda a produção mundial de filmes, por exemplo, possa ser armazenada em grandes bancos de dados de discos óticos e possa ser acessada, a qualquer momento, pelo consumidor que esteja ligado a esses bancos de dados. Isso também, como veremos, muda inteiramente a concepção das futuras redes de televisão.

Então, essa capacidade de armazenamento já é imensa e cresce em proporções geométricas a cada dia. O fim das fronteiras, esse talvez seja o fenômeno mais fácil de ser detectado. Com toda essa capacidade de comunicação e principalmente com os satélites de telecomunicação de alta potência e de alta capacidade, aquele velho conceito das fronteiras políticas ou fronteiras geográficas literalmente desapareceram.

Aqui, no Brasil, que geograficamente está situado fora da área de influência dos satélites artifi-

ciais que cobrem os Estados Unidos e a Europa, nos próximos 5 anos, devem ser lançados pelo menos 4 a 5 satélites artificiais, que vão fazer chover - literalmente - em cima do País uma quantidade de canais de televisão absolutamente sem precedentes, fazendo com que, independente de qualquer tipo de legislação, o consumidor brasileiro seja potencialmente submetido a uma avalanche de programação de televisão, principalmente vinda do exterior. E a interatividade, isto é, a possibilidade de o consumidor e de o telespectador interagirem com o fornecedor de programação, seja ele de rádio ou de televisão, fazendo com que seus desejos sejam atendidos. O consumidor vai poder solicitar uma determinada programação de televisão, especialmente, digamos assim, feita de acordo com os seus interesses.

No ano que vem, a partir de março ou abril, seja o projeto de satélite do Grupo Abril ou o projeto do Grupo da Net Brasil, já chegarão com possibilidade de programação iterativa ao País.

E o último conceito é extremamente discutido hoje no mundo, que é o das super-rodovias da informação, isto é, a possibilidade de o consumidor, por qualquer meio de transmissão que lhe chegue, poder, da sua própria casa, mandar informação para o provedor de programação ou de informação em geral, criando o que se convencionou chamar de super-rodovias da informação.

Esse conceito partiu de um discurso político da campanha do Presidente Clinton, através do serviço do Presidente Al Gore, e se tornou uma verdadeira mania internacional se falar em super-rodovias de informação. Acredito que esse assunto, de alguma maneira, precisa ser discutido aqui no País, onde a Internet é uma realidade e é o início de uma super-rodovia de informação, em que se criam verdadeiras comunidades de troca de informação, constantes a partir dos lares das pessoas.

Quais são as consequências que começamos a ver no Brasil com todos esses fenômenos? Primeiro é que a mídia impressa começa a pensar no seu futuro. Os empresários dos grandes grupos de comunicação de mídia impressa no Brasil estão extremamente preocupados com o futuro de seus negócios e praticamente todos eles estão investindo em meios de distribuição da sua produção de informação fora do meio convencional, que é o jornal ou a revista.

Todo dia, lemos informações de que o **Jornal do Brasil** está na Internet, que o Grupo Estado criou na agência Estado um grupo de profissionais para investir em novos meios de distribuição para o gru-

po; que o **O Globo** faz isso, que a **Folha de S. Paulo** e o Grupo **Abril** fazem aquilo, o que nada mais é do que a consequência imediata de uma grande preocupação com o futuro dos seus meios de comunicação.

Os empresários do jornal descobriram que eles nada mais são do que garimpadores de informação e organizadores de informação, e o meio de distribuição dessa informação é irrelevante. Se ele é o jornal impresso ou a revista, ou a onda de rádio, ou cabo, ou satélite, isso absolutamente não tem importância. Eles se estão posicionando como produtores de informação. Já está havendo uma verdadeira reorientação dos negócios dos homens da mídia impressa.

Outra consequência no Brasil é que o nosso mercado de televisão, por assinatura, é um dos maiores mercados potenciais do mundo. O Brasil começou tarde nesse negócio até por uma inexistência de legislação, e o potencial do Brasil, comparado, por exemplo, com o da Argentina, que tem 10 milhões de domicílios com televisão, desses 10 milhões de domicílios, 4,5 milhões, isto é, 45% já estão ligados via cabo.

Esse potencial aplicado ao Brasil levaria a um número de mais ou menos 13 milhões de assinantes, já que o Brasil tem um pouco mais de 30 milhões de domicílios com TV.

Evidentemente, o Brasil não é a Argentina, que tem uma distribuição de renda melhor do que a nossa e uma concentração de população em torno de Buenos Aires muito grande. Se levarmos em conta esses fatores, talvez o Brasil tenha um potencial de oito a dez milhões de assinantes, que poderão estar ligados, de alguma maneira, a um fornecedor de programação de televisão por assinatura nos próximos oito a dez anos.

Isso faz com que os grupos estrangeiros, praticamente todos, estejam interessados em investir no Brasil, para ficar com parte desse mercado, o que está refletido na frase "Os gringos estão chegando", que tenho usado pelo menos nos últimos cinco anos.

Foi pouco percebida a chegada dos grupos estrangeiros de comunicação, que hoje são muito claros nas cidades aonde o cabo já chegou. A quantidade de programação vinda diretamente do exterior ou abasileirada, aculturada é muito grande.

Hoje, já se consegue acessar 45 a 50 canais estrangeiros nas principais cidades brasileiras. Se houver mercado, teremos os meios de comunicação brasileiros concorrendo com mais de 50 canais produzidos fora do Brasil.

Os investimentos necessários para levar ao consumidor brasileiro essas novas opções de comunicação são literalmente impossíveis de serem suportados unicamente por grupos brasileiros, por maiores que sejam. Então, estão ocorrendo hoje - e V. Ex^{as} têm notícia disso - parcerias dos grupos **Abril** e **Globo** com grandes grupos estrangeiros, visando a atingir esse potencial de mercado.

A consequência importante para o País dessas associações é que elas são feitas numa via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que os grupos estrangeiros chegam ao Brasil, abrem caminho para os grupos brasileiros chegarem ao exterior.

Esses acordos da **Globo** e da **Abril** prevêm a entrada desses grupos pelo menos na América Latina, o que é, sob o ponto de vista da produção brasileira, algo absolutamente fundamental. A produção brasileira está encontrando os seus canais de distribuição fora do Brasil.

Quais são as questões e interrogações para o futuro? Costumo usar uma frase, que gostaria de dividir com V. Ex^{as}, do filósofo Jim Valery: o futuro não é mais o que era, ou não se fazem mais futuros como antigamente.

Algo bastante claro hoje no universo das telecomunicações e da comunicação em geral é a grande dificuldade de se prever o que vai acontecer no futuro a partir de experiências passadas.

Um fenômeno bastante interessante ocorreu com a televisão: foi algo não previsível. Se analisarmos os livros de ficção científica, praticamente todos os escritores previram a chegada do homem à lua, mas nenhum previu que ela seria televisionada.

Outro fenômeno é o de que, a partir de Orwell, previu-se que a televisão faria o papel do **big brother**, isto é, seria usada pelo grande ditador ou pelo poder do Estado para vigiar os seus súditos, digamos assim. E o fenômeno que ocorreu é justamente o inverso e também não foi previsto: a televisão hoje, ao contrário, é o **big brother** do cidadão. Todas as autoridades estão sob o seu farol no mundo inteiro. Praticamente, cada passo de um dirigente ou de um político está submetido ao cidadão, por meio da televisão.

Outra constatação para o futuro é a de que não é importante a maneira de se chegar ao consumidor; o importante é chegar até ele. A grande disputa vai ser por estar na casa das pessoas, não importa se via cabo, por satélite, pelo ar, por meio de fitas ou por outro meio que venha a ser descoberto no futuro. A grande disputa será chegar ao consumidor. O meio será irrelevante no futuro. Os produtores de

programação irão ter vários meios de chegar ao consumidor. O importante, realmente, será chegar mesmo ao consumidor.

Outra pergunta, ainda, não respondida é: "Quem serão estes distribuidores?" Provavelmente, os senhores estejam acompanhando que, hoje, existe uma verdadeira guerra no mercado americano entre as Companhias de Televisão a Cabo, as Companhias Telefônicas, as Companhias Telefônicas locais ou de longa distância. Existem algumas cidades americanas em que a distribuição está sendo disputada pelas Companhias de Energia Elétrica e, até, pelas Companhias de Gás, já que atinge ao consumidor, tenta chegar ao consumidor e disputar o que será mais importante no futuro, que é o mercado de informação.

Uma das poucas certezas para o futuro é que haverá, cada vez mais, opções de alcançar ao consumidor. Praticamente, a tecnologia garante isso.

Uma pergunta difícil de responder é se haverá espaço para as grandes redes de televisão como, hoje, conhecemos. A minha tendência pessoal é que a médio prazo esse espaço tenderá a diminuir muito, porque as grandes redes de televisão irão disputar, com aquela inclinação à hipersegmentação da programação, o interesse do consumidor com uma quantidade de competidores que tenderá a um número muito grande e elas terão a sua audiência dividida com esses competidores. Além disso, com a chegada da interatividade, o consumidor irá tender escolher a sua programação e não submeter-se à vontade do programador da programação das grandes redes de televisão.

A última afirmação, também, é uma certeza para o futuro, que o conteúdo será sempre mais importante. A decisão será na ponta da produção e não na ponta da distribuição. Essa é uma mudança importante porque, por exemplo, o sistema de concessões de televisão parte do pressuposto que o sistema de distribuição é importante porque era raro, escasso. São as frequências de televisão, por exemplo, para chegar-se à casa do consumidor numa determinada cidade. Com a evolução dos meios de comunicação, esse número de possibilidades de chegar à casa do consumidor vai aumentar, cada vez mais. O que irá decidir o futuro de um negócio de comunicação está no lado da produção e não no da distribuição.

O que se poderá prever para o futuro quanto à programação de televisão? Primeiro, voltando a falar que a diversidade é a palavra-chave. Cada vez mais será importante, para quem faz produção de televi-

são, descobrir nichos para rentabilizar a programação que ele está produzindo; descobrir interesses de grupos e atender aos seus interesses.

Outro fenômeno interessante, na minha avaliação, é que a televisão completa um ciclo e se volta para a comunidade. A televisão que começou antes da existência do videotape, como um veículo extremamente local, voltado para a sua comunidade, porque não recebia produção vinda de outras localidades, passou a ser um veículo nacional com a chegada do videotape, mais ainda, com a evolução dos meios de comunicação. Aqui, no Brasil, com as redes montadas pela Embratel e, agora, passou com os satélites artificiais por uma fase de internacionalização, falando-se em tv mundial, com várias cadeias de televisão existentes hoje, cujo mercado é o mundo.

Com o aumento dos meios de distribuição ela já está passando para um ponto, justamente o inverso, com a chegada dos canais comunitários. Esses serão fenômenos importantes no Brasil, nos próximos anos. Já existem algumas experiências de canais comunitários em Porto Alegre, como a RBS. Há um canal em Belo Horizonte de um produtor independente, bastante interessante.

Tive a oportunidade de viajar pela Argentina, conhecendo os canais comunitários argentinos, é uma experiência que vale a pena ser conhecida, porque se descobre um outro meio de a televisão se relacionar com a comunidade. A televisão então abre a sua janela definitiva para uma janela mundial em que você descobre o que acabou de acontecer em Israel pela CNN e pode ficar ligado na CNN acompanhando toda a programação. Você pode ver a interpretação desse fato no Brasil por meio de uma rede nacional de televisão e, no futuro, poderá acompanhar o que está acontecendo na sua comunidade por meio de uma televisão que fala a sua língua, que interage, digamos assim, quase com um bairro.

O futuro mostra que a vez será dos produtores, dentro daquela linha de que o importante é o conteúdo. Quem faz produção de programação de rádio e televisão realmente terá uma posição chave nesse mercado no futuro. Essa tendência começa a ficar muito clara nos países onde a televisão por assinatura já está implantada. O número de negócios na área de produção aumenta em proporção geométrica.

Uma pergunta ainda não respondida é quem paga a conta de tantos investimentos. Essa conta hoje tem sido paga praticamente pelo mercado publicitário. Os anunciantes pagam a conta da programação de televisão e da programação de rádio.

Essa conta hoje começa a ser dividida com os assinantes, que pagam para ter televisão em casa. Quanto ao futuro, esse futuro de diversidade, o mercado publicitário se sente bastante preocupado por não conseguir atingir os consumidores como atinge hoje. Quem vai pagar essa conta no futuro ainda é uma dúvida bastante grande na cabeça dos empresários.

Eu queria acrescentar aqui uma preocupação legítima de quem trabalha com comunicações num país com as dificuldades do Brasil, que é o sistema de tele-educação. Eu tenho visto muitas discussões. O próprio Governo se preocupa muito com distribuição, e isso está claro no projeto. E distribuição de programação, de imagem, de estação, não é problema hoje no Brasil.

Eu trouxe alguns dados, os números de geradoras de televisão em operação hoje no Brasil.

A **Globo** tem noventa geradoras em operação, ligadas à **Rede Globo** de Televisão; o **SBT**, 46; a **Manchete**, 23; a **Bandeirantes**, 37; e outras em geral, 54. Já existem, hoje, no Brasil, 250 geradoras de televisão em operação.

Usando dados só da **Rede Globo**, pois não tenho acesso aos das outras empresas, a **Rede Globo** tem 104 repetidores próprios, 832 retransmissores próprios, 1.474 retransmissores de prefeituras, 266 de outros em geral, 502 por meio de satélite, num total de 3.178 pontos de retransmissão, o que é um número bastante expressivo. Imaginem se juntarmos a esses números os sistemas pertencentes às outras redes de televisão, inclusive o sistema de televisão educativa.

Televisões por assinaturas.

Aí estão os vários sistemas de televisão por assinatura em operação no Brasil. Já existem nove cidades cobertas pelo sistema NMDS. NMDS é o sistema usado pela TVA aqui em Brasília. Já existem 55 cidades servidas por televisão a cabo, duas operações via satélite se utilizando da Banda-C, isto é, com aquelas antenas de maiores dimensões. A partir do início do próximo ano, teremos mais duas operações via satélite através da Banda-KU, que permite as pequenas antenas.

O que quero mostrar com essa numerologia é que o Brasil é um país suficientemente servido de distribuição de televisão. Acredito eu que uma parceria bem servida com a iniciativa privada poderia colocar, nas escolas do Brasil, programas educativos disponíveis com um investimento muito baixo por parte do Governo. Simplesmente colocando em ação a rede de distribuição já existente. Não é preci-

so que as autoridades hoje se preocupem em montar novos sistemas de distribuição. O grande desafio é fazer a produção do produto educativo hoje no País. Esse é o grande desafio.

A proposta que deixo aqui é a de como desafiar o profissional brasileiro de televisão a participar desse processo. O Brasil faz uma das melhores televisões do mundo. O produto brasileiro é reconhecido internacionalmente. Quem viaja tem visto a produção de telenovelas brasileiras em praticamente todos os países do mundo, com exceção do mercado americano, que é um mercado muito especial. As telenovelas brasileiras são um sucesso imenso na Europa, na África, na América Latina e na Ásia, onde existe uma demanda pelo produto brasileiro.

Mas me preocupa o fato de que os profissionais de televisão no Brasil, as pessoas que fazem televisão no Brasil, não foram ainda suficientemente motivadas para usar esse talento que tem sido reconhecido no mundo inteiro, usar esse talento para o entretenimento para fazer televisão educativa.

A televisão educativa não é feita por esses profissionais de televisão que fazem a televisão, que fazem com que um final de uma novela como a de sexta-feira passada tenha dado 100 milhões de telespectadores.

Se temos capacidade de fazer um tipo de programação como esse, por que não usar esse talento, essa capacidade, para fazer televisão educativa, que atraia os jovens, que atraia quem tem necessidade de ser educado à distância, por intermédio desse mesmo profissional?

Penso que essa discussão não aconteceu. Esses profissionais não foram corretamente instigados, trazidos para fazer esse tipo de televisão no Brasil.

Portanto, encerro colocando que a preocupação do legislador com a programação de televisão é absolutamente legítima, mas tem que ser inserida num contexto que não é mais um contexto brasileiro. A televisão brasileira, que foi protegida, digamos assim, pelas barreiras geográficas, pelas dimensões do Brasil, nunca foi atingida por programação vinda de outros países - não é o caso da Europa, por exemplo, onde a programação de televisão sempre permeou, pelas pequenas dimensões dos países, programação em várias línguas. O Brasil é um País isolado pela língua, por se falar português aqui, e pelas barreiras geográficas. Hoje as barreiras geográficas não existem mais, porque a evolução das telecomunicações é muito grande, os satélites estão chegando e, pelas dimensões do nosso mercado, os grupos estrangeiros estão investindo muito no Brasil,

abrasileirando suas programações. Então, a televisão brasileira hoje só pode ser analisada num contexto internacional. Reduzir isso a uma análise brasileira será um erro, porque não corresponde à realidade de hoje e não corresponderá, certamente, à realidade de amanhã.

Agradeço muito a atenção dos senhores e fico à disposição das perguntas que por ventura venham a acontecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Antes de passar a palavra ao nosso Relator, Senador Pedro Simon, quero apenas dizer que, pela exposição do Dr. Antônio Athayde, verificamos a grande importância desta Comissão - requerida, aliás, pelo próprio Relator - que afinal de contas vai verificar como ajustar a programação daqui para o futuro em matéria de rádio e televisão.

Eu citaria dois exemplos dados pelo Dr. Antônio: o primeiro, a situação do **Big Brother**, de 1984, e George Orwell, em que o **Big Brother** mudou aquela noção de que ele era o Estado todo poderoso, que mudava as verdades nas bibliotecas, que ora estava em guerra com um - eram três continentes -, ora com outro, e apagava-se toda a memória do inimigo do passado para enaltecê-lo no presente. A proibição do amor - e aí um casal é apanhado e execrado, porque amou e, por isso, ele termina seus dias primeiro jogando xadrez e tomando um licor de péssima qualidade para finalizar com sua própria face dentro de uma gaiola cheia de ratos.

O **Big Brother** hoje, diz o Dr. Athayde, foi substituído: não mais o Estado todo poderoso, onisciente, onipresente e onipotente, mas agora nas mãos desse sistema todo de televisão na qual o próprio Governo está inserido.

Penso que tudo o que ele demonstrou, seja pelas **highways** do Presidente Clinton e do Vice-Presidente Al Gore, seja realmente por essa qualificação de ser uma nova invenção da roda, diante da concepção fortíssima às interações necessárias, hoje, entre televisão, telecomunicações e informática, enfim, todo o passeio que ele fez, por assim dizer, na brilhante exposição, deu-nos uma noção do quão é importante.

E eu, que passei pelo Ministério da Educação e das Comunicações, tive oportunidade, na questão de tele-educação à distância, de deixar a minha profunda impressão. Houve inclusive no Ministério das Comunicações um convênio feito, na presença do então Presidente Itamar Franco, com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas, o Ministro da

Cultura, o Ministro da Educação, sob a coordenação do Ministério das Comunicações, para a interação exatamente desse sistema de educação.

Quero, então, dizer que o Dr. Antônio Athayde deixa a melhor impressão e o melhor depoimento. Eram essas as únicas palavras que eu gostaria de dizer.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Pedro Simon.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) - Queria manifestar a minha imensa satisfação com a sua presença aqui. Não há dúvida nenhuma de que ela era necessária para o objetivo que nós estamos trazendo nesta Comissão.

É uma Comissão para uma tentativa de longo prazo, onde, dentro do contexto que V. S^a mostrou, o que realmente ainda é mais importante do que nós imaginávamos, qual é a nossa atividade como parlamentares, como Congresso Nacional, visto que são um turbilhão de coisas novas que aparecem. Como é que nós vamos estar presentes?

Creio que em toda essa exposição que V. S^a fez - e que concordo com o nosso Presidente, quando diz que é como a invenção da roda -, nessa análise a respeito da fantástica presença e revolução que isso significa, a nossa preocupação é como colocar isso a serviço da sociedade brasileira, a serviço do nosso povo, a serviço da nossa gente.

Dentro desse contexto que V. S^a falou, é fácil de imaginar e repetir o que isso vai significar no conjunto da nossa sociedade. V. S^a diz que isso deve ser estudado dentro de um contexto internacional. Eu concordo. Não adianta estarmos imaginando nos fechar para estudar um modelo. Mas, dentro desse contexto internacional, temos que pensar no contexto da nossa sociedade, do nosso povo, da nossa gente, dos nossos filhos; e como tudo isso que vai acontecer, como vai influenciar na formação da sociedade logo ali adiante.

E essa questão é que nos levou a criar esta Comissão e nos levou a esse conjunto de reuniões, porque, a rigor, nós todos estamos pensando alto. Não sabemos qual é a nossa destinação, o que vai acontecer, mas, na verdade, tentamos fazer. Estamos começando com essas palestras iniciais e pretendemos publicá-las, inclusive, para, no ano que vem, fazermos uma espécie de conjunto de pensar em voz alta. Chamaríamos V. Ex^a e outras pessoas para, no conjunto, dizermos aonde vamos e o que podemos fazer.

A preocupação nossa é, basicamente, a nossa sociedade, a nossa gente. Dizíamos que, hoje, dian-

te da demonstração que V. Ex^a fez, a presença da televisão, da multimídia, da comunicação em geral, é tão fantasticamente superior que de um lado é essa avalanche a que V. Ex^a se refere, do outro lado é uma discussão se no próximo século continuará a existir família ou não, se haverá casamento ou não. Como será a formação das novas gerações? Parece-me tão claro que a influência daqueles meios tradicionais que, durante a vida inteira existiram, mudaram em transformações profundas nesses milhares de anos. Mas, de modo geral, a formação do cidadão foi a mesma: religião, igreja, família, escola, que influenciaram. Desde o tempo dos indígenas, da Idade Média, há milhões de anos até hoje, a formação do conceito da personalidade tinha essas questões quanto a como se pensar espiritualmente, o bloco familiar a que ele estava reunido, a educação, onde ele aprendia, se grego, romana ou turca. Mas agora, de repente, essas questões todas vão ser modificadas. Não adianta pegar um filho e colocá-lo num colégio da Suíça; não adianta ter um príncipe inglês sem os mentores e os seus professores particulares que o orientarão da melhor maneira.

O que iremos fazer? V. Ex^a, por exemplo, nos fala da Televisão Educativa, da mesma forma que o Ministro Paulo Renato. Creio que isso será uma revolução. É outra questão. Não digo que terminaremos com os professores, que sempre existirão. Mas, daqui a algum tempo, teremos - de certa forma - as melhores aulas, pelo menos em cada país, pela TV Educativa, que chegará a cada escola, por mais perdida que esteja no interior da Amazonas, ou seja, onde for. Claro que haverá a figura do coordenador, a figura da professora que orientará. A aula em si não importará muito, haja vista os professores no Piauí não terem sequer o curso primário, mas tentam alfabetizar as outras pessoas.

Lembro-me de Alberto Pasqualini, candidato a governador em 1946, no Rio Grande do Sul, que foi considerado comunista e quase queriam matá-lo, porque ele dizia que todo trabalhador, por mais humilde que seja, teria direito a uma máquina de costura, a um rádio, a uma casa para viver com humildade. Isso não aconteceu. No Rio Grande do Sul o espírito feudal era tão grande que um colega meu de aula, na cidade de São Borja, filho de um grande proprietário contou-me que seu pai esteve doente e passou os negócios para ele. Ficou dois anos viajando pela Europa. Quando ele voltou, o que fez seu filho? Fez banheiros modernos, bem feitos, e outras coisas. O velho enlouqueceu quando chegou. Mandou derrubar o banheiro, porque os peões estavam

acostumados a fazer o serviço no campo. Hoje, não. Sabemos que há milhões de brasileiros que passam fome, que não têm casa, que não têm como viver. Não é que eles não queiram ou não saibam, mas é um erro do conjunto da nossa sociedade. Estamos caminhando para lá.

Na sociedade, no futuro que imagino, essas coisas vão ser fantasticamente abertas, no sentido de que não será fechado, pois não será exclusivo aos nossos filhos. Daqui há 20 anos eu me fecharia no meu quarto, meu filho teria o seu computador e receberia o mundo em sua casa. Ele poderá ter isso, mas chegará de maneira diferente. Como diz V. S^a, a cada dia que passa são menos pessoas abrangendo por um canal novo. Porque, além de cada dia que passa menos pessoas trabalham num canal novo, cada dia que passa me parece que vai haver canais distinguidos a uma maior número de pessoas.

Não consigo entender, perdoem-me V. S^a. Quer dizer, o nosso povo não tem informação, não temos História, não temos biografia. O Dr. Tancredo parecia Deus, hoje ninguém se lembra mais dele. Quando vamos aos Estados Unidos, vemos a reação de todas aquelas crianças da América que, quando vêem o monumento a Lincoln, a Washington, demonstram que há uma alma nacional, sentimos que elas vibram com aquilo, vê-se que elas foram formadas naquilo, aquilo foi impregnado. Quer dizer, o brasileiro não vibra com coisa nenhuma. Até pelo contrário, quando é para contar algo, são anedotas de Pedro I, piadas de D. Pedro II, coisas do Dr. Getúlio Vargas. Quer dizer, não existe isso. Então, dentro deste contexto, temos condições de usar os meios de comunicação.

Na minha opinião, muito antes de hoje, há dez anos, poderíamos - perdoem-me dizer-lhe isto, que o senhor é da NET, da **Rede Globo** - que o Brasil poderia ter usado as televisões educativas de São Paulo, do Rio para fazer um canal nacional e não comercial, mas no sentido de orientar, em vez de ter as televisões educativas transmitindo futebol, fazendo programas que tentam concorrer com os comerciais. São fórmulas através das quais podemos usar todo isso na formação da personalidade da juventude que vem e na formação da cidadania brasileira, na sociedade conjunta brasileira.

Dei um exemplo, creio que já disse umas 10 vezes aqui e repito: para mim o que há de mais bonito na televisão hoje é o programzinho - sou até cliente do Banco Bamerindus - **Gente que faz**. São três ou quatro minutos que mostram o que pode ser feito. Porque temos milhões de pessoas que fazem

alguma coisa. E vendo televisão, vejo gente que faz um monte de porcaria, de desgraça. Sou bombardeado por todo o dia, meu filho, minha gente, só é bombardeado por gente que não faz ou faz o que não deve fazer, ou desfaz. E há milhões de coisas que acontecem e que poderiam servir nesse sentido.

Dentro disso que V. Ex^a diz da fantástica oportunidade, não dá nem para imaginar o que vai acontecer, mas, dentro disso, há um contexto. Não que imagine uma rede no sentido de lavagem cerebral: o nosso povo será desse jeito. Pelo amor de Deus! Não me passa isso na cabeça, mas que haja oportunidade no sentido das gerações que estão por vir.

Então, eu, pelo menos, reparem V. Ex^{as} que estou falando sem saber o que estou dizendo, colocando para fora o que sinto no coração. Mas, se V. Ex^a me perguntar objetivamente o que quero, eu direi que não sei. Quero ver o meu povo, o meu País lá adiante, os meus filhos, os seus filhos, os nossos filhos com uma maneira de preparar um caminho melhor para eles. Que nós tentemos fazer o nosso, que não tenhamos que copiar de outros. Assim como disse que vai ser internacionalizado. Tudo bem! Mas que nós tenhamos a chance de oferecer a nossa oportunidade nessa internacionalização. O Brasil, que é um País de paz, amor, temos uma história tão fantástica de integração, sem problema nem de conquistas, um povo maravilhoso, temos condições mais do que copiar, de receber dos Estados Unidos ou outros povos, em termos de armar, preparar uma sociedade do futuro, estamos melhor do que muita gente. As nossas histórias, a nossa maneira de ser, com todas as nossas deficiências somos um povo muito mais aberto, muito mais sadio, para se preparar para moldar o que será a resposta da sociedade a essa invasão que vai ocorrer no próximo século.

Esse é o conjunto, e é para isso que o que V. S^a traz é extraordinariamente importante, porque V. S^a nos trouxe para mostrar mais ainda para imaginarmos que temos que está preparado porque, na verdade, é uma avalanche que vem e o que temos para responder isso.

É dentro deste contexto que fico feliz com a presença de V. S^a. Nós todos somos admiradores extraordinários do seu pai, achamos que o seu pai e mais duas ou três pessoas, neste século, foram pessoas que se constituíram em um paradigma para este País. Hoje está lá o Presidente da OAB, o Presidente da ABL. Tínhamos em Austregésilo de Athayde, no seu carinho, na sua garra de viver, um dos exemplos mais magníficos de dignidade, de caráter, de orientação no sentido de viver.

Tenho muito respeito pelo senhor, conheci seu trabalho, sua competência. V. S^a já colaborou nesta conferência, mas no decorrer do próximo ano poderá colaborar muito, no sentido de estar presente e nos orientar dentro do contexto daquilo que estamos buscando.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Agradeço muitíssimo as palavras de V. Ex^a, especialmente ao meu pai. Dentro do que V. Ex^a falou, meu pai foi gente que fez neste País. Trabalhou 90 anos, até 15 dias antes de morrer. Ele é um exemplo para a família que procuramos seguir, embora a uma distância de anos-luz do que ele realizou pelo País. Muito obrigado.

Gostaria de me colocar à disposição desta Comissão para colaborar no que for possível. Tenho certeza que realmente esse trabalho é absolutamente necessário.

Essa invasão, essa avalanche que vem aí precisa ter uma contrapartida gerada dentro País. É absolutamente necessário que os grupos de comunicação do País sejam capazes de enfrentar de igual para igual essa avalanche que chega inevitavelmente. Essa avalanche é basicamente inevitável. Não há legislação, não há barreira de proteção que possa sequer diminuí-la. A única barreira possível é a criação, dentro do País, de uma infra-estrutura de produção de programas de televisão, sejam eles educativos ou não, que possam competir em igualdade de condições com a produção estrangeira que chega no Brasil e que vai chegar cada vez mais.

O SR. RELATOR (Pedro Simon) - Dizem que a televisão brasileira evoluiu, sabemos, extraordinariamente em termos tecnológicos. Com relação ao conteúdo, nesse tempo todo, qual seria a evolução? Qual seria o estágio em que nos encontramos hoje?

Já se discute internamente, dentro desse contexto, na televisão particular, por exemplo, no sistema **Globo**, uma programação de televisão, principalmente em termos de televisão aberta, para o futuro? Qual o futuro das televisões abertas com a proliferação de televisão por assinatura? Como vai haver essa convivência da televisão aberta e, cada vez mais geral, a televisão por assinatura?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Com a palavra o expositor.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - A televisão brasileira evoluiu muito tecnicamente, continua evoluindo. O próprio grupo **Globo** está colocando em funcionamento um centro de produção em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, capaz de tecnicamente competir com os melhores centros de produção do mundo. Essa evolução técnica é muito clara.

A evolução de conteúdo é difícil julgar porque o conteúdo em programação de televisão é algo extremamente subjetivo e eu talvez não seja a pessoa adequada para falar. Como telespectador eu posso falar e eu não gosto do que faz a televisão brasileira, mas aí é uma posição extremamente pessoal.

Não se mede o resultado de uma programação de televisão por opiniões individuais. A televisão, principalmente a aberta, trabalha com grande números. Ela trabalha com grupos populacionais imensos e sob esse ponto de vista ela é um sucesso, é uma programação de altíssima qualidade.

Tenho visto muitas discussões entre os profissionais de televisão falando sobre o fenômeno que ocorre nos Estados Unidos e no Brasil também de a produção ser cada vez mais medíocre. Acho que essa posição é preconceituosa. Eles estão dizendo que na medida em que a televisão por assinatura faz uma produção mais elitista, que a televisão aberta, que precisa falar com as grandes massas, faz uma produção mais medíocre. O que significaria que se está chamando as grandes massas de medíocre. Entendo que a televisão faz o que o telespectador quer ver. É assim que a televisão trabalha.

As redes de televisão são, no mundo inteiro, as maiores compradoras de pesquisa e investem na formação de profissionais com sensibilidade para analisar as pesquisas, para fazer o que o telespectador quer.

Quando eu trabalhava na **Globo**, enfrentava muito platéias que me perguntavam se eu não sabia da influência que a **Rede Globo** tem na população brasileira. Eu respondia com outra a pergunta se eles sabiam qual a influência da população brasileira na **Rede Globo**. A televisão é uma via de duas mãos tremenda. O telespectador, quando não gosta da programação, muda de canal. Não é como o Senador que, de 8 em 8 anos, é submetido ao crivo da população, não é assim. A televisão é submetida instantaneamente ao crivo da população. Ela vive de agradar a população a cada segundo praticamente.

Dessa maneira, não gosto de questionar a qualidade da programação da televisão brasileira. Ela precisa, de alguma maneira, estar mais ligada ao problema da educação da população brasileira. Algo ligeiramente diferente. Como se faz isso, não sei, não sou um profissional de produção de televisão nem de programação de televisão, mas eu gostaria de ver o profissional de televisão brasileiro mais ligado ao problema educacional do povo, porque competência para isso existe. A televisão não foi posta à disposição dessa tarefa, aliás, imensa, que é de educar o povo brasileiro.

Não houve a oportunidade dos talentos, e temos aqui no Brasil um dos maiores talentos do mundo em programação de televisão, que é o José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, que poderia trabalhar na **ABC**, ou na **CBS**, ou na **BBC**, com a maior tranquilidade, mas o seu talento não foi trazido para a tele-educação, não aconteceu esse fenômeno. Isso eu gostaria de ver acontecer como cidadão.

Quanto ao futuro das redes abertas, é bastante curioso, porque a distinção entre rede aberta e rede fechada é algo que tende a acabar. Um jovem que esteja hoje numa cidade qualquer americana e que nasceu recebendo a programação de televisão em sua casa por meio de cabo, não sabe a diferença entre **ABC**, ou a **CBS**, ou a **NBC**, ou a **CNN**, ou **Cartoon** ou **TNT**, ele não sabe essa diferença. Para esse jovem, é uma programação que chega em casa dele desde que nasceu.

Desse modo, esse conceito de televisão aberta ou televisão fechada tende a desaparecer, porque vai ser tudo a mesma coisa. A sua televisão recebe, por via satélite, pelo cabo ou pelo ar, um conjunto enorme de canais. Para o consumidor, não é importante se a televisão é aberta ou fechada. Ele está pagando para receber aquele conjunto de canais e ele faz uma belíssima mistura entre o que ele está recebendo. Mesmo no Brasil começa a acontecer isso. Vê-se a imprensa e o telespectador se referir ao canal **CCN** da **NET** ou ao canal **CNN** da **Abril**, dependendo se ele recebe pela **NET** ou pela **TVA**, mas o canal **CNN** não é da **NET** ou da **TVA**, é do Ted Turner. O consumidor tende a confundir o meio de comunicação ao meio pelo qual a programação chegou na casa dele com quem está fazendo a programação. Para o futuro, vejo as televisões abertas perdendo audiência. Não há a menor dúvida disso, perdendo audiência para o conjunto de opções. É como se tivessem duas marcas de sabão em pó numa região e, de repente, vem mais dez marcas de sabão em pó. Inevitavelmente, por mais que haja o predomínio dessas duas ou três marcas, há uma divisão. Haverá donas de casa comprando as outras marcas de sabão em pó. Isso é inevitável.

As redes abertas terão que, de alguma maneira, se adaptarem a uma nova realidade como acontece nos Estados Unidos, onde as redes abertas, que tinham 90% de audiência, hoje, têm 30 a 40% de audiência. Elas perderam muito. Houve o que eles chamam de erosão da audiência para a quantidade de opções, não houve a perda de audiência para..

O SR. RELATOR (Pedro Simon) - (Inaudível.)

O SR. ANTONIO ATHAYDE - O conjunto das outras. Isso é um fenômeno importante, nenhuma rede fechada dá mais do que 3, 2, 1%. Quando a **CNN** tem um evento como a guerra do Golfo, ela tem 4% de audiência, o que é um número fantástico para uma rede fechada. Agora, a **CNN** tem 160 milhões de assinantes no mundo. Então é uma rede que trabalha com outro conceito de remuneração pelos seus serviços, ela recebe parte do assinante e parte do mercado publicitário.

De qualquer modo, essa erosão de audiência acontecerá, contudo os profissionais de televisão trabalham com uma grande massa de telespectadores que são passivos em relação à televisão. Eles não gostam de solicitar a televisão, o telespectador gosta de ser dominado pela televisão. A televisão para ele é lazer. Ele a liga independente do que está chegando.

Existe um outro tipo de consumidor, que é o contrário; ele quer interagir com a televisão, ele quer escolher a programação dele. Dessa forma, a audiência deve se dividir nessa grande massa de telespectadores mais passivos e os telespectadores ativos. Estes dominarão a televisão, vendo o que querem e não o que o dono da televisão quer que eles vejam.

Esses fenômenos em conjunto levam a uma perda de participação de audiência das televisões abertas e um ganho da televisão segmentada no seu conjunto, porque elas trabalham num universo muito fechado, muito menores do que a televisão aberta. Quem fica muito complicado nesse cenário é o mercado publicitário, é o anunciante, que terá muita dificuldade de atingir o mercado dele, porque deixa de ter a opção de, usando uma ou duas redes de televisão de massa, atingir todo o público dele, passando a ser obrigado a usar um conjunto de canais para poder atingir um público que antes ele atingia com poucos comerciais.

O que está acontecendo é que as agências estão trabalhando no conhecimento cada vez mais profundo da característica desses públicos que os canais atingem, para poder, cada vez mais, fechar a mira. Eles, com uma espingarda de chumbo com mira, atingiam um universo muito grande, porém com grande desperdício de dinheiro. A cada vez eles tendem a fechar mais a comunicação. Por que as grandes redes de televisão ainda continuam com a participação no negócio da comunicação? Infelizmente, a propaganda não trabalha só com o seu público alvo, mas também com o contrário, por exem-

plo, a propaganda de automóvel. Por que carro importado anuncia da **TV Globo**? Teoricamente é um desperdício imenso, porque esse público de carro importado é o público, digamos assim, assinante da Revista **Veja** ou assinante da **TVA** ou da **GLOBO-SAT**, porque o carro importado precisa ir para o imaginário da população como um todo. O sujeito que compra um carro importado quer que aquele que não pode comprar esse tipo de automóvel reconheça o **status** dele. Assim, o vizinho que não pode comprar o automóvel tem que ser atingido também. Esse fenômeno terrível da natureza humana é usado pela propaganda. Atinge-se a massa total da população para gerar no vizinho a inveja.

Há futuro para as redes abertas, um futuro ainda durante muitos e muitos anos, mas elas se transformarão também marcas de programação, em que o consumidor chega e fala com a sua televisão e ordena que quer ver o **Jornal Nacional** ou um noticiário. A **Globo** ou a **Manchete** ou uma rede aberta como **ABC** ou a **CBS** têm que ter um **lable** de credibilidade. Ele dirá que quer ver o **Jornal Nacional** da **Globo** ou o jornal da **Manchete**. Será a marca importante, porque o telespectador vai ver o **Jornal Nacional** na hora que ele quiser quando ele chegar em casa.

Assim, essas grandes empresas especializar-se-ão em produtores, em marcas fortíssimas o mais forte possíveis. Para o sujeito que compra um universo de microcomputadores, ele quer o computador **IBM**, embora o computador do lado talvez seja melhor e mais barato. Será a luta pela cabeça do consumidor levada para a programação de televisão também.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Com a palavra o Vice-Presidente da Comissão Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Dr. Athayde, em primeiro lugar, cumprimento o senhor pela palestra, e isso torna muito difícil a tarefa das perguntas exatamente pela qualidade da mesma. Pelo excesso de clareza e pela excelência dos pontos abordados, se fôssemos desenvolver cada um deles, daria uma extensão muito grande.

Seduzido por uma porção de itens da palestra, mas, para não tomar o seu tempo e o da Comissão, focalizarei dois deles para o nosso conhecimento. O senhor deixou claro que não importa o meio, conforme a sua palestra **Questão para o Futuro**, como se chega ao consumidor, se por cabo, satélite, etc.; importa chegar. Isso é verdadeiro, mas, para a Comissão compreender um pouco melhor, como se está

dando essa pugna, essa batalha, no momento, entre a TV a cabo e a TV por satélite. Parece ser uma batalha muito interessante. Ela é penosa para os empresários, porque fazem investimentos muito altos, e uma tecnologia nova imediatamente dá ao concorrente a possibilidade de entrar no mercado com vigor.

Mas, para nós, Parlamentares, analisarmos essa questão, gostaria que V. S^a pudesse estender um pouco alguma explanação sobre isso, porque, a partir de um determinado momento, parecia que a TV por satélite dominaria esse mercado, denominado muito bem por V. S^a, no título da palestra, de "A Era da Diversidade". Parecia que o satélite ia ser o condutor. Pela dificuldade do tamanho da antena, etc, o cabo traz uma possibilidade de imagem qualificada, um grande número de canais, a segmentação, uma oferta diversificada e variada. Aí, a televisão por satélite, de uma certa forma, reage, e já hoje existe a possibilidade de, com uma pequena antena, que se coloca em casa e que não custa mais do que US\$10 - ao que parece - já se ter um acesso ao satélite de possibilidades ilimitadas. Então, é como se fosse assim uma vitória da TV por satélite sobre o cabo.

V. S^a também mencionou de passagem a fibra ótica que, por sua vez, permite uma passagem de bit numa proporção inimaginável, que se junta, como também foi colocado na palestra, na mais completa das junções possíveis no meio da comunicação: junta a televisão, o computador e as telecomunicações em geral - até telefonia pode entrar nessa junção.

Então, sobre esse universo, sobre essa pugna, sobre essa disparada que há entre cabo e satélite, gostaria que fosse possível que V. S^a explanasse um pouco mais para nós, pois vamos ter que legislar sobre essa matéria, mais cedo ou mais tarde, internamente. O Ministério das Comunicações está para nos enviar um material muito grande sobre essa matéria, uma nova lei de telecomunicações, e seria importante saber.

O segundo ponto tem a ver com a parte final da sua palestra, que é aquela ligada à questão do Desafio Brasileiro da Educação a Distância - foi o seu título. V. S^a mostra que já há uma rede muito grande de distribuição. Só a **Rede Globo** tem 3.178 pontos de distribuição. As TVs por assinatura hoje estão em 9 cidades pelo Sistema MMDS, que é satélite, que é o da **Abril**...

O SR. ANTONIO ATHAYDE -...pelo ar. Não é satélite.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA - É pelo ar, a **TVA**, 55 via cabo, 2 operações via satélite - imagino que nessas duas operações caibam uma infinidade de canais -, e 2 vão entrar na **Banda K1** em 1996. Portanto, distribuição não é o problema. V. S^a sugere, então, uma parceria maior com a iniciativa privada e um desafio também ao profissional de televisão no sentido de que ele se ajuste às necessidades da educação. Os conceitos estão muito claros, mas, se tem havido dificuldade de o Estado entrar em contato com a iniciativa privada; se tem havido, por parte da iniciativa privada, alguma resistência a fazer essas parcerias, ou seja, gostaria que V. S^a pudesse nos traçar um panorama que nos orientasse em relação aos passos dessa matéria, agradecendo e, uma vez mais, parabenizando-o pela qualidade da informação que nos trouxe.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Muito obrigado pelas suas palavras, Senador.

A primeira pergunta é realmente bastante interessante e foi a minha primeira preocupação quando, há 3 anos atrás, comecei a trabalhar com a televisão por assinatura. Encomendei a uma consultoria internacional, que foi a **Booz Allen**, que é uma empresa conhecida no mundo inteiro, um estudo sobre o que aconteceu em cada país. Resisti à tentação de reinventar a roda e simplesmente olhar o que aconteceu nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Argentina, no México - para não ficar apenas no Primeiro Mundo. Há um fenômeno absolutamente fascinante nesse negócio: não há a história de um país igual à de outro. Existem países onde o cabo é a tecnologia dominante, como é o caso dos Estados Unidos, onde a televisão a cabo começou antes da televisão por assinatura. O cabo, nos Estados Unidos, começou como uma grande antena coletiva e depois virou um meio de distribuição de televisão paga. Na Inglaterra, onde o satélite é a tecnologia dominante, e aí o fator decisivo foi a atuação de um empresário, do Ruppert Murdoch, que salu na frente, investiu no satélite, comprou programação. O Ruppert Murdoch esteve aqui no Brasil e é associado do **Grupo Globo** na operação satélite na América Latina. Ele começou antes. Na França, o problema de legislação foi fundamental; na Alemanha, os meios de distribuição eram todos estatais e agora estão sendo privatizados. O mercado, entretanto, que está servindo de teste para isso é essa grande guerra, disputa, entre cabo e satélite nos Estados Unidos. É um fenômeno muito in-

interessante porque 90% das casas americanas têm um cabo passando na sua frente. Desses 90%, 70% são assinantes. Então, a penetração, que é a palavra técnica para se definir esse fenômeno, nos Estados Unidos, é altíssima.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA - É só fazer a assinatura que entra.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Desses, 70% são assinantes.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA - É como se fosse um fio telefônico.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Exato. 63% das casas americanas estão cabeadas.

Ainda assim, houve duas iniciativas de distribuição via satélite: uma iniciativa da **Hughes**, que é um fabricante de **hardware**, fabricante de satélites, numa operação chamada **Direct View**. A **Hughes** é sócia da **Abril** aqui no Brasil, no projeto deles, para mostrar como isso é um fenômeno universal; a outra é uma reação, uma empresa chamada **Prime Star**, que é uma reação dos operadores de cabo, que montaram uma empresa de satélite para concorrer, teoricamente, com eles mesmos, naquela linha da insegurança de todo mundo estar em todos os negócios.

Então, o que aconteceu? Primeiro, o satélite foi um sucesso nos 10% das casas americanas que não têm cabo e não vão ter nunca, porque o cabo exige concentração populacional. Nas fazendas, nas pequenas comunidades rurais, não é economicamente viável a televisão a cabo. Então, ele foi um sucesso imediato. Foi um sucesso imediato nas comunidades mal atendidas pelos fornecedores de cabo, na qualidade do serviço, o que, para os padrões americanos, são operações com menos de 30 canais. Os operadores de cabo com menos de 30 canais foram imediatamente desafiados pela operação via satélite.

E a prestação de serviço inadequada? A operação da **Hughes** tem 1 milhão de assinantes, e a operação da **Prime Star** tem 600 mil assinantes. São 1 milhão e 600 mil assinantes em 15 meses de funcionamento, quando o cabo são cerca de - se não me engano - 65 milhões de assinantes.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA - Em 25 anos mais ou menos.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Mais, Senador. A atividade começou no final da década de 40. É impressionante. Ela começou e cresceu muito a partir dos satélites de comunicação na década de 70.

Bom, qual é o fator que está mantendo o assinante ligado no cabo? Esse conceito é muito importante: é a programação local. Os satélites não têm

programação local. Não se viabiliza no satélite, e aí vou usar o caso da programação da **RBS**, que V. Ex^a conhece bem. A **RBS** está investindo em programação local. Um dos diferenciais importantes para o cabo é a programação local. O assinante não se satisfaz com a programação internacional e com a programação nacional. Ele passa a ter uma relação muito especial com a comunidade local.

Qual é o vencedor nessa guerra? Não sabemos, porque é possível que as novas gerações de satélite permitam que se coloque nos satélites também a programação local. Qual é a reação do cabo, através da fibra ótica, como V. Ex^a colocou muito bem? É colocar à disposição cada vez mais números de canais e entregar outros serviços. Por exemplo, a maior rede americana de cabo é uma empresa com sede em Denver, chamada **TCI**. Essa empresa está investindo muito na ligação dos cabos dela na **Internet**. Então, ela vai fornecer **Internet** com uma velocidade de acesso - o que hoje é uma das dificuldades da **Internet**, a velocidade de comunicação - via cabo, multiplicando por centenas e milhares de vezes a capacidade de os lares americanos acessarem a **Internet**.

Aí, ela vai ter um diferencial em relação ao satélite, porque o satélite não é interativo pelo próprio satélite. A interatividade do satélite se dá pela linha telefônica. Então, o cabo tem um diferencial, que vai oferecer vídeo-conferência, **Internet**, telefonia, quando a legislação dos países permitir. Na Inglaterra - fui visitar operações de cabo -, as leis permitem que as empresas de cabo façam telefonia. Então, há a telefonia via cabo, e o sujeito vende televisão e telefone ao mesmo tempo, o que é, sob o ponto de vista mercadológico, uma vantagem muito grande. Então, o cabo funciona como uma linha telefônica. Liga-se na televisão e pode-se ligar um telefone nessa mesma rede. O assinante faz uma assinatura que, além da televisão, dá direito ao uso do telefone, pagando mais por isso. Essa disputa faz com que, até hoje, o cabo tenha recursos maiores do que a operação via satélite; ninguém pode garantir que, daqui a alguns anos, a operação via satélite possa competir também nesses outros serviços. Isso ainda é uma incógnita. É isso, Senador?

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA - Exatamente isso. V. S^a falou sobre esses satélites que vão lançar uma infinidade de canais no mundo, inclusive no Brasil. Quem irá abastecer de material essa rede?

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Esse é o problema que haverá no futuro: a grande quantidade de meios de distribuição e o correspondente desafio,

que é a disponibilidade desses canais por 24 horas por dia.

Conheço o projeto da Abril pelo que li nos jornais. Eles falam que, a partir do segundo semestre do próximo ano, haverá em torno de 150 canais aqui no Brasil. O projeto da NET, que conheço bem, começa com 35 canais; os demais canais serão usados por meio do que se chama de **pay to view** ou "pagar para ver", em que aqueles filmes são rodados em diversos horários. O assinante telefona e diz que quer ver determinado filme em certo horário, e o filme escolhido entra na sua televisão naquele horário determinado.

Quem vai preencher tudo isso? O nosso desafio será o de viabilizar a programação brasileira nesses canais. Estamos reservando canais para as televisões brasileiras, e a Globosat está investindo em novos canais brasileiros. Já existem canais reservados para a Educação, para oferecer ao Ministério da Educação mais uma possibilidade de chegar às escolas. Estamos tentando fazer parceria com os grupos estrangeiros, para, de alguma maneira, fazermos programação no Brasil, usando aquela via de volta que o nosso contrato permite, que é a de colocar programação brasileira nos canais estrangeiros, procurando atingir pelos menos a América Latina com programação feita aqui no Brasil.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA - Mas não em português, não é?

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Em português e em espanhol. Os canais mais conhecidos hoje, vindos do Exterior, são o **FOX**, o **TNT**, o **Cartum** e o **Discovery Channel**.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA - E também o Esporte TV.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Estou falando dos canais estrangeiros. Esses canais americanos, especialmente a **FOX**, estão investindo milhões de dólares em programação brasileira.

Nesse aspecto, a legislação brasileira é fantásticamente curiosa, porque nela há uma preocupação com a distribuição. Existem a portaria do MDS - não é isso, Deputada Irma Passoni? - e a Lei do Cabo, mas, sob o ponto de vista de programação, não há legislação alguma. Qualquer grupo de qualquer nacionalidade pode estabelecer-se no Brasil, fazer assinatura de todo um canal em coreano, em idishi ou em japonês e terá garantida a sua distribuição, se fizer um acordo comercial com qualquer distribuidor.

O País se abriu, de maneira, para mim, surpreendente, inteiramente para a programação estrangeira. Penso que isso é positivo, porque a televi-

são brasileira tem que reagir. O concorrente da **Globo** deixa de ser o **SBT**, a **Manchete** ou a **Bandeirantes** e passa a ser a **FOX**. Esse é um fenômeno importantíssimo. Os executivos da **Rede Globo** que conheço estão preocupados com isso, porque uma coisa é concorrer com o Sílvia Santos e outra coisa é concorrer com os estúdios de Hollywood. Isso vai fazer com que a televisão brasileira melhore; não há saída: ou melhora ou perde participação para os grupos estrangeiros. No futuro, esse será o maior desafio da televisão brasileira.

A tendência é dizer: "Mas quando isso vai acontecer?" Penso que o processo é sempre mais rápido do que prevemos. Outros dizem: "Isso não chegará às camadas mais baixas da população", o que é um engano.

Fui à Argentina para conhecer os canais comunitários. A Argentina conhecida pelos brasileiros se restringe a Buenos Aires e Bariloche; a maioria dos brasileiros, inclusive eu, conhece essas duas cidades. Fui conhecer a periferia de Buenos Aires. A primeira constatação é a de que a periferia de Buenos Aires não fica a dever à periferia do Rio de Janeiro ou à de São Paulo; é tão pobre quanto essas duas periferias.

O SR. PEDRO SIMON - (Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Visitei guetos terríveis.

O SR. PEDRO SIMON - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Estive lá no final do ano passado. Mas vi favelas na periferia de Buenos Aires, em que o esgoto ficava a céu aberto. A única diferença da favela brasileira é que lá havia televisão a cabo. Aí eu perguntei...

O SR. PEDRO SIMON - (Fala fora do microfone)

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Ah sim! Não estou comparando com Salvador, mas com as periferias do Rio de Janeiro e São Paulo.

Mas o fato é que perguntei a um operador de televisão a cabo: "Como o senhor cobra na favela? Como eles pagam?". Ele me respondeu que fazia acordo com o líder comunitário, que paga por toda a favela ou por toda a região onde exerce a sua liderança. Esse é um fenômeno absolutamente interessante. O Líder comunitário é que cobra da comunidade.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA - Depois, elege-se vereador.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Mas o fato é que, na periferia de Buenos Aires, o pobre tem aces-

so à televisão a cabo. Essa é uma preocupação, mas, sem dúvida alguma, é também uma oportunidade de se educar. Esse é um mercado comunitário. Há dezenas de pequenos produtores de televisão que colocam no ar problemas comunitários, o jogo de futebol da escola, as discussões sobre a instalação ou não de um posto de gasolina na esquina, ou seja, problemas típicos de pequenas comunidades. Isso é feito em estúdios com poucos recursos, em que um profissional brasileiro de televisão sequer entra.

O SR. PEDRO SIMON - É como a TVCOM.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Não. A TVCOM é muito sofisticada para esses padrões. Trata-se de iniciativas da própria comunidade. No Brasil, há algumas comunidades se movendo nesse sentido, porque a Lei do Cabo obriga o operador a ceder um canal de seu cabo para uso comunitário.

O SR. PEDRO SIMON - A legislação o obriga a isso?

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Obrigada.

O SR. PEDRO SIMON - (Inaudível.)

O SR. ANTONIO ATHAYDE - A comunidade decide. Esse tem sido o problema. Temos tido algumas discussões com a Deputada Irma Passoni em São Paulo. A lei diz que o operador do cabo tem que deixar um canal disponível e a comunidade decide quem vai usá-lo.

O SR. PEDRO SIMON - (Inaudível)

O SR. ANTONIO ATHAYDE - A sociedade civil.

O SR. PEDRO SIMON - (Inaudível)

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Da cidade, da área de cobertura da operadora, digamos assim. Se a operadora cobre um bairro, é de um bairro; se a operadora cobre a cidade, é da cidade. Esse fenômeno é interessantíssimo, porque, de repente, a comunidade ganha espaço num meio de comunicação que, até hoje, esteve inteiramente fora do acesso da comunidade, que é a televisão. Pode-se ver como isso funciona na Argentina. É claro que esse canal não vai em busca de audiência. Ele vai em busca...

O SR. PEDRO SIMON - (Inaudível)

O SR. ANTONIO ATHAYDE - O que me chamou a atenção é a participação da sociedade.

O SR. PEDRO SIMON - (Inaudível)

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Eles são muito parecidos. Não há nada que chame a atenção, mas, se V. Ex^a se interessar, posso lhe mostrar, com o maior prazer, uma lista de endereços das operadoras que visitei. Isso é muito interessante.

O SR. PEDRO SIMON - Qual é a programação?

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Primeiramente, assuntos são colocados em discussão em mesas redondas.

O SR. PEDRO SIMON - Pelas pessoas da comunidade?

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Exatamente. Na Inglaterra, assisti também a um canal comunitário que trouxe a Princesa Diana para uma entrevista. Eles mostram isso para todos, porque essa foi uma grande façanha. Havia um problema local, o jornalista que fazia o programa ligou para a Princesa, que, provavelmente, tinha algum interesse no assunto. A Princesa participou do programa, discutindo o assunto com as donas de casa e com o prefeito de uma comunidade bem pequena. Essa é uma televisão inteiramente aberta para discutir problemas locais.

Os patrocinadores são o colégio, o posto de gasolina, a mercearia. Isso é interessantíssimo. Tenho certeza de que esse fenômeno acontece no Brasil, mas vamos aprender.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA - Aqui as pessoas fazem isso com UHF, que foi um projeto que não foi adiante.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Exatamente. Os projetos em HF acabaram sendo repetidores da TV Educativa e tendo um uso político infelizmente muito forte.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA - E, às vezes, até comercial.

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Exatamente.

V. Ex^a fala também sobre o problema da televisão educativa e me pergunta se sei o que gerou essa dificuldade.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA - Como expandir, como vencer resistências?

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Tive uma experiência de contato em São Paulo na época em que o Governo de São Paulo tentou fazer programação educativa através da TV Cultura. Participei, uma vez, de uma reunião de professores e profissionais de televisão. Estes últimos fizeram colocações interessantíssimas e me perguntaram, por exemplo, qual era o grande problema da televisão educativa.

O problema é o de que 50% dos professores consideram que a televisão é o demônio e não é compatível com a educação. Eles têm tanta reação ao veículo televisão como deseducador, que não conseguem sequer imaginar que ela possa ser usada para educar.

Então, com esse tipo de professor não se consegue conversar. Há rejeição, e prevalece a idéia de

que a televisão deseduca; não educa em hipótese nenhuma.

O SR. PEDRO SIMON - Será autodefesa?

O SR. ANTONIO ATHAYDE - Talvez seja um problema de autodefesa.

Os outros 50% dos professores que admitem usar a televisão para a educação não se entendem sobre como fazê-lo; cada um tem uma opinião diferente.

Então, o primeiro problema é este: procurar um consenso, por meio do debate, sobre como usar a televisão para a educação.

Tenho visto também a tentativa de vários governos em fazer o mesmo trabalho. Vê-se, então, televisão educativa no Paraná, no Maranhão e no País afora, todas tentando fazer o mesmo.

Talvez fosse mais inteligente dividir tarefas, estabelecer, por exemplo, que a TV Educativa do Paraná se concentre em História do Brasil, a do Maranhão, em outra disciplina, e assim por diante, porque, no Brasil, um país de recursos escassos, como podemos desperdiçar recursos públicos ou privados - isso não importa - para fazer a mesma coisa?

Não tenho visto dificuldade nessas parcerias; acompanho o trabalho da Fundação Roberto Marinho, que tem conseguido parcerias inteligentes na área de produção. Agora, por exemplo, por que não foi usada - isso poderia ter sido feito nos últimos 20 anos - a estrutura de distribuição da **Globo**, de madrugada, para gerar programação educativa a ser gravada regionalmente?

Essa é uma idéia de uma simplicidade absolutamente fantástica. A rede está pronta, toda noite não é usada durante três ou quatro horas, e a **Globo** está pagando satélite. Certamente os empresários seriam sensíveis para deixar a televisão aberta durante a noite, para geração de programas educativos a serem usados no dia seguinte.

Essas iniciativas são muito simples. Tenho certeza de que as redes de cabo estão dispostas a fazer parceria com a iniciativa privada local, para colocar uma televisão em cada sala de aula e ligar uma rede de cabo em cada uma. Distribuição não é o problema.

Precisa haver algum tipo de inteligência para coordenar esforços na área de produção. Não sou um especialista no assunto, mas penso que é necessário procurar um consenso sobre como fazer isso, para que os professores não percam tempo, discutindo, uns com os outros, o que fazer, e concentrem os esforços na direção de produzir, porque a distribuição está pronta.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - A próxima quarta-feira é feriado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Eu pretendia dar essa informação. Na próxima quarta-feira, será comemorado o Dia da Proclamação da República.

O SR. PEDRO SIMON - Vai haver sessão do Congresso?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Não, quarta-feira é feriado nacional.

O SR. PEDRO SIMON - Mas o Presidente José Sarney está inovando. V. Ex^a tem certeza de que não haverá sessão?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Acredito que não.

De qualquer forma, gostaria de dizer que, na próxima quarta-feira, não haverá reunião desta Comissão; mas, no dia 21 de novembro, teremos a exposição da Juíza de Direito, Dr^a Denise Frossard.

Apenas um aviso: o Dr. Nelson Sirotsky, Diretor-Presidente da RBS - Rede Brasil Sul de Comunicações, pediu adiamento por motivo de força maior. Estamos, então, entabulando uma nova data para que S. S^a venha à Comissão prestar o seu depoimento sobre os objetivos da Rede.

Queria acrescentar os agradecimentos pela presença da ex-Deputada Irma Passoni

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - Primeiro, proponho seja feito um requerimento de prorrogação dos trabalhos da Comissão para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - A Presidência acolhe a proposta de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - Segundo, V. Ex^a e eu irmos falar com o Presidente Sarney sobre os documentos que já aprovamos.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Sobre os cadernos.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - O Senador Artur da Távola vem até insistindo nisso, com toda a razão.

O SR. PEDRO SIMON - Inclusive, S. Ex^a poderia ser uma espécie de coordenador, para levar isso adiante.

Seria interessante conversarmos com o Presidente, para transmitir-lhe a nossa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - É só marcarmos um horário.

O SR. PEDRO SIMON - V. Exª marca um horário para conversarmos em seu gabinete, e vamos.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Muito bem.

O SR. PEDRO SIMON - Terceiro, apesar de termos até o dia 21, eu apresentaria a idéia de trazermos, neste final, dois conferencistas: o Ministro das Comunicações e o Ministro da Educação. No ano que vem, S. Exªs poderão voltar novamente.

Se considerarmos que estamos às vésperas de uma série de atos do Ministro das Comunicações em torno dessa matéria, penso que será interessante convidá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Talvez devêssemos incluir o Ministro da Cultura também.

O SR. PEDRO SIMON - V. Exª está corretíssimo.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Sugiro apenas que, nessas ocasiões, façamos as reuniões em conjunto com a Comissão de Educação, que também trata de comunicação e cultura. Isso daria um estofado maior.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - A idéia é muito boa. Consultarei, então, o Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PEDRO SIMON - V. Exª coordenaria que, após a vinda da Juíza Denise Frossard*, os próximos seriam os Ministros da Cultura, das Comunicações e da Educação.

Seria bom apressar a vinda do Ministro das Comunicações, porque a informação que tenho é a de que está para sair o seu "pacote".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - A lei geral de telecomunicações.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Com a palavra a V. Exª

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Gostaria de comunicar a V. Exª que não estarei presente à reunião na quarta-feira, dia 21, por estar fora do Brasil nessa ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - Pois não.

Quero reiterar os agradecimentos ao Dr. Antonio Athayde. A sua exposição bem demonstra, à sociedade, a necessidade absoluta e imperiosa do engajamento do Brasil nessa nova era, Brasil que está recebendo novas posições orbitais de satélites e que, em função da reforma da Constituição no que tange às telecomunicações, realmente entrará numa fase nova - promissora, espero. A colaboração de V. Exª foi inestimável.

Agradeço a todos e declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h25min.)

RETIFICAÇÃO

TRECHO DA ATA DA 194ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1995, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1995, NO FINAL DA PÁGINA 03342 E SEGUINTE.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 879, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar a servidora HELENA FREIRE PEREIRA, matrícula 4077, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Guilherme Palmeira, com efeitos financeiros a partir de 20 de junho de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. -
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 880, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar a servidora HELENA FREIRE PEREIRA, matrícula 4077, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, com efeitos financeiros a partir de 20 de junho de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. -
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 881, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor LEONEI GOMES DE OLIVEIRA, matrícula 2794, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-7, da Consultoria de Orçamentos, com efeitos financeiros a partir de 27 de outubro de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. -
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 882, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor LEONEI GOMES DE OLIVEIRA, matrícula 2794, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo, Símbolo FC-7, da Consultoria de Orçamentos, com efeitos financeiros a partir de 27 de outubro de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 883, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor BENEDITO VAKSON RIBEIRO, matrícula 1879, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço de Apoio Administrativo, Símbolo FC-7, da Consultoria de Orçamentos, com efeitos financeiros a partir de 27 de outubro de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 884, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor BENEDITO VAKSON RIBEIRO, matrícula 1879, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-7, da Consultoria de Orçamentos, com efeitos financeiros a partir de 27 de outubro de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 885, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor ROBERTSON BARBOSA DA SILVA, matrícula 3499, ocupante do cargo efeti-

vo de Técnico Legislativo – Área 7 – Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-1, do Serviço de Transportes, com efeitos financeiros a partir de 26 de outubro de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 886, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 22776/95.8, de interesse da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, resolve designar a servidora RAQUEL ROCHA LOPES, matrícula 3038, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 5 – Especialidade de Enfermagem, para exercer a função de Chefe da Seção de Apoio Técnico Operacional, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 887, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor FRANKLIN SOARES DE ARAÚJO, matrícula 4048, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7 – Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete da Quarta Secretária, com efeitos financeiros a partir de 23 de outubro de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 888, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor EURÍPEDES ALENCAR DE SOUZA, matrícula 4677, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7 – Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete do Senador Elcio Alvares, com efeitos financeiros a partir de 3 de novembro de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 889, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º,

do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor EURÍPEDES ALENCAR DE SOUZA, matrícula 4677, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7 – Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete do Senador Eduardo Suplicy, com efeitos financeiros a partir de 3 de novembro de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 890, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor do Cegraf, JOSÉ ADAIR LOPES, matrícula 637, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador Romero Jucá, com efeitos financeiros a partir de 14 de novembro de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 891, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor do Cegraf, JOSÉ ADAIR LOPES, matrícula 637, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador Sebastião Rocha, com efeitos financeiros a partir de 14 de novembro de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 892, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar a servidora MARINA MORAES VIEIRA, matrícula 2457, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Controle Interno, Símbolo FC-3, da Subsecretaria de Administração Financeira, com efeitos financeiros a partir de 17 de outubro de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 893, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante do Processo nº 22402/95-0, de interesse da Subsecretaria de Engenharia, resolve:

Art. 1º É designado o servidor FILINTO FIGUEIREDO PACHECO, matrícula 1517, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 6 – Especialidade de Arquitetura, para exercer a função de Chefe da Seção de Material, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Engenharia, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Art. 2º Revogam-se as designações dos servidores Joaquim Aires Siqueira e Filinto Figueiredo Pacheco, contidas na Portaria do Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal nº 1, de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 894, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 23232/95-1, de interesse da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, resolve designar o servidor ANTÔNIO CARLOS AMORIM DA COSTA, matrícula 1433, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 5 – Especialidade de Medicina, para exercer a função de Chefe do Serviço de Laboratório e Diagnóstico, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 895, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor do Prodasen, NELSON SURCOLLE AZEVEDO COELHO, matrícula 0320, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Francellino Pereira, com efeitos financeiros a partir de 16 de outubro de 1995.

Senado Federal, 22 de novembro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

(*) EMENDAS (de plenário, oferecidas em turno suplementar) AO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 1993, (Nº 1.258, DE 1988 NA CASA DE ORIGEM) QUE FIXA DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

SENADORES	EMENDAS
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	196 226
ANTONIO CARLOS VALADARES	043 064 076 171 182 189 201
ARLINDO PORTO	309
ARTUR DA TÁVOLA	014 034 046 047 052 058 070 072 082 100 107 119 123 141 145 179 231 260 287 290 301 307
BENEDITA DA SILVA	115 120 128 296 297 298
BERNARDO CABRAL	177 186 207 223
EDISON LOBÃO	098 146 155 157 174 184 200 205 212 227 233 236 250 257 259 277
EDUARDO SUPPLY	002 005 015 029 036 190 193 199 215 246 266
EDUARDO SUPPLY E MARINA SILVA	038 042 055 065 068 073 085 086 090 091 093 097 105 106 110 124 136 154 255 295 303
EMÍLIA FERNANDES	003 004 006 009 016 019 030 032 037 040 057 063 069 074 079 087 094 096 101 108 114 118 122 125 127 130 131 132 134-A 138 142 156 163 164 165 172 209 218 239 241 247 249 252 254 264 267 272 289 310 312
FRANCELINO PEREIRA	274 299
GERALDO MELO	175 286
GILVAM BORGES	197 206 225 251 304
HUGO NAPOLEÃO	056 117 217
IRIS REZENDE	045 176
JÁDER BARBALHO	269
JOSAPHAT MARINHO	007 010 020 024 025 092 102 137 258 306 308
JOSÉ EDUARDO DUTRA	161 162 168 173 180 187 203 204 214
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	237
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	028 054 147 153 221 224 230 232 234 234-A 261 276 281 284 291 292 293 294 305

SENADORES	EMENDAS							
JUNIA MARISE	018	021	022	134	159	181	188	216
	248	256	262	288				
LÚCIO ALCÂNTARA	013	026	031	033	035	039	041	048
	066	067	071	077	080	081	083	089
	095	109	111	121	140	158	169	192
	198	208	210	220	228	238	263	265
	271	279	280	282	283	300		
NABOR JUNIOR	135	135-A						
PEDRO PIVA	149	151	268	273				
ROBERTO REQUIÃO	001	008	011	012	017	023	044	049
	050	060	061	062	075	078	084	103
	113	126	129	133	143	160	166	167
	170	178	183	195	219	222	240	242
	244	245	253	270	275	278	302	
ROMEÛ TUMA	150	191	213	229	235	285		
SEBASTIÃO ROCHA	051	059	088	144	185	194	211	
SÉRGIO MACHADO	027	053	099	104	112	116	135	139
	148	152	298-A					
TEOTÔNIO VILELA FILHO	311							

(*) Publicadas em suplemento ao Diário do Senado Federal nº 034, de 22 de novembro de 1995

MESA
Presidente
José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente
Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente
Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário
Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário
Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário
Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário
Emandes Amorim – – RO

Suplentes de Secretário
Antônio Carlos Valadares – PSB – SE
José Eduardo Dutra – PT – SE
Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR
Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
(Eleito em 16-3-95)
Romeu Tuma – – SP

Corregedores Substitutos
(Eleitos em 16-3-95)
1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Designação: 16-11-95)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Waldeck Ornelas – PFL – BA
Emília Fernandes – PTB – RS

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder
Elcio Alvares – PFL – ES
Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS
Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvan Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francellino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúcio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Epitácio Cafeteira
Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Júnia Marise

LIDERANÇA DO PT

Líder
Eduardo Suplicy

Vice-Líder
Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder
Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS

Líder
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB

Líder
Ademir Andrade

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerrson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Elcio Alvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lécio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. Pedro Piva		2. José Ignácio Ferreira
	PPB	
1. Epitácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
	PTB	
1. Emília Fernandes		1. Arlindo Porto
	PP	
1. Osmar Dias		1. Antônio Carlos Valadares
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha
	Membro Nato	
	Romeu Tuma (Corregedor)	

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
 Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)
SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
 Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYC	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

OBS: *1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.
 *2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344
 FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2481/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2381/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2081/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/67
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4208/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB / PL / PPS			
VAGO		1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652
FAX 311 3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPPLYC *1	SP-3215/16
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57	1- VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

OBS: *1 - EDUARDO SUPPLYC (PT) - VAGA CEDIDA PELO PSB
*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311.3972/4612
FAX: 311- 4315

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
vago		7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

OBS: *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - VAGA CEDIDA PELO PT
 *2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95
 *3 - MARLUCE PINTO - DESLIGOU-SE DO PTB EM 1º/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
PEDRO PIVA	SP-2351/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			

vago

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCINIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1378/1478	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

OBS: *1 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3498/ 4777

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3548
FAX 311.3548

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleintübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
 Eduardo Suplicy
 Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Rogério Silva		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

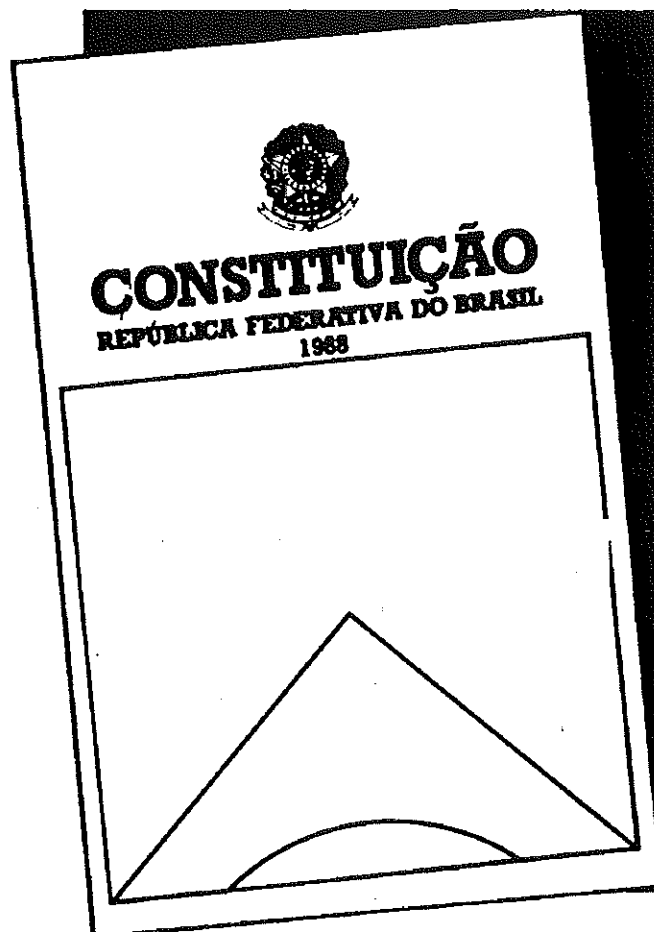
Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apolo III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 126 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches
Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior
Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 60,00</u>
Assinatura c/porte	R\$ 91,00 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS